

RELATÓRIO DO XVIII CONAD XVIII CONAD DA ANDES

JOÃO PESSOA – PB, de 12 a 15 de outubro de 1988

SUMÁRIO

ASSUNTO	Pág.
CRONOGRAMA - Outubro/88 - Novembro/88	4
RELAÇÃONOMINAL DOS PARTICIPANTES DO XVIII CONAD XVIII CONAD (Exceto Diretores e Comissão Organizadora)	5
SESSÃO DE ABERTURA	8
ATA DA SESSÃO DE ABERTURA	9
DISCURSO DO PROF. SADI DAL ROSSO, Presidente da ANDES	10
DISCURSO DA PROF ^a IGNES NAVARRO DE MORAES, Presidente da ADUFPb- JP	12
PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO	15
ATA DA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO	16
REGIMENTO DO XVIII CONAD	17
CRONOGRAMA DAS REUNIÕES DO XVIII CONAD	23
TEMA 1 – CONJUNTURA NACIONAL	24
ATA DA PLENÁRIA – 1ª parte (conjuntura)	25
TEXTOS APROVADOS: CONJUNTURA NACIONAL	25
ATA DA PLENÁRIA – 2ª parte (Política Educacional)	30
TEXTO APROVADO: POLÍTICA EDUCACIONAL	31
TEXTO APROVADO: INCENTIVO À PESQUISA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	35
Anexo: O Papel das Escolas de 1º e 2º Graus das IES	40
ATA DA PLENÁRIA – 3ª parte (Verbas)	44
Anexo: Carta aos Congressistas	49
PROPOSTAS DE EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 1/1988(CN)	50
TEMA 2 – SINDICALIZAÇÃO	54
ATA DA PLENÁRIA	54
TEXTO APROVADO: FILIAÇÃO DA ANDES À CUT	55
TEXTO APROVADO: A QUESTÃO DA SINDICALIZAÇÃO	56
ANEXO: Texto aprovado na Plenária de Questões Setoriais, setor ADs de IES Federais, Parte do “Relatório do 1º Seminário Nacional de Docentes de 1º e 2º graus das IES	58

TEMA 3 – AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE/DEMOCRATIZAÇÃO DAS IES	59
REGISTRO DA SECRETARIA GERAL	60
TEMA 4 – QUESTÕES SETORIAIS	63
ATA DA PLENÁRIA – Setor das ADs de IES Particulares Setor das ADs de IES Estaduais Setor das ADs de IES Federais	63
TEXTO APROVADO: RELATÓRIO DO SETOR DAS ADs DE IES PARTICULARES	64
TEXTO APROVADO: AS IES ESTADUAIS E A CRISE	67
TEXTO APROVADO: SETOR DAS ADs DE IES FEDERAIS	72
ANEXOS	
Relatório do 1º Seminário Nacional de Docentes de 1º e 2º graus das IES (parte)	79
Quadro Resumo - Dados IFES – Docentes/Cursos/Alunos	83
Curva Salarial dos docentes das IFES	84
Registro: ADUFAC. “A Questão URP”	85
TEMA 5 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS	86
ATA DA PLENÁRIA	87
TEXTOS APROVADOS	
Relações Internacionais da ANDES	89
Situação financeira da ANDES	91
GT Política Agrária – Proposta de Criação	94
Informes sobre criação e composição de GTs	95
Outros Encaminhamentos	96
PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO	98
ATA DA PLENÁRIA	99
MOÇÕES (I, II, III, IV, V)	100
ANEXOS	
Rateio de gastos do XVIII CONAD	106
Carta de Salvador	110
Carta de João Pessoa	113

CRONOGRAMA
DELIBERAÇÕES PRINCIPAIS

OUTUBRO

- 20. Dia Nacional “SOS UNIVERSIDADE”
- 21. Reunião ADs da Regional São Paulo
- 26. Reunião ADs da Regional Rio de Janeiro (UNI-RIO)
- 28. Reunião ADs da Regional Sul
- 28, 29 e 30. Encontro ANDES/ADs – Reitores de IES Estaduais. Londrina – PR (ADUEL)
- 28, 29 e 30. Reunião da Secretaria da Regional Leste. São João Del Rei (ADFUNREI)
- 29. Reunião das ADs da Regional RS

NOVEMBRO

- 9. Dia Nacional de Protesto

Eixos Nacionais de Mobilização: Verbas para IES/Nomeação – Posse de reitores eleitos/questão salarial/distorções no enquadramento dos docentes de 1º e 2º graus das IFES.

(Todas as atividades abaixo: Rio de Janeiro; UERJ)

- 24. Reunião ADs da Regional Centro-Oeste
- 24. Reunião Nacional das ADs do Setor das IFES
- 25. Reunião GT Política Agrária (manhã)
 - Reunião GT Política Educacional (idem)
 - Reunião GT Verbas (idem)
 - Reunião GT Saúde (idem)
- II Seminário Nacional ANDES-ADs: A questão sindical (tarde)
- 25. (noite)/26/27. CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DA ANDES
 - A ANDES e a sindicalização dos docentes das IES.

RELAÇÃO NOMINAL DOS PARTICIPANTES DO XVIII CONAD XVIII CONAD

D – Delegado

Ob

Nº	AD	NOME	SITUAÇÃO
01	ADUFMAT-MT	Roberto Jaime dos Santos	D
	APESB	Carlos Eduardo Torres Casana	D
	APUFPR	Antônio Carlos de Andrade Silva	D
	ADFUNREI	José Cardoso Rodrigues	D
	ADEM	Jonas Teixeira Hery	Ob.
	ADCEFET-RJ	Júlio Cezar Vaz da Silva	D
	ADUFG	Enoch José da Mata	D
		Janete Martins de Sá	Ob.
	APUSM	Elony Terezinha Arezer Martins	D
	ADUFC	Rosemary Conti	D
		Aécio Alves de Oliveira	Ob
		Pedro Campelo	Ob
		Maria do Socorro Matos	Ob
		Maria Neyara de Oliveira	Ob
		Roberto Oliveira	Ob
		Gustavo Moura	Ob
	ADUFF	Ana Maria Motta Ribeiro	D
		Edmar Araújo	Ob
		Cristina p. Mendonça	Ob
		Pedro Castro	Ob
		Ronaldo Coutinho	Ob
	ADUSP	Sandra G. T. Vasconcelos	D
	ADUFRGS	Darci Barnech Campani	D
	AD-SUAM	Edelberto Ferreira Coura	C
	ADUCAPE	Antônio Carlos Miranda	C
		Carlos Wellington Pires Sobrinho	C
		Semadah Ribeiro	C
		Sérgio M. Lins Galdino	C
	ADUFS	Eduardo Ubirajara R. Batista	D
	APROPUC-SP	Madalena G. Peixoto	D
	APROPUC-C	Marise Lima	Ob
	ADUA	Izabel Valle	D
	ADURN	Amauri Fragoso de Medeiros	D
	ADUNIMEP	Milton Luiz Grecli	D
	ADURN	Maria de Fátima Campos Cirne	Ob
		Ruben Guedes Nunes	Ob
		Marta Maria de Araújo	Ob
		João Emanuel Ivangelista de Oliveira	Ob
		José Antônio Freire	Ob
		Joel Câmara	Ob

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

ADUEL	Zelma Francisca Torres Tomazi	D
	Gerson de Lima Zaneta	Ob
ADUFPB-JP	Joana Neves	D
	Rubens Pinto Lyra	Ob
	Joé Iremar A. Bronzeado	Ob
	Zaqueu Ernesto da Solva	Ob
	Marcos Alberto R. De Barros	Ob
	José Cleobaldo Chianca	Ob
	Leôncio Camiño R. Larrain	Ob
	Tereza Mitsunaga Kulesza	Ob
	Maria Sedy Marques	Ob
ADUNI-RIO	Isac Sirota Rotbande	D
	Cibele Cardoso Reynaud	Ob
	Joanir Pereira	Ob
	Sílvia Regina Novoa Louzada	Ob
ADUFRS	José Luciano de Souza Menezes	D
ASDUERJ	Roberto Abreu	D
	Pedro Luiz Santiago Senne	Ob
	Luitigarde Barros	Ob
	Marianinha Pinheiro	Ob
ADUFPEL	Mauro Augusto Burkert Del Pino	D
	João Silva Filho	Ob
ADUNEB	Emília Maria de Castro	D
ADUFOP	Levy Fernando Nunes Tavares	D
	Aldeci Silva	Ob
ADUFSCar	Osvaldo Baptista Duarte Filho	D
	Geria Maria M. Franco	Ob
APES-JF	Ana Maria Neves da Graça	D
	Paulo Roberto Bassoli	Ob
	José Astolfo L. de Souza	Ob
ADUFES	Ana Lúcia N. Junqueira	D
	Yara Regina Candelária da Rocha	Ob
ADUFAL	Dante Leal	D
	José de Souza Leão	Ob
ADUFU	Bento Itamar Borges	D
	Mário Alves Araújo	Ob
APRUMA	Maria de Jesus Mota da Silva	D
ADUNIR	Noaldo de Souza Ribeiro	D
ADUFAC	Odonias Silva	D
ADUFPB-CG	Márcio de Matos Carniello	Ob
	Adeildo Rosas de Lima Júnior	Ob
	Josevaldo Pessoa da Cunha	Ob
ADUI	Abner Gomes	D
ADUFEPE	Roberto de Araújo Faria	D
	Solange Mota	Ob

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

		Felix Santos	Ob
		Eliana Gitirana	Ob
		Francisco Arruda Filho	Ob
		Sylvio Pereira	Ob
	APUBH	Elias Antônio Jorge	D
		Luiz Pompeu de Campos	Ob
	APUFSC	Edmundo Lima de Arruda Júnior	D
		Vera Bazzo	Ob
	ASCEFET-PR	Valdelúcia Krüger	D
		Wilson Alcântara Juarez	Ob
	ADUnB	Maria Francisca Sales Pinheiro	D
	ASPUV	Atílio Alessio	D
	ADUR-RJ	Antônio Carlos Nogueira	D
		Ana Maria Dantas Soares	Ob
	ADUFS-BA	Maslowa Freitas	D
	APROFURG	Mário José Junger	D
	APUB	Ana Alice Costa	Ob
	ASPEC	Maria Ester Vieira	D
	ADFURRN	Francisco Valdomiro de Moraes	D
	ADEPM	Jurandir D'Ávila Assunção	D
		Eduardo Coteccia Ribeiro	Ob.
	ADUFMS	Eronides de Jesus Biscola	D
	ADUFERPE	Zenilde Moreira B. de Moraes	Ob.
	ADUSU	Márcia de Oliveira Alves	Ob.
<p>48 ADs com delegados 3 ADs apenas com observadores; 2 convidados</p> <p>110 participantes</p>			

SESSÃO DE ABERTURA

ATA DA SESSÃO DE ABERTURA

Às 20h40 do dia 12 de outubro de 1988, no auditório do Centro de Tecnologia do Campus I da UFPb, em João Pessoa, o presidente da ANDES, professor Sadi Dal Rosso, compôs a mesa da Sessão de Instalação do XVIII CONAD XVIII CONAD. Compuseram-na: o presidente, o secretário-geral e a vice-presidente regional Nordeste II da ANDES; a presidente e a presidente eleita da ADUFPb-JP, Associação dos Docentes dos Funcionários da UFPb, João Pessoa; o vice-presidente da CPB, Confederação dos Professores do Brasil; a representante do SINPRO-Pb, sindicato dos Professores da Paraíba; o presidente da AMPEP, Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba; a presidente da APEM, Associação dos Professores do Município de João Pessoa; o diretor do Centro de Tecnologia da UFPb. Foi registrada a presença, no auditório, de representante dos seguintes Partidos Políticos: PCB, PC do B, PSDB, PT. Foi também registrada a presença dos diretores do Centro de Humanidades das Universidades Federais da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Piauí, Pernambuco. Por omissão involuntária do secretário-geral, deixou de ser convidada para compor a mesa a representante da FENOE – Federação Nacional dos orientadores Educacionais. Usaram a palavra a presidente da ADUFPb-JP, professora Ignez Navarro de Moraes e os componentes da mesa que o desejarem. Após a alocução do professor Sadi Dal Rosso, retomou a palavra à professora Ignez, que entregou diploma e placa alusiva aos dez anos de fundação da AD local a um grupo de homenageados, a saber: Professor Paulo Ignácio Fonseca de Almeida, ex-presidente da AD, representado pelo seu filho; prof. Oswaldo Maciel, primeiro presidente da ANDES (ausente, a representação da APUFSC se encarregou de entregar os símbolos); prof. Pedro Cecato, ex-diretor da ANDES e ex-presidente da ADUFPb-JP (ausente, a delegação da ADUFES se encarregou de entregar os símbolos). Foi lida poesia de autoria de Maria Célia Lopes da Silva, dedicada ao professor Cecato. Foram igualmente homenageados com diploma e placa: a funcionária da ADUFPb-JP, Maria Célia Lopes da Silva; o professor Sílvio Frank Alem, secretário-geral da ANDES e primeiro presidente da ADUFPb-JP; a professora Ignez Navarro de Moraes, primeira mulher presidente da ADUFPb-JP. Após as homenagens da AD local, “justificadas pela contribuição prestada ao movimento docente”, o presidente da ANDES, em regozijo pela vitória do “NO” no recente plebiscito chileno convidou os presentes a cantar, de pé, “A Internacional”, o que foi feito; dando a seguir por encerrada a Sessão de Abertura do XVIII CONAD XVIII CONAD.

DISCURSO DO PROFESSOR SADI DAL ROSSO NA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DO XVIII CONAD XVIII CONAD

João Pessoa, 12 de outubro de 1988

EM DEFESA DO ENSINO PÚBLICO, GRATUITO, AUTÔNIMO, DEMOCRÁTICO, CRÍTICO E DE ELEVADO PADRÃO DE QUALIDADE.

Abrimos a XVIII CONAD reunião do Conselho Nacional das Associações de Docentes sob a ameaça da maior crise de verbas já vivida pela universidade pública em toda a História do Brasil.

As raízes dessa crise se estendem até, pelo menos, a política que rege a economia brasileira. Desde o último XVIII CONAD vemos o aprofundamento da internacionalização da economia, com a submissão, pretende-se a volta do “filho pródigo” ao meio dos negócios, do qual divergira conjuntamente, agora calcado na credencial das polpudas transferências de mais valia.

Sem dúvida, tal orientação em favor da internacionalização da economia cria uma contradição relativa com os segmentos da burguesia, ameaçados pela dinâmica do processo ou dele excluídos. Essa contradição ganha forma na aparente balbúrdia da economia, índice da ausência de um projeto burguês que seja compartilhado por todas as parcelas dominantes.

O reflexo interno da submissão ao capital financeiro internacional se traduz no crescente desengajamento do Estado quanto aos investimentos e quanto à manutenção e ampliação dos serviços públicos oferecidos à população. Entre os últimos, os da educação.

Desta forma, a política vigente exige a substituição do Estado na manutenção das IES por empresas privadas e, ao se manterem as instituições públicas, sua gestão precisa ser “racionalizada” e os gastos limitados a níveis suportáveis. Daí, por exemplo, a política de sistemático confisco salarial do funcionalismo público, a redução das verbas, a defesa das fontes alternativas ao Estado no financiamento da educação.

Verbas – esse é o nome da crise da universidade, hoje.

Os sucessivos casos de paralisações nas IES indicam que a crise é ampla e que está em jogo a preservação do público ou o aprofundamento da privatização.

Até o presente momento, o movimento docente nacional ainda não respondeu com a força que dele se exige à crise de asfixia das IES. Entretanto, todos os professores esperam que esse XVIII CONAD responda de maneira firme ao desafio.

De outro lado, aprofunda-se a campanha de desmoralização da universidade junto à opinião pública. Já desmascaramos inúmeras vezes o Ministro da Educação, com sua insistência enervante em afirmar que as IES gastam 80% dos recursos da União para a Educação quando, historicamente, há vários anos, esse percentual tem ficado em torno dos 50%.

Mais recentemente, o Ministro tem saído à imprensa expondo sua perplexidade sobre a interpretação do Art. 60 das Disposições Transitórias da Constituição. A despeito do seu discurso de cândida ingenuidade, ao fazer isso, lança mais lenha na fogueira contra as IFES.

De outra parte, continua o governo com gordos repasses de verbas públicas para as IES privadas, alimentando os tubarões do ensino; estes, por sua vez, negam

aos seus trabalhadores em educação as mais elementares condições de trabalho e salário.

A Constituição, recém promulgada com fogos e discursos, contempla as empresas mercantis com um dos “Princípios” da organização do ensino: a pluralidade de instituições públicas e privadas. A Constituição resolveu mais os problemas das empresas educacionais que os da educação no país.

Do primeiro para o segundo turno, uma vitória importante na Constituinte pode ser creditada ao MD: a aposentadoria aos 25/30 anos de efetivo magistério.

Se a mobilização no setor das IES federais passou ultimamente pela luta na Constituinte e pela luta por verbas, nas estaduais os baixos salários impulsionaram os docentes para greves significativas. Os professores de Feira de Santana foram punidos duramente pelo “democrático” governo da Bahia com o corte de dois meses de salários. Os professores das estaduais paulistas estão há semanas em greve pelos salários e pela conquista de uma forma de reajuste mensal. A forte mobilização dos docentes das IES Estaduais do Paraná foi a maneira de enfrentar as ameaças à autonomia de suas instituições e reivindicar salários. Registramos ainda lutas por salários neste ano nas estaduais do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Nas escolas particulares, o movimento tem levado significativas lutas, como no caso do RJ, contra os empresários do ensino, fortificados pelo apoio legal que conseguiram com a nova Constituição. Cresce a organização dos companheiros no Rio Grande do Sul.

Saudamos os avanços conceituais e práticos realizados pelos nossos companheiros de 1º e 2º Graus das IES no I Seminário que acabou de acontecer em Salvador (9 e 10 de outubro de 1988).

Nesse XVIII CONAD, trataremos da sindicalização do funcionalismo público, em especial da ANDES. A sindicalização exige do movimento que a decisão seja calcada no princípio da democracia interna. Mas exige mais. Requer que o movimento dê resposta política, mediante um instrumento de luta que responda rapidamente às necessidades urgentes impostas pela realidade.

É meu entendimento que a discussão da sindicalização leva para a discussão da filiação da ANDES à CUT. Não podemos aceitar que a primeira luta desvie ou retarde a segunda. Pelo contrário, a transformação em sindicato confere um estatuto institucional que rompe com um número grande de argumentos contrários à filiação.

Saudamos os bravos companheiros da Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, pelos dez anos de criação da sua entidade. Esses companheiros contribuíram substantivamente para a construção do movimento nacional. Saúdo ainda pela tarefa espinhosa assumida, de organizar este XVIII CONAD que hoje iniciamos.

Quero registrar a brilhante vitória do NÃO no plebiscito realizado no Chile. O povo chileno, que já foi exemplo de prática democrática para a América Latina e esteve durante anos submetido às maiores barbaridades imagináveis, começa a sacudir o jugo de seus ombros. Saudamos os bravos irmãos chilenos e desejamos que o processo ora iniciado se aprofunde, pois não podemos aceitar que o Chile já seja hoje uma democracia, como dão a entender os meios de comunicação burgueses. (convida a plenária a cantar, de pé, “A Internacional”).

DISCURSO DA PROF^a IGNES NAVARRO DE MORAES, PRESIDENTE DA ADUFPb-JP, NA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DO XVIII CONAD XVIII CONAD.

EM DEFESA DA UNIVERSIDADE E DA ESCOLA PÚBLICA E GRATUITA

É com muita satisfação que, em nome da Diretoria da ADUFPb-JP e dos seus associados, saúdo os companheiros aqui presentes, participantes do XVIII CONAD CONSELHO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES.

Honra-nos muito, num momento em que completamos 10 anos de luta pelo ensino público e gratuito e por condições de vida e trabalho dignas para todos os trabalhadores deste país, sediar este XVIII CONAD XVIII CONAD

Temos, todos nós, consciência da crise sem precedentes em que está mergulhada a universidade brasileira, decorrência do descompromisso e da omissão de sucessivos governos militares e da deslavada política educacional privatizante do governo da “Nova República”, que não tem hesitado em sacrificar os mais elementares direitos dos trabalhadores – entre os quais o direito à educação pública, gratuita, de qualidade – à sanha do capital internacional.

Recente manifesto da ANDES e da FASUBRA amplamente divulgado na imprensa nacional e local, denuncia fortemente a deliberada política de destruição da universidade pública, conscientemente promovida pelo Estado, que vem assim legitimando os mais vis interesses do empresariado da educação. A universidade pública está sendo alvo de odiosa campanha de desinformação e achincalhe, veiculada pelos meios de comunicação de massa, em que o governo a coloca como instituição improdutiva, falseando estatísticas e índices. Mais grave ainda é a asfixia da política de verbas: os recursos destinados às IFES são os menores de toda a história. As verbas para custeio e capital estão reduzidas a ínfimos 3,5%, se considerarmos os recursos ordinários do MEC, quando havia sido assegurado, nas negociações da última greve dos docentes do ensino superior, o percentual mínimo de 12,4% - que, em 1988, deveriam alcançar os 15%. Em decorrência, como denuncia o Manifesto, “não há recursos para o pagamento de água, luz, telefone e conservação do patrimônio, aí se incluindo instalações físicas, bibliotecas, laboratórios – e, assim, os campi e a educação vão sendo destruídos”. Além disso, o orçamento proposto para 1989 reduz em 50% as verbas do CNPq, “comprometendo as bolsas de pós-graduação e implicando na inaceitável interrupção de programas de pesquisa, no sucateamento de laboratórios, na dissolução de equipes de trabalho, enfim, na estagnação científica e tecnológica”.

Acresce-se, a este quadro, a política de arrocho salarial do pessoal docente e técnico-administrativo: nossos salários foram corroídos em cerca de 60%, se considerarmos o poder aquisitivo desses salários em março deste ano. Algo similar – ou pior – está ocorrendo nas universidades estaduais.

Como se não bastasse, as contratações de novos docentes – finalmente autorizadas por Portarias dos Ministérios da Educação, da Fazenda e do Planejamento – foram estabelecidas em número claramente insuficiente para atender às reais necessidades das IFES. Como se não bastasse, tem-se uma crescente violação à autonomia universitária. O governo Sarney tem desrespeitado flagrantemente os resultados das consultas a professores, estudantes e funcionários, como aconteceu na UFBA, na UNI-RIO e na UFRGS, onde foram impostos reitores que não figuravam em 1º lugar nas consultas realizadas. A julgar por estes fatos – graves fatos – a vontade

majoritária da comunidade universitária somente tem sido respeitada quando esta vontade coincide com interesses político-partidários governamentais.

Muito além de uma simples denúncia, o Manifesto ANDES-FASUBRA expressa a nossa disposição de enfrentar e reverter esse quadro, com a combatividade, a firmeza e a seriedade que caracterizam o Movimento Docente. Continuaremos lutando pela autonomia universitária e por eleições diretas, que se esgotem no interior das IFES, para a escolha dos seus dirigentes máximos. Continuaremos lutando por verbas, salários dignos, contratações suficientes de novos docentes, aposentadoria integral – reivindicações históricas do MD.

A defesa dessas reivindicações não se dá num vazio ideológico e de práticas: elas traduzem a proposta de Universidade que vem sendo construída pelas Associações Docentes e pela ANDES e que, sem a pretensão de desenvolver modelos acabados, busca avançar na definição de formas de participação da sociedade civil na gestão universitária, visando à superação de elitismos e corporativismos e a assegurar o real atendimento às necessidades sociais.

Defender tais princípios significa, para as Associações e para a ANDES, um acompanhamento sistemático e efetivo da administração das universidades, que deve ser aprimorado mediante o estabelecimento de mecanismos, pela comunidade universitária, que viabilizem a máxima transparência nas decisões e na utilização dos recursos orçamentários.

Defendê-los significa, ainda, um forte compromisso com a avaliação da universidade, a partir de suas políticas de ensino, pesquisa e extensão, assim como do trabalho docente, que deve primar pela seriedade, pela qualidade e pela responsabilidade social. Só assim a universidade brasileira poderá avançar na definição de seu papel histórico, na perspectiva de um compromisso real com as lutas específicas dos trabalhadores da educação em todos os graus de ensino e com as lutas mais gerais dos trabalhadores brasileiros.

Sabemos dos desafios e da responsabilidade que nos cabe, nesses dias de trabalho. Uma cuidadosa análise de conjuntura nacional será feita, para que possamos estabelecer formas de luta necessárias à concretização do projeto de universidade e de sociedade que defendemos. Dentre as questões em pauta deste XVIII CONAD, destacamos, com muita ênfase, a da nossa SINDICALIZAÇÃO: a proposta da diretoria da ANDES, já encaminhada a todas as ADs, deve ser profundamente discutida, para que possamos – com a máxima brevidade e agilidade – defender a forma de sindicalização que mais nos fortaleça, preservando as experiências de luta, a estrutura organizativa e a prática democrática que acumulamos ao longo de todos esses anos, sem prejuízo de uma inserção cada vez maior dos docentes do ensino superior no conjunto das lutas dos trabalhadores brasileiros.

É por isto que, em nossa AD, a atual diretoria endossa plenamente a proposta de construção de um Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior – a ANDES SINDICATO.

Esta opção não pode ser desvinculada da concretização do indicativo de filiação da ANDES à CUT. A transformação da ANDES em Sindicato põe fim à polêmica sobre a nossa identidade. Nossos últimos Congressos Nacionais vêm majoritariamente reconhecendo a estreita proximidade do movimento docente com os princípios e práticas da Central Única dos Trabalhadores. No momento em que a nova Constituição brasileira registra a ampliação do direito de sindicalização, temos que fortalecer

entidades nacionais que se tornarão – não apenas de fato, mas de direito – nossos representantes junto aos patrões.

Nesta perspectiva, é fundamental que este XVIII CONAD avance no encaminhamento dessas questões, estimulando a filiação das ADs às CUTs Estaduais.

Somos uma AD que, desde o ano passado, está filiada à CUT-Pb. A Diretoria que agora termina sua gestão não hesitou, ao candidatar-se, em colocar essa proposta em sua Carta-Programa, entendendo a importância desta vinculação orgânica para o fortalecimento do sindicalismo autônomo, combativo e democrático representado pelo próprio Movimento Docente. Estamos, por decisão majoritária de Assembléia Geral, filiados à CUT. Enfrentamos, com serenidade e maturidade, reações e críticas dos que, defendendo concepções sindicais distintas, têm vez e expressão no MD local. Nossa entidade não perdeu, com esta decisão, força e credibilidade – ao contrário! Aos poucos, a nossa identidade de trabalhadores, da educação, vem sendo forjada na prática, enquanto que os receios de “perda de autonomia”, de “atrelamento” vão sendo desmontados no encaminhamento cotidiano de nossas lutas.

Ao mesmo tempo estamos avançando em presença e força junto aos demais servidores públicos ; aos professores de 1º e 2º graus, aos têxteis, aos motoristas, aos trabalhadores do campo, enfim, junto a todas as entidades sindicais que se norteiam pelos princípios comuns ao MD e à CUT. Acreditamos que a nova Diretoria, tendo corroborado a decisão de filiação à CUT-Pb em sua Carta-Programa, dará prosseguimento a este trabalho, ampliando a participação dos docentes no campo sindical cutista. Desta forma, poderemos contribuir para a criação do Departamento de Educação da CUT – Pb, para a formação de sindicalistas e para definir, com o conjunto dos trabalhadores cutistas, formas de luta que façam avançar o sindicalismo autônomo e combativo. Afinal, esta é a nossa identidade e a nossa tarefa, na luta conjunta da classe trabalhadora pelo direito à terra, ao trabalho, à alimentação, à saúde, à moradia, condições de vida dignas e justas.

Companheiros, a Paraíba dos trabalhadores, em sua extrema pobreza, vítima constante da violência no campo, do arbítrio e do autoritarismo das oligarquias e dos governantes, os saúde e os acolhe, neste momento, pela voz da ADUFPb-JP: com a força e a certeza de que, juntos, estaremos dando alguns passos adiante na construção de uma ordem social sem opressores nem oprimidos.

Bem vindos ao nosso calor, ao nosso convívio, ao trabalho conjunto que nos espera!

PLENÁRIA
DE
INSTALAÇÃO

ATA DA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO DO XVIII CONAD XVIII CONAD

Às 22h20 do dia 12 de outubro de 1988, com a presença de 47 associações docentes, foi instalada a Plenária de Abertura do XVIII CONAD.

A mesa ficou assim composta: Presidente: Sadi Dal Rosso,

1º Vice-Presidente – Maria Lúcia Alessio;

2º Secretário – Silvio Frank Alem;

3º Secretário – Vanderli Fava Oliveira.

Pauta: Foi proposta e aprovada a seguinte pauta: - Regimento Interno do XVIII CONAD XVIII CONAD – Questões de Credenciais – Cronograma dos Trabalhos.

REGIMENTO INTERNO – Observações: a mesa esclareceu que na proposta apresentada foram incluídos todos os dispositivos estatutários referentes ao funcionamento do XVIII CONAD. Foi aprovado sem modificações na proposta apresentada. Principais votações: Mantidos, por maioria, o § Único do Art. 5º; o art.19 e o art. 4º da proposta de diretoria.

QUESTÕES DE CREDENCIAMENTO – a AD da ADUEM não registrou quorum para a eleição de delegado ao XVIII CONAD. O observador escolhido reivindicou participar do rateio. Ausente da Plenária, a deliberação a respeito foi adiada.

CRONOGRAMA – Aprovada a proposta da Diretoria, por unanimidade.

REGIMENTO DO XVIII CONAD

CAPÍTULO I DAS ATRIBUIÇÕES

Art.1º - O XVIII CONAD, convocado de acordo com o Art. 31 dos Estatutos da ANDES reunir-se-á em João Pessoa - PB, de 12 a 15 de outubro de 1988.

Art.2º - O Conselho Nacional de Associações de Docentes (CONAD) é a instância deliberativa intermediária da ANDES (Art.26 dos Estatutos).

Art.3º - São atribuições do CONAD (Art.27 dos Estatutos):

I - Deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do CONGRESSO NACIONAL da ANDES, lhe forem atribuídas, nos rígidos limites desta atribuição;

II - Implementar o cumprimento das deliberações do CONGRESSO NACIONAL da ANDES;

III - Regulamentar, quando necessário, as deliberações do CONGRESSO NACIONAL da ANDES;

IV - Exercer as funções de Conselho Fiscal da ANDES:

V - Examinar e apresentar parecer ao CONGRESSO NACIONAL da ANDES dos Relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentadas pela DIRETORIA;

VI - Decidir sobre os recursos interpostos às decisões da DIRETORIA;

VII - Convocar, extraordinariamente, o CONGRESSO NACIONAL da ANDES;

VIII - Aplicar penalidades de advertência e suspensão aos sócios da ANDES, conforme o disposto no ARTIGO 13 (Estatutos da ANDES);

IX – Proceder à exclusão automática e readmissão dos sócios conforme disposto no ARTIGO 15 (Estatutos da ANDES);

X - Criar comissões ou grupos de trabalhos, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes;

XI – Elaborar regimento das eleições da Diretoria, conforme o disposto no ARTIGO 50 (Estatutos da ANDES);

Art.4º - Por motivos imperiosos e justificados, o CONAD poderá estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no ARTIGO 6º dos Estatutos da ANDES (Art. 28 dos Estatutos da ANDES).

§ 1º - Estas deliberações não podem contrariar decisões tomadas em CONGRESSOS NACIONAIS da ANDES anteriores;

§ 2º - Estas deliberações estão sujeitas à ratificação no CONGRESSO NACIONAL da ANDES imediatamente subsequente.

CAPÍTULO II DOS PARTICIPANTES

Art. 5º - São participantes do CONAD:

I - Um delegado de cada AD filiada à ANDES, indicado na forma deliberada pela AD, em sua instância máxima (Art. 29 dos Estatutos da ANDES), devidamente credenciado;

II – Representantes das comissões pró-ADs filiadas à ANDES, devidamente credenciado;

III - Os associados das ADs filiadas à ANDES, devidamente credenciados como observadores;

IV - Os membros das comissões organizadora e diretora do CONAD;

V - Os convidados pela comissão organizadora e comissão diretora.

§ Único - O delegado da AD, devidamente credenciado só poderá ser substituído durante a realização do CONAD, obedecidas as seguintes condições:

a - comprovar a necessidade de ausentar-se definitivamente do CONAD junto à comissão diretora;

b - o suplente do delegado indicado pela AD, da mesma forma que este, deverá estar presente no CONAD credenciado como observador;

c - cada AD-SSIND só pode substituir seu delegado uma única vez.

Art.6. - O presidente da ANDES é membro nato do CONAD, com direito a voz e voto, e presidirá suas reuniões, cabendo aos demais membros da DIRETORIA da ANDES apenas o direito a voz nas reuniões do CONAD (Art.30 dos Estatutos da ANDES).

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I DOS ÓRGÃOS

Art. 7º. - São órgãos do XVIII CONAD:

I - Comissão Organizadora;

II - Comissão Diretora;

III - Grupos Mistos;

IV - Grupos Setoriais;

V - Plenárias.

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

Parágrafo 1º - A Comissão Organizadora e a Comissão Diretora são criadas a partir da convocação do CONAD;

Parágrafo 2º - Os demais órgãos tem existência restrita ao período de realização do XVIII CONAD;

Parágrafo 3º - O quorum mínimo de funcionamento dos órgãos do CONAD será de maioria absoluta dos seus membros com direito a voto.

SEÇÃO II DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Art. 8º - A Comissão Organizadora é constituída por representantes da AD-SSIND sede do CONAD e de um diretor da ANDES.

Art. 9º - Compete à Comissão Organizadora:

I - Preparar toda a infra-estrutura necessária à realização do CONAD;

II - Organizar a sessão de abertura do CONAD;

III - Responsabilizar-se pelas receitas e despesas do CONAD, organizando o rateio financeiro entre as ADs;

IV - Indicar, entre seus componentes, três membros para compor a Comissão Diretora;

V - Realizar junto com a Comissão Diretora o credenciamento dos participantes do CONAD.

SEÇÃO III DA COMISSÃO DIRETORA

Art. 10 - A Comissão Diretora do CONAD é composta pelos Diretores da ANDES e três membros da Comissão Organizadora.

Art. 11 - Compete à Comissão Diretora:

I - Realizar junto com a Comissão Organizadora o credenciamento dos participantes do CONAD;

II - Dirigir os trabalhos do CONAD;

III- Deliberar sobre substituição de delegado de acordo com o Parágrafo Único do Artigo 5.

SEÇÃO IV DOS GRUPOS MISTOS

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

Art. 12 - Os Grupos Mistos são compostos por:

I - Delegado das ADs com direito a voz e voto em um número máximo de 25 em cada Grupo;

II - Observadores com direito a voz;

III - DIRETORES da ANDES com direito a voz;

IV - Convidados com direito a voz, a critério da Comissão Diretora.

§ Único - A Comissão Diretora encarregar-se-á da distribuição dos participantes do CONAD pelos Grupos.

Art. 13 - Os Grupos Mistos são dirigidos por uma mesa diretora composta por um coordenador, um relator e um Secretário, eleitos pelos componentes dos mesmos.

§ Único - A qualquer momento o Grupo pode deliberar sobre proposta de alteração da mesa diretora.

Art. 14 - Compete ao Coordenador dirigir os trabalhos do Grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste .

Art. 15 - Compete ao Relator:

I - Elaborar o Relatório dos trabalhos do Grupo de acordo com as normas deste Regimento e demais instruções da Comissão Diretora;

II - Fazer constar do Relatório o número de votos de cada proposta submetida a deliberação.

Art. 16 - Compete ao Secretário auxiliar ao Coordenador e ao Relator em suas atividades.

Art. 17 - Os Relatores reunir-se-ão ao final dos trabalhos dos grupos para elaboração do relatório consolidado a ser apresentado à Plenária.

§ Único - Do Relatório consolidado constarão, necessariamente:

a - as propostas aprovadas;

b - as propostas rejeitadas que tenham obtido no mínimo 30% dos votos dos delegados presentes no Grupo.

SEÇÃO V DOS GRUPOS SETORIAIS

Art. 18 - Os Grupos Setoriais (Docentes de IES Estaduais, Federais e Particulares) são compostos por:

I - Delegados do respectivo setor com direito a voz e voto;

II - Observadores do respectivo setor com direito a voz;

III - Diretores da ANDES com direito a voz;

IV - Convidados com direito a voz, a critério da Comissão Diretora.

Art. 19 - Os Grupos setoriais serão dirigidos por uma Mesa Diretora composta por um Coordenador, um Relator e um Secretário, preferencialmente da Comissão Diretora.

§ 1º - Os membros da Mesa Diretora que não pertencerem a Comissão Diretora, deverão ser eleitos pelo Grupo.

§ 2º- As competências do Coordenador, do Relator e do Secretário são as mesmas expressas nos Artigos 14, 15 e 16 respectivamente.

§ 3º - O Grupo poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da Mesa Diretora, nos termos deste Regimento.

Art.20 - O Relatório de cada Grupo Setorial obedecerá ao disposto no Parágrafo Único do Artigo 17.

SEÇÃO VI DAS PLENÁRIAS

Art. 21- As Plenárias serão compostas por:

I - Todos os delegados do CONAD com direito a voz e voto;

II - Todos os observadores e diretores da ANDES com direito a voz;

III - Os convidados com direito a voz, a critério da comissão diretora.

Art. 22- As Plenárias serão dirigidas por uma Mesa Diretora composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário.

§ 1º- a Comissão Diretora indicará entre seus membros os componentes das Mesas Diretoras;

§ 2º - a Plenária poderá deliberar, a qualquer momento, sobre proposta de modificação da Mesa Diretora, nos termos deste Regimento.

§ 3º - as deliberações observarão a maioria simples dos delegados presentes a cada sessão (Art.33 dos Estatutos da ANDES).

Art. 23 - Compete ao Presidente:

I - Preparar junto com o Primeiro Secretário a ordem do dia das Plenárias;

II - Dirigir as Plenárias, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com as normas deste Regimento.

Art. 24 - Compete ao Vice-Presidente:

I - Auxiliar ao Presidente em suas atividades;

II - Substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 25 - Compete ao Primeiro Secretário:

I - Preparar junto com o Presidente a ordem do dia das Plenárias;

II - Elaborar o Relatório final das deliberações da Plenária.

Art. 26 - Compete ao Segundo Secretário:

I - Auxiliar ao Primeiro Secretário em suas atividades;

II - Elaborar a ATA da sessão Plenária.

CAPÍTULO IV DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES

Art. 27 - Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões a palavra somente , concedida para discuti-la a quem se inscrever na Mesa Diretora, respeitada a ordem cronológica de solicitações.

Art. 28 - A discussão de cada matéria pode ser encerrada pela Mesa Diretora após consulta ao plenário, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 29 - As discussões e votações terão o seguinte procedimento:

a - fase de discussão, com tempo de três minutos improrrogáveis para cada orador;

b - fase de encaminhamento de votações, com tempo de três minutos improrrogáveis para cada orador, com encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número;

c - a votação será feita através de levantamento, pelos delegados, do cartão de voto;

d - toda deliberação será por maioria simples dos membros com direito a voto em cada reunião.

§ 1º - O aparte pode ser concedido pelo orador e o tempo utilizado é descontado do seu tempo regimental;

§ 2º - Não é permitido a nenhum orador ceder sua vez a outro.

Art. 30 - As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento terão precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela Mesa Diretora, cabendo recurso ao Plenário.

§ 1º - As questões de ordem não são aceitas na fase de encaminhamento das votações;

§ 2º - Em regime de votação, não serão aceitas questões de ordem, de encaminhamento ou de esclarecimento.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 31 - As propostas de moções oriundas de indivíduos ou grupos devem ser entregues à Comissão Diretora na Secretaria do CONAD, até 24 horas antes da plenária de encerramento, datilografadas, com especificação do caráter de cada uma e dos destinatários.

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

§ 1º - A Comissão Diretora deverá divulgar aos participantes uma cópia do conjunto de moções propostas, até 12 horas antes da plenária de encerramento do CONAD;

§ 2º - A critério do plenário, poderão ser apreciadas moções cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas nos prazos previstos.

Art. 32 - Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Mesa Diretora, cabendo recurso às Plenárias.

Art. 33 - Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação.

CRONOGRAMA DAS REUNIÕES DO XVIII CONAD

4ª FEIRA 12/10	5ª FEIRA 13/10	6ª FEIRA 14/10	SÁBADO 15/10
9 às 13h - Seminário A Questão Sindical - Credenciamento	8 às 9h - Sistemática de controle de verbas Palestra do Prof. Elias Antônio Jorge (UFMG)	9 às 13h - Grupos Setoriais Tema 4	MANHÃ LIVRE
13 às 14h30 ALMOÇO	13 às 14h30 ALMOÇO	13 às 14h30 ALMOÇO	13h30 às 14h30 Posse da Diretoria da ADUFPB-JP
14h30 às 18h - Seminário A Questão Sindical - Credenciamento	14h30 às 18h Grupos Mistos Tema 2	14h30 às 18h Plenária Temas 1, 3, 5	14h30 às 18h Plenária Tema 2
19h30 Plenária de Abertura	18 às 18h30 Intervalo 18h30 às 21h Grupos Mistos Tema 5	18 às 18h30 Intervalo 18h30 às 21h Continuação	18 às 18h30 Intervalo 18h30 às 21h Plenária Tema 4
20h30 Plenária de Instalação	21h Jantar	21h Jantar 23h – Festa do XVIII CONAD	21h30 Plenária de Encerramento
22h Cocktail	Tema 1 – Conjuntura Nacional Tema 2 – Sindicalização Tema 3 – Avaliação da Universidade e Democratização das IES		
23h Jantar	Tema 4 – Questões Setoriais Tema 5 – Questões Organizativas		

Obs.: Reuniões de Regionais a combinar

TEMA 1

CONJUNTURA NACIONAL

TEMA I : CONJUNTURA NACIONAL

Ata da Plenária – 1ª Parte

Mesa: Presidente: Sílvio Alem

1º Vice-Presidente: Malu

1º Secretário: Vanderli

2º Secretário: Carapeto

Verificado quorum suficiente, foi iniciada a Plenária, no Auditório 412 do CCHLA/UFPB, às 17h30 do dia 14 de outubro.

Principais deliberações

Foi aprovado o texto proposto pela Diretoria, modificado e acrescido após as discussões dos grupos mistos e com alterações deliberadas na plenária.

Principais votações

- Substituição, no texto, dos nomes de titulares de postos governamentais pela menção às funções exercidas. Unanimidade.
- Aprovados substitutivos às propostas de emendas formuladas pelo Grupo 3 no item III, página 4, do texto original.
- Aprovado, na dependência da Plenária sobre o Tema II, a recomendação de filiação das ADs à CUT, preferencialmente até o 8º Congresso da ANDES (este ponto consta no texto aprovado no Tema II).

TEMA I - CONJUNTURA NACIONAL

Texto Aprovado

I – A CRISE ECONÔMICA E SEU GERENCIAMENTO

Uma economia em crise. Um governo que faz com que o custo da crise seja pago pelos trabalhadores. Tal é, em síntese, a conjuntura que vive o país.

No XVIII apontou-se, na análise de conjuntura aprovada, para o desenho que assumia a política de Sarney. Agora, mais que então, fica clara a opção assumida pelo governo após a fase dos chamados “planos cruzados”, que privilegiaram uma estratégia voltada para o mercado interno. Hoje, pelo contrário, o governo aprofundou a internacionalização da economia pelo seu direcionamento prioritário para o setor externo. A Nova Política Industrial”, de constitucionalidade discutível, entra em vigor, devidamente regulamentada, pretendendo a adequação da estrutura produtiva nacional a uma nova divisão internacional do trabalho. Pretende-se a “singapurização” do parque industrial brasileiro, decisão política que serve ao objetivo de manter, custe o que custar, o pagamento dos juros da ilegítima dívida externa.

A inflação mais elevada de toda a história do país, e que se mantém crescendo, é movida pelo endividamento tanto externo quanto interno. Este endividamento, ao remunerar o capital produtivo e define os banqueiros como os maiores beneficiários da

massa de mais valia arrancada aos trabalhadores. Esse modelo de internacionalização, associado à decisão de manter o pagamento da dívida externa privilegia também o setor exportador. Enquanto isso, e como condição necessária, os salários são depreciados à velocidade de cerca de 1º ao dia.

Uma política recessiva vai sendo implantada; o Estado paralisa seus investimentos produtivos com a “Operação Desmonte”. A proposta de privatização do setor público é agilizada em nome de um pretense enjugamento do déficit público; o Decreto Lei nº 2425 estabeleceu o congelamento salarial do funcionalismo. Em 1988, a perda acumulada, projetada, deverá totalizar um valor de aproximadamente 6 vezes o valor do salário a ser recebido em dezembro. Caso não houvesse o congelamento dos salários pelo Decreto 2425, ainda assim, a perda acumulada seria equivalente a 4 salários. Os governos estaduais seguem a mesma proposta em praticamente todo o país.

Os cinco anos de mandato que Sarney obteve lhe deram a possibilidade de submeter o país à ortodoxia do FMI. Ao rejeitar a Reforma Agrária, a Constituinte optou por impedir reformas estruturais na economia brasileira.

II – MOMENTO ATUAL DA CRISE POLÍTICA

A chamada “Nova República” nada mais foi do que uma “solução” de compromisso pela qual o país, formalmente, saiu de uma ditadura para um estado de direito. Nesse processo, a massa da população viveu um momento de grande euforia, com a Campanha das Diretas, logo soterrado pela avalanche conservadora. Das “Diretas Já” passamos ao “Muda Brasil”, onde se confirmou o lema de que para que tudo permanecesse, era preciso que tudo “mudasse”.

O governador Sarney, que sempre se caracterizou pela irresponsabilidade política e com uma sucessão de escândalos, contando com a conivência dos partidos oficialistas foi, pouco a pouco, esterilizando a vitalidade da luta pelas diretas. Os partidos, o parlamento, tudo foi de roldão. A antiga legenda oposicionista do MPDB passou a viver o oficialismo mais imediatista.

Os governadores eleitos, no e pelo logro do Plano Cruzado, enfrentaram desde logo a crescente mobilização popular em busca de soluções longamente adiadas “para quando formos governo”. A crise econômica, o centralismo do executivo federal, a subserviência dos governadores, a manutenção e a proeminência dos órgãos de segurança, tudo isso levou a um quadro de descrença popular em torno da idéia de cidadania política.

A constituinte, eleita por uma das mais enganosas e despolitizadas eleições, traduziu-se em um jogo de equilíbrio entre as frações da classe dominante e no qual, a muito custo, se garantiram algumas conquistas populares.

O quadro que hoje se apresenta é de desesperança. A massa da população não encontra, nos quadros institucionais, segurança para o exercício da cidadania política. A apatia, quando não o desengano total, é a sensação geral. Assistimos no país ao êxodo de milhares de brasileiros.

No momento atual nos deparamos com um processo onde os setores políticos do “centro” da arena política vêm seus espaços diminuírem pelas pressões e avanços da direita e da esquerda.

A direita acentua sua intervenção. Não se contenta apenas em ter supremacia numérica no parlamento. Busca ativamente o embate ideológico e a organização das

suas fileiras tal como exemplarmente se apresentam a UDR, UBE, etc. O processo constituinte mostrou bem essa presença. E onde não foi possível claramente derrotar as posições à esquerda, deixaram-se as regulamentações para leis complementares, onde não será exigida a maioria de 280 votos. Trabalham ativamente a questão da desesperança no sentido de ampliá-la e de reduzir permanentemente a mobilização popular. É importante salientar o destaque dado ao voto nulo nas “análises” da próxima eleição.

A questão da desesperança é tratada diversamente pelos setores da esquerda. Estes trabalham tanto no campo de questões deixadas sem respostas pelos setores oficialistas quanto no conjunto de problemas agravados pela traição aos compromissos assumidos pelos centristas no processo eleitoral de 86. Trabalham no espaço criado pela traição dos governadores que, para obter uma maior fatia de recursos para a realização do seu esquema político, optaram por Sarney contra o movimento social e, em particular, contra o funcionalismo público. A questão da desesperança é trabalhada em outro sentido: o do combate à manipulação eleitoral, o do aprofundamento da mobilização popular para poder fazer frente tanto às exigências das novas questões sociais quanto para exigir, e fazer valer, o cumprimento das conquistas sociais da nova Carta.

Isso não quer dizer, obviamente, que os setores representados pelos governadores estaduais estejam batidos ou coisa parecida. O poder dos recursos financeiros, da mídia e político deste setor não é desprezível. E eles estão jogando uma cartada decisiva: lembremos que vários deles são possíveis candidatos à Presidência da República.

O governo Sarney, por meio de seus principais assessores – do Chefe do SNI ao Consultor Geral da República – trabalham na desmobilização ativa e objetiva da nova Carta Constitucional, antes e depois da sua promulgação. Antes, golpeando-a com as medidas que vão do mais grosseiro empreguismo às reformas dos órgãos públicos, tentando assim, antecipar-se na destruição do texto, já por si, conservador. Depois, pela tentativa de usar os mais diversos expedientes como, por exemplo, a questão de serem ou não auto-aplicáveis os dispositivos constitucionais, “revogando-os” temporariamente a golpes de parecer do Consultor Geral da República.

Em relação ao movimento social, agita-se novamente a questão do pacto social, pelo qual se tenta, a pretexto de combater a inflação, incorporar os trabalhadores ao projeto global de dominação existente. Pelo projeto econômico do governo fica absolutamente claro que o pacto, se aceito, só poderá absorver uma parcela reduzida dos trabalhadores, deixando de fora a imensa maioria da classe. Em busca de benefícios para uma parcela reduzida da classe trabalhadora, os dirigentes reformistas ampliam a esfera dos privilégios (desiguais e contraditórios) das classes dominantes. O preço a ser pago é, obviamente, a perda da autonomia da classe trabalhadora.

Por fim, tenta-se fazer as Constituintes Estaduais como se devessem ser uma mera adaptação do texto federal. Isso é agravado pelo fato de que se busca evitar toda e qualquer participação popular em sua redação.

III – NOVA CONSTITUIÇÃO E A TENTATIVA DE LEGITIMAÇÃO DA ORDEM CONSERVADORA

A promulgação da nova Constituição ocorreu em meio à festa marcada pela presença das elites políticas nacionais e internacionais e pela ausência do povo, em XVIII CONAD - João Pessoa – Paraíba, de 12 a 15 de outubro de 1988

que pesem os veementes discursos de que a Lei maior estava sendo entregue à nação em nome do povo.

Delimitados os contornos do seu projeto constitucional pela eleição massivamente conservadora do Congresso Constituinte em oposição ao conceito de assembléia livre e soberana, ferozmente criticada pelo grupo palaciano, golpeada inteiramente pelo Centrão, a nova Constituição apresenta-se como instrumento importante de ordenação jurídica possível, desejada pelos grupos hegemônicos.

O movimento social organizado enfrentou a luta parlamentar, assim como a luta nas ruas. Dessa forma conseguiu inscrever, no texto da lei, alguns pontos que já haviam sido conquistados no dia-a-dia, ou seja, o direito de greve, redução da jornada de trabalho, direito à organização sindical dos funcionários públicos, etc.

Os pontos considerados avanços (turno de seis horas, hábeas-data...) já possuem, por parte da classe dominante, propostas alternativas para serem derrotadas nas leis regulamentadoras, ou mesmo na prática (vejam-se as ameaças do Consultor Geral da República, e declarações do SNI sobre a criação de um arquivo especial; esterilização em massa de mulheres, denunciadas pelo movimento feminista; estudos que estão sendo feitos para burlar a jornada de 6 horas, etc).

Por trás de toda discussão de pequenas conquistas, deixou-se quase intacta a estrutura do poder judiciário, que será exatamente a quem competirá a interpretação da Lei votiva.

A arena da luta parlamentar, todavia, não deixou de registrar derrotas fundamentais impostas ao conjunto não burguês da população. É dramaticamente significativo que o projeto de dominação democrática burguesa inscrito na nova Constituição tenha que passar pela preservação do poder interventor exercido pelo aparato militar.

Outras derrotas flagrantes aconteceram ainda nas ordens políticas (cinco anos para o mandato de Sarney...), econômicas (preservação da base material da oligarquia e do empresariado rural...) e social (estabilidade no emprego...).

Se a feitura de uma nova Constituição é instrumento importante e até imprescindível para o estabelecimento da nova dominação social burguesa, nem por isso é suficiente para consolidá-la. O adiamento de decisões fundamentais e a necessária complementação por leis indicam os próximos enfrentamentos. Desde logo, o esvaziamento do poder legislativo, a enxurrada de decretos prévios à promulgação da nova Constituição e a possibilidade de resolução de projetos mediante voto de liderança apontam na direção da continuação da luta parlamentar em terreno cada vez mais difícil. Uma atitude de invigilância dos movimentos sociais precisa dar lugar a um renovado esforço de articulação do enfrentamento parlamentar, combinado com a luta na rua.

A universidade deve também chamar a si a responsabilidade de contribuir na mobilização da sociedade para um processo de discussão sobre as eleições de 1990, que serão constitucionais. A realização de seminários e debates e a produção de documentos e propostas podem se constituir em instrumentos eficazes na reversão do quadro, que em muitos casos é desfavorável ao nosso projeto de sociedade.

A ESCOLA PÚBLICA AMEAÇADA

Por deliberação de suas instâncias máximas de decisão, a ANDES engajou-se nos trabalhos da Constituinte. Em conjunto com uma dezena de outras entidades, XVIII CONAD - João Pessoa – Paraíba, de 12 a 15 de outubro de 1988

formulou uma proposta para a Constituição cujo eixo esteve centrado na expansão do ensino público, gratuito, democrático, laico, crítico e de elevado padrão de qualidade.

A marca principal dessa Constituição, em matéria de educação, foi salvaguardar as empresas privadas da democratização interna, do piso salarial e do plano de carreira, garantidos à rede pública. Por outro lado, não se assegurou a exclusividade de verbas públicas às escolas públicas. Reconhecemos essa e outras derrotas desde a avaliação feita ao final do primeiro turno de deliberação; no entanto, soubemos capitalizar avanços conseguidos. Do primeiro para o segundo turno, a conquista da aposentadoria especial aos 25/30 anos de efetivo magistério precisa ser creditada como resultado da ação do movimento docente. Cabe lembrar que essa conquista já figurava na Constituição anterior.

A Constituição não oferece garantias seguras para a expansão do ensino público e gratuito em todos os níveis. O aprofundamento da política de desengajamento do Estado em relação ao financiamento educacional está conduzindo as Universidades Públicas à maior crise da história. O boicote deliberado de verbas vem levando ao espocar de crises, sintoma de um problema que atinge todas as IES públicas. Em nenhum momento de nossa história os recursos para outros custeios e capital (OCC) atingiram percentuais tão baixos. Por outro lado, aumentam os repasses de verbas para as IES particulares. Rural de Pernambuco, Rural do Rio de Janeiro, Federal Fluminense, Ouro Preto e UFES, são os primeiros casos de reação das comunidades universitárias a essa política de desmonte da Universidade Pública.

Consentaneamente com a política de desobrigação do Estado para com a Educação, o orçamento da União, encaminhado ao Congresso Nacional, mantém o corte geral sobre as verbas destinadas à Educação e não prevê formas adequadas para que seja eficazmente cumprido o dispositivo de aplicação de 18º da Receita Tributária para a manutenção e o desenvolvimento do ensino.

O governo estabeleceu mecanismos, mediante os decretos que criaram a “Nova Política Industrial” e sua regulamentação, que transferem a responsabilidade de financiamento de pesquisas, quando não do ensino e da extensão, às mãos das empresas privadas. Desta maneira, na forma de articulação das Universidades Públicas com as empresas, está sendo desenhada uma estrutura cujos efeitos serão permanência prolongada e implicações decisivas para o futuro do ensino público, gratuito, autônomo e democrático.

Valendo-se de uma pretensa ignorância de como resolver o disposto no Art. 60 das Disposições Transitórias da Constituição, que estabelece que os “poderes públicos” aplicarão no mínimo 50% dos recursos previstos para Educação no “Ensino Fundamental e Erradicação do Analfabetismo”, o Ministério da Educação suscita uma polêmica interpretativa cujo resultado será gerar maior caos para as universidades públicas. Caso prevaleça o entendimento de que cada esfera do poder público deverá destinar 50% dos recursos públicos ao ensino fundamental, a única possibilidade de se evitar a destruição das IFES é elevar o percentual mínimo de 18% previsto no Art. 212 da Constituição, além de, simultaneamente, assegurar que os recursos aplicados na Educação sejam protegidos da corrosão inflacionária.

Para o entendimento desse caos torna-se também necessário analisar a conjuntura interna das Universidades, pondo-se em foco a avaliação crítica do próprio movimento docente e seu papel na luta em defesa do ensino público e gratuito.

IV OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A CRISE

Já no XVII CONAD reconhecíamos as deficiências políticas e organizativas dos trabalhadores brasileiros e de seus movimentos, situação explicável por toda uma história de ações repressivas ou cooptadoras patrocinadas pelos patrões e pelo Estado.

No setor privado, o crescimento reduzido, quando não a estagnação, do setor produtivo industrial de mercado interno, combinado à dinâmica do setor produtivo voltado para as exportações, como a preservação do reajuste salarial pela URP, tem levado à redução do número de greves. Já no setor público, a drástica política de contenção do déficit público mediante confiscos salariais e as ameaças da “Operação Desmonte” impulsionaram a mobilização dos trabalhadores.

Muito há de se fazer, ainda, no campo das lutas do funcionalismo público. Trata-se de uma categoria de trabalhadores extremamente complexa por sua composição, cuja experiência de lutas é limitada e desigual, e que se defronta com a intransigência governamental. Este quadro explica parcialmente as dificuldades presentes na condução de sua luta conjunta. Mesmo assim consideramos que deve ser mantida a deliberação de fortalecer a Plenária Nacional dos Trabalhadores das Estatais e dos Servidores Públicos, inclusive a nível estadual e municipal, pois essa luta pode se revelar como uma das maneiras de enfrentar, com o apoio de uma categoria numerosa, as tentativas de destruição do aparato produtivo público e dos serviços públicos.

No quadro da crise econômica e política que identificamos, novamente surge a tentativa de estabelecimento de um “pacto social” que minimize os riscos que corre a burguesia de ver seus lucros minguarem. Nossa palavra só pode ser a de rejeição a qualquer tentativa de impor aos trabalhadores novos sacrifícios, nossa posição a de denúncia dos que, em nome da classe trabalhadora, se dispuserem a aceitar espúrios.

O III CONCURT, maior Congresso já realizado pelos trabalhadores brasileiros, demonstrou o crescimento significativo do setor mais combativo do movimento sindical. O fortalecimento da CUT, pela ampliação de sua ação (inclusive quanto ao Departamento de Trabalhadores da Educação) é um objetivo que defendemos. Nossa possível filiação, definida enquanto indicativo aprovado pelo 7º Congresso, será importante contribuição à unificação das lutas dos trabalhadores e se impõe ao movimento como necessidade urgente.

RECOMENDAÇÕES

- Campanha pela garantia das conquistas na Constituição, na perspectiva da proposta aprovada pela CUT no III CONCURT.

- O CONAD recomenda que as ADs encaminhem as lutas sindicais conjuntamente com as entidades dos servidores da Universidade.

Obs.: (Ver também: Tema II)

TEMA I

Ata da Plenária (2ª parte): Política Educacional

Início da 2ª parte da plenária: 20h5

Mesa: Presidente – Malu

1º vice-presidente – Vanderli

1º Secretário – Carapeto

2º Secretário – Sílvio Alem

XVIII CONAD - João Pessoa – Paraíba, de 12 a 15 de outubro de 1988

O texto proposto pela diretoria foi aprovado, com supressão e emendas.

Principais deliberações

- Foi integralmente modificado o item (organização do Sistema de Ensino) da proposta original (unanimidade).

POLÍTICA EDUCACIONAL – Texto Aprovado

I - INTRODUÇÃO

A luta a ser desenvolvida na elaboração das Constituintes Estaduais e da LDB é questão fundamental para o MD neste XVIII CONAD.

A avaliação realizada no XVIII CONAD sobre o texto aprovado no 1º turno do Congresso Constituinte continua válida, pois praticamente nele não houve alterações, exceto pela extensão da aposentadoria especial – o que se constitui uma vitória do MD.

Os pontos onde não conseguimos avançar, como a exclusividade de verbas públicas para as escolas públicas, a carreira para os docentes das IES privadas, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a democratização nestas escolas se constituem em questões a serem apresentadas nas Constituintes Estaduais, na LDB e na legislação geral. É preciso ainda atentar para o caráter dúbio das formulações da Constituição. Seu texto permite interpretações diferenciadas. Daí decorre que a luta prossegue, e tem no momento de definição da legislação complementar e nas Constituintes estaduais momento relevante e decisivo.

II – CONSTITUINTES ESTADUAIS

A) REGIMENTO INTERNO

As Constituintes estaduais serão elaboradas num prazo de um ano, dentro dos limites que a nova Constituição Federal impõe. Não houve eleições especialmente convocadas para esse fim, sendo que a própria Constituição Federal legitima e estabelece limites às Constituições Estaduais. As Assembléias Legislativas terão a prerrogativa de reordenação institucional dos Estados. Suas decisões terão profundas repercussões no processo de construção da sociedade democrática, pela qual lutam os trabalhadores, entre os quais os docentes. Por isso, é necessário que o MD, articulado aos movimentos sociais populares, se posicione firmemente, visando uma intervenção unificada, desde o início dos trabalhos nas Constituintes Estaduais.

A definição do Regimento Interno, ou procedimento semelhante marcará a primeira batalha nas CEs.

Esta fase é de vital importância para que os setores organizados da população garantam maiores espaços para as suas propostas, mediante mecanismos institucionais de participação, cabendo destaque para os seguintes artigos:

- Existência de mesa diretora exclusiva;
- Votações abertas;
- Garantia de livre acesso às galerias;

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

- Divulgação dos Debates e resultados pelos meios de comunicação;
- Garantia de apresentação de textos de iniciativa popular, mediante certo número de assinaturas;
- Garantia de audiências com as entidades nas subcomissões e comissões;
- Garantia de transmissão das emendas populares, com procedimento igual às apresentadas por parlamentares, com defesa assegurada por um dos signatários, inclusive em plenário;
- Prazos definidos para o funcionamento de comissões e subcomissões.

Algumas Assembléias Legislativas já se organizam para os trabalhos Constitucionais, com encaminhamentos apressados e antidemocráticos, que não favorecem nossa participação. No Rio de Janeiro, por exemplo, um anteprojeto de constituição já está formulado, devendo em breve ser remetido à apreciação dos parlamentares.

Procedimentos semelhantes estão ocorrendo em outros estados e, se não tiverem uma contrapartida à altura, poderão imprimir uma marca mais conservadora e retrógrada do que a que já observamos na Carta Federal.

B) CONTEÚDO DAS CONSTITUINTES ESTADUAIS

No texto constitucional, admite-se, claramente, pela primeira vez na nossa história, a existência de “3 tipos de escola”: a pública; a confessional, filantrópica ou comunitária (para a qual sacramenta-se o subsídio); a particular. Dá-se garantia constitucional ao lucro na educação, impede-se o padrão unitário de qualidade, negando-se a carreira aos professores de 1º e 2º graus e aos das IES particulares, bem como a gestão democrática destas escolas.

A própria redação dada à Carta possibilita que retomemos praticamente todos os pontos da plataforma da ANDES para a educação, agora em plano estadual.

1. ENSINO PÚBLICO E GRATUITO em todos os níveis, sendo dever de Estado o provimento de vagas em número suficiente para atender à demanda.

2. GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

- Garantia de participação da comunidade escolar (professores, funcionários, pais e alunos), da comunidade científica e de entidades representativas da classe trabalhadora na definição e controle da política educacional do Estado (as escolas, em órgãos intermediários, Secretarias Estaduais e CEEs, caso sejam mantidos);
- Garantia de critérios públicos e democráticos de gestão acadêmica, científica, administrativa e financeira de todas as instituições de ensino e organismos de financiamento da pesquisa e da extensão;
- Garantia de eleições diretas para as funções de direção e coordenação das instituições de ensino (de 1º, 2º e 3º graus) com participação de todos os segmentos da comunidade, esgotando-se o processo de escolha no interior das instituições;

- Garantia de eleições diretas para Reitor e Vice-Reitor das Universidades Estaduais, com participação, preferencialmente fretaria, dos três segmentos (professores, estudantes e funcionários), esgotando-se o processo de escolha no interior das IES.

3. AUTONOMIA E GARANTIA DE PADRÃO DE QUALIDADE

- Garantia de padrão unitário de qualidade, indispensável ao ensino nos três níveis;
- Indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão nas instituições de ensino superior, bem como nas demais instituições de ensino, respeitadas suas finalidades;
- Autonomia pedagógica, científica, administrativa e de gestão financeira para as instituições de ensino públicas.

4. VERBAS PÚBLICAS PARA O ENSINO PÚBLICO

- Utilização dos recursos estaduais, destinados à educação (no mínimo 25% da receita resultante de impostos), exclusivamente para estabelecimentos educacionais que integram os sistemas públicos de ensino, garantida a ampliação, conservação e melhoria da rede física pública, de forma a atender, plenamente, à demanda.

Obs.: O texto aprovado na Constituição Nacional afirma que os recursos públicos podem ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, assim como “poderão” ser destinados a bolsas de estudo, para o ensino fundamental e médio, quando houver falta de vagas e cursos regulares na rede pública... “, mas não obriga a tal. Se os 25% da receita resultante de impostos forem utilizados na rede pública exclusivamente, não se estará contrariando a Constituição Federal.

- Criação de mecanismos claros e democráticos de controle da arrecadação e utilização dos recursos destinados à educação, com participação de estudantes, funcionários, pais de alunos, representantes da comunidade científica e entidades de classe.
- Obrigação do Estado de fornecer, mensalmente, ao público, informações precisas das receitas recolhidas e despesas efetuadas;
- Garantia de que os recursos públicos destinados à educação sejam protegidos contra a corrosão inflacionária.

5. CARREIRA ÚNICA PARA O MAGISTÉRIO (PÚBLICO E PRIVADO)

Exigimos:

- Concurso público para o preenchimento de cargos e empregos;
- estabilidade no emprego;
- piso salarial profissional;
- condições plenas para reciclagem e atualização permanente com direito a afastamento das atividades docentes sem perda das remunerações;
- progressão funcional na carreira, baseada na titulação e avaliação do desempenho, independente do nível em que se trabalhe;
- aposentadoria aos vinte e cinco e trinta anos, com proventos iguais aos da ativa, para o magistério.

6. CARREIRA ÚNICA PARA SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

XVIII CONAD - João Pessoa – Paraíba, de 12 a 15 de outubro de 1988

Exigimos:

- Concurso público para o preenchimento de cargos e empregos;
- estabilidade no emprego;
- piso salarial profissional;
- condições plenas para reciclagem e atualização permanente, com direito a afastamento das atividades, sem perda das remunerações;
- progressão funcional na carreira, baseada na titulação e avaliação de desempenho;
- aposentadoria com proventos iguais aos da ativa.

7. FISCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS PRIVADAS

A autorização para o funcionamento das escolas privadas deve estar condicionada a:

- Estabilidade no emprego para professores e funcionários;
- piso salarial profissional;
- carreira docente e técnico-funcional (vide pontos 5 e 6);
- gestão democrática (vide ponto 2);
- comprovação de finalidade não lucrativa;

* O estado fiscalizará a observância das normas relativas ao cumprimento da carreira única do magistério superior e dos servidores técnico-administrativos na rede privada, bem como o exercício da liberdade de organização associativa e sindical.

O não cumprimento destas normas acarretará a suspensão do funcionamento dessas escolas.

Obs.: 1 – Algumas das atuais Constituições Estaduais dão benefícios de isenção fiscal aos estabelecimentos privados. A Constituição Nacional não menciona este fato. É importante que a proibição de isenção fiscal seja explicitada na Constituição Estadual.

8. APOIO AO EDUCANDO

A garantia do ensino público também compreenderá os programas de transporte, alimentação, material escolar, assistência médico-odontológica-hospitalar e práticas desportivas.

9. RECOMENDAÇÕES

- O MD deve assumir o compromisso de promover, pela ação de todas as ADs, amplos debates com a participação de docentes de 1º e 2º graus, reativando-se os Fóruns Estaduais pela Educação Pública e Gratuita, discutindo-se:

- a) O ensino pré-escolar, de 1º e 2º graus;
- b) a articulação entre os três níveis de ensino, visando formular propostas para a organização do sistema de ensino de 1º e 2º graus, de modo a fornecer elementos para a concretização de propostas das Constituintes Estaduais e LDB.

Como subsídio, recomenda-se o aprofundamento do debate a partir do texto “Proposta preliminar para a LDB”, enviado em setembro pelo GT Política Educacional às ADs. Deve-se considerar, ainda, o Relatório do Seminário Nacional dos Docentes de 1º e 2º graus das IES.

- Que seja assegurada a obrigatoriedade do ensino das disciplinas de Filosofia e Sociologia nos cursos de 2º grau, como fomentadoras e fundamentadoras do desenvolvimento qualitativo de consciências críticas;
- Que sejam revogados os decretos ditatoriais (869/69 e 68065/71) que tornaram obrigatório o ensino de Educação Moral e Cívica em todos os níveis de ensino.

10. UNIVERSIDADES ESTADUAIS

Além do já citado, sobre gestão democrática, autonomia e carreira única, cabe citar:

- Regime Jurídico Único para IES estaduais.

11. INCENTIVO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Garantia de:

- Incentivo ao desenvolvimento científico à capacitação tecnológica e à pesquisa científica básica;
- Fixação de um mínimo de um por cento da receita bruta do Estado para as Fundações de Pesquisa do Estado. Garantia, por lei complementar, de autonomia dessas fundações, que teriam sua direção definida pela comunidade universitária, garantindo-se a fiscalização pública mas impedindo-se a ação clientelística dos governos.

A forma pulverizada como as Constituintes Estaduais serão elaboradas, a tendência das Assembléias Estaduais, que já está se delineando, em construir cartas adaptadas, apressadas e resultantes de encaminhamentos antidemocráticos, exige do MD um esforço redobrado. o desafio está lançado e cabe, como a nós, respondermos com firmeza, na defesa da escola pública, gratuita, democrática e de qualidade. Por isso propomos:

1. Envolvimento imediato de todas as ADs nas discussões das Constituintes Estaduais, promovendo debates, seminários ou outras formas de mobilização interna às IES.
2. Fortalecimento ou criação, onde não existirem, dos Fóruns Estaduais de Educação, que viabilizem uma ação conjunta da ANDES-ADs com outros movimentos organizados, ligados à Educação.
3. Acompanhamento sistemático, pelas Vice-Presidências regionais, dos trabalhos constitucionais, ficando a coordenação no escritório Rio de Janeiro.

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

4. Atuação, com outros setores organizados da sociedade, nas Assembléias Legislativas, desde a fase regimental dos trabalhos constituintes.
5. Articulação com outros movimentos sociais organizados, levando às Constituintes Estaduais propostas em relação a saúde, ciência, tecnologia e meio ambiente.

III - LDB

Nossa atuação na elaboração da Lei Complementar de Educação e Cultura – ou “LDB” contará, de saída, com a experiência derivada da articulação de entidades sindicais e organizações populares no “Fórum Nacional de Educação”. Temos, bastante desenvolvida, uma proposta para a educação superior. No entanto, faz-se necessária maior articulação com o 1º e 2º graus, ampliando-se o espaço de discussões. Esse é o momento oportuno para que isto ocorra e possamos, inclusive, superar, pelo trabalho conjunto, a política divisionista do MEC, que responsabiliza o ensino superior pela precariedade do ensino de 1º e 2º graus.

A proposta que temos de LDB concebida para todos os níveis de educação nacional é incipiente, pois se existem propostas setoriais, elas não foram consistentemente debatidas e aprofundadas pelos diversos setores de trabalhadores da educação enquanto uma proposta única e orgânica. O GT de Política Educacional deu um passo importante quando sintetizou diversas propostas num documento enviado a todas as ADs para desencadear o debate. Agora, até o VIII Congresso da ANDES, é necessário avançar mais no sentido da formulação de uma proposta unitária de LDB, na qual estejam consubstanciados princípios unitários e definições claras do processo de democratização, avaliação, condições de trabalho e padrão unitário de qualidade para todos os níveis de educação nacional.

Na elaboração da nova LDB, está concretamente posta a possibilidade de revertermos o espaço dado ao empresariado da educação pela Constituição, a questão da carreira, administração democrática e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, nas escolas privadas.

Estas modificações dependerão concretamente da articulação de todos os segmentos da sociedade comprometidos com a educação pública gratuita, democrática e de qualidade para todos e de ampla campanha de esclarecimento da população.

Pela deliberação do XVII CONAD, as ADs deveriam ter debatido a proposta enviada pelo GT de Política Educacional, para que, agora, neste XVIII CONAD, pudéssemos aprofundar e consolidar uma proposta das ADs/ANDES para o Plano Nacional de Educação e LDB.

As ADs não enviaram antecipadamente suas contribuições, mas é necessário que iniciemos, com urgência, esse debate. Devemos ser ágeis e incansáveis para respondermos, à altura, ao avanço do projeto de privatização da educação do país.

Encaminhamentos:

1. Que o GT de Política Educacional analise todo o capítulo de educação da constituição, para que se priorizem, nas discussões sobre a LDB, as

questões em que não conseguimos avançar. Essa análise será remetida às ADs para subsidiar as discussões.

2. Que a ANDES se articule com as outras entidades ligadas à educação, na luta, junto ao Congresso Nacional, para que as leis complementares da educação sejam discutidas em conjunto. Caso contrário, ações isoladas, protegendo interesses privatistas, pulverizarão nossa luta.
3. Que as ADs busquem criar, localmente, GTs de Política Educacional para discussão dessas questões e sua articulação com as organizações populares interessadas na questão.
4. Que os resultados das discussões nas ADs sejam enviados ao GT de Política Educacional para subsidiar a luta em nível nacional.
5. Que se busque concretizar o encontro ANDES/CPB aprovado no XVIII CONAD, o qual ainda não se concretizou por dificuldades de calendário da CPB.

IV. A QUESTÃO DA UNIVERSIDADE

Apesar de o MD ter discussão acumulada no que se refere à educação superior, além de ter obtido conquistas na constituição e no PUCRCE das IFES, devemos fazer avançar nossa proposta e buscar reverter a implantação do projeto de Universidade do Governo. Devemos ser capazes de avaliar, detalhar e enriquecer nossa proposta.

Para isso o XVIII CONAD deliberou pela realização do dia nacional de avaliação e democratização da universidade brasileira, dia 28 de setembro. Não recebemos antecipadamente os resultados das ADs, o que nos permitiria a consolidação das propostas.

Vivemos um momento decisivo da universidade brasileira, em que a política de verbas do governo visa a falência das universidades públicas. O arrocho salarial que nas estaduais tem levado a sucessivas greves; a inviabilização de uma política séria de ciência e tecnologia, pelo corte dramático no orçamento do CNPq; o flagrante desrespeito à autonomia universitária, apontam para a implantação de uma política de ensino superior voltada para interesses da nova política industrial, tornando as universidades instrumentos do grande capital.

A definição de uma política de ensino superior, na LDB, coerente com nossos princípios, irá exigir grande mobilização e clareza de propostas para todas as questões, especialmente aquelas que são polêmicas, dentro do próprio movimento.

Temos que garantir que questões como autonomia universitária e democratização sejam claramente definidas na legislação complementar, de modo a se constituírem avanços reais na direção da construção da universidade que queremos.

V. O SETOR SAÚDE NAS UNIVERSIDADES

A área da saúde é um dos alvos mais importantes do MEC na sua política de esfacelar a universidade e enfraquecer os movimentos de suas categorias organizadas. Por suas características peculiares, (principalmente a sublocação de mão de obra

docente no INAMPS e outros convênios) esse setor apresenta maiores facilidades para a propagação do discurso de “gratificação por produtividade”, com a qual o MEC desvirtua o trabalho docente de produzir conhecimento, ao transformá-lo em simplesmente assistencial. Ainda seguindo essa estratégia, o governo está lançando “planos salvadores” para os Hospitais universitários (HUs), liberando enormes somas para reequipamento, manutenção, expansão física e de pessoal dos HUs. Simultaneamente desencadeou o Projeto UNISIS vinculando os Centros de Ciências da Saúde (CCS) e Hospitais Universitários ao SUDS (Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde), desresponsabilizando-se pela manutenção dos mesmos e transformando-os em meros hospitais assistenciais.

Tais medidas se fazem em detrimento do desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão universitária.

Para evitar que isso persista, é necessário que sejam claramente discutidos os projetos do MEC para os HUs, sus reais intenções por parte dos docentes de todas as áreas do conhecimento e não apenas no setor de saúde.

O GT de Política de Saúde compilou e remeteu às ADs um material básico para a discussão deste tema, elaborando uma análise crítica das propostas do governo. É necessário que o MD discuta formas de interferir no processo sem reivindicar, simplesmente, a participação na comissão do UNISIS, o que poderia legitimar decisões sem um poder real de modificá-las. Se essa discussão não for iniciada imediatamente, corremos o risco de nos transformarmos em meros espectadores, já que os planos já estão formalmente implantados e já estão ocorrendo a liberação de verbas e a contratação de pessoal não docente para a ampliação dos quadros do HU.

Além disso, o GT de Política de Saúde está colhendo dados sobre a carreira dos docentes da área de saúde e sobre os HUs, visando traçar um perfil do setor.

Próxima reunião do GT – dia 25/11, 9h, ASDUERJ

CRONOGRAMA

DATA	EVENTO/AÇÃO/PROVIDÊNCIAS
A ser definida	Reunião das ADs das IFES que estão realizando processos estatuintes (Coordenação Federais)
24/11	Reunião do setor das Federais – UERJ a) protocolar pauta de reivindicação salarial, verbas, estabilidade no emprego, com solicitação de audiência ao Ministro da Educação para resposta até 9 de novembro;

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

- b) encaminhar resposta às ADs para discussão até 16 de novembro;

Encaminhamentos da Diretoria do ANDES

- c) rodada de AGs para definir formas de ação a serem fechadas na reunião do setor;

(Obs.: Há outros pontos na pauta da reunião do setor)

A ser definida

Dia Nacional de Mobilização

Pauta: ensino de 1º, 2º e 3º graus, com vistas à LDB

ANEXO

(Texto aprovado na Plenária das Questões Setoriais, Setor ADs de IES Federais, para ser incluído no tema Política Educacional)

O papel das escolas de 1º e 2º graus das IES

As escolas de 1º e 2º graus das IES deve ter o caráter e/ou o papel de funcionarem como:

- a) Escolas-laboratório, onde as experiências no âmbito do ensino, pesquisa e extensão sejam indissociáveis, consideradas atividades de caráter cotidiano, visando a produção de instrumentos para melhoria de 1º e 2º graus.
- b) Enquanto escolas experimentais devem estar comprometidas com a produção e transmissão e a apropriação crítica do conhecimento, primando pela qualidade do trabalho educativo realizado e investindo, para tanto, na formação de seu corpo docente.
- c) Elo de ligação entre os três níveis de ensino (1º, 2º e 3º graus) exercendo esse papel junto à universidade e aproximando-a das escolas de 1º e 2º graus não ligadas a ela. Tal aproximação é fundamental no resgate do compromisso da universidade com a educação e de seu papel de Centro de Capacitação de profissionais da área.
- d) Campo de estágio que objetive a formação e o aperfeiçoamento dos professores de 1º e 2º graus.

INCENTIVO À PESQUISA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

No tocante ao fomento em Ciência e Tecnologia, a situação que se apresenta promete um estrangulamento acentuado.

O corte de 5º sobre o orçamento de C&T anunciado pelo Ministro do MCT não corresponde aos números de que dispomos quando submetidos à análise.

Temos que salientar, em primeiro lugar, que ainda não dispomos de dados relativos às despesas realizadas em 1988, os quais estão em fase de sistematização pelo CNPq. Trabalhamos com os orçamentos propostos para 1988 e para 1989.

Se considerarmos que o próprio MCT submeteu para seu programa de trabalho uma despesa da ordem de Cz\$ 162 bilhões e considerando que o montante apresentado no orçamento para 1989 é da ordem de Cz\$ 103 bilhões (recursos do tesouro), podemos concluir que nominalmente o corte sobre o proposto pelo MCT é da ordem de 35%.

Por outro lado, não nos parece claro que o orçamento de 1988 possa ser simplesmente projetado para 1989 em termos da inflação considerada de janeiro /88 a junho/88. Diferentemente do orçamento que fixa a data de junho/88 como referência de preços, o orçamento de 1988 nenhuma referência faz. No entanto, levando-se em consideração que os orçamentos da União sempre são iniciados no mês de abril, a projeção a ser feita deve basear-se na variação da OTN entre os meses de abril/87, que haverá a correção do orçamento para valores e preços no início do seu exercício, muito embora a Exposição de Motivos faça referência a tal correção.

Deste modo, para efeito de “atualização” do orçamento tomamos o valor de variação em 565,2%. Com este parâmetro, o corte do orçamento do MCT é da ordem de 51% em nível de MCT e de 42% em nível de CNPq.

Mesmo sem considerarmos a variação de preços entre as datas de abril/87 e junho/88, álbuns pontos em si demonstram o estrangulamento que o sistema de C&T acessível às IES sofrerá. Na rubrica “Pesquisa Aplicada” (CNPq) o valor nominal para 1989 (Cz\$ 2,68 bilhões) é inferior ao valor nominal de 1988 (Cz\$ 2,85 bilhões). Seja qual for a análise de atualização do orçamento, esta situação demonstra uma vinculação direta entre o orçamento do MCT e a política de “autonomia financeira” que se tenta implantar dentro da chamada “Nova Política Industrial” que, segundo a ótica governamental, permitirá às IES buscarem recursos do setor industrial privado.

Na rubrica “Ensino de Pós-Graduação”, entendida aqui como recursos de C&T, a variação nominal do orçamento de 1988 (Cz\$ 4,29 bilhões) para o orçamento de 1989 (CV\$ 22,2 bilhões) é de 5,17 vezes. Cabe salientar que, quando a proposição do orçamento de 1988 (em abril de 1987), os valores da bolsa estavam bem abaixo dos patamares atingidos em 1988 (8091 bolsas) difere daquele previsto para 1989 por um fator de 1,7 vezes. A comparação entre o valor atualizado e o valor proposto mostra um corte de 22,2%. Se a atual metodologia de reajuste das bolsas de formação vier a ser mantida, um corte no total de bolsas será efetuado. Caso contrário, as bolsas sofrerão maior estrangulamento, inviabilizando mais ainda a dedicação exclusiva aos cursos de Pós-Graduação.

O que indicamos como perspectiva de trabalho é, em primeiro lugar, passar a exercer mais sistematicamente não só o acompanhamento das despesas realizadas no âmbito do MCT (CNPq e em especial FINEP, aqui não considerada, bem como do crescimento vegetativo do sistema C&T, relativamente ao PIB. Este acompanhamento nos permitirá avaliar também o montante de recursos destinados a C&T que são acessíveis às IES, visto que uma grande parcela dos Ministérios detém, na função Administrativa e Planejamento, a rubrica de C&T.

Indicamos também a necessidade das ADs acompanharem, sistematicamente, os orçamentos de C&T a nível estadual e a realização das despesas.

Obs.: Nos quadros abaixo, “Atualização de OTN”, considera-se o período abril/87 a junho/88.

RECURSOS DE TODAS AS FONTES – CNPq
PESQUISA APLICADA

1988 (orçamento) 2,85 bilhões

1989 (orçamento) 2,68 bilhões

Há uma redução nominal no valor desta rubrica

Atualização pela OTN 18,96 bilhões

Corte de 85,8%

ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

1988 4,29 bilhões

1989 22,2 bilhões

Atualização pela OTN 28,54 bilhões

Corte de 22,2 %

- em 1988 havia uma previsão de 6881 bolsas no país e 1210 bolsas no exterior, num total de 8091 bolsas.

- em 1989 há a previsão de 10.640 no país e 3403 no exterior, respectivamente, num total de 14043 bolsas.

PESQUISA FUNDAMENTAL

Orçamento 1988 1,77 bilhões

1989 3,40 bilhões

Atualização pela OTN 11,77 bilhões

Corte de 71,15%

INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Orçamento	1988	0,47 bilhões
	1989	1,47 bilhões
Atualização pela OTN		3,13 bilhões
Corte de		52,92%

BOLSA DE ESTUDOS

	1988	2,57 bilhões
	1989	13,99 bilhões
Atualização pela OTN		17,9 bilhões
Corte de		18,17%

MCT / CNPq

Recursos de todas as fontes

TOTAL

	1988	14,94 bilhões
	1989	57,13 bilhões
Atualização pela OTN		99,38 bilhões
Corte de		42,3%

MCT

Despesa total (Adm. Dir. + Entidades Supervisionadas)

	1988	32,51 bilhões
	1989	103,99 bilhões
Atualização pela OTN		216,19 bilhões
Corte de		51,9%

ATA DA PLENÁRIA – (3ª Parte)

VERBAS

Mesa: Presidente: Vanderli Fava

Vice-Presidente: Márcia Brandão

1º Secretário: Carapeto

2º Secretário: Tito

Às 21h45 do dia 14/10, prosseguiu a plenária do tema 1, em seu 3º tópico.
O texto proposto pela Diretoria foi aprovado com acréscimos e modificações.

Registro das principais votações:

1. Foi rejeitada a proposta de substituir o índice reivindicado de 27,3% na relação OCC/OG das IFES pelo de 25% do montante destinado a cada IFE pela União (unanimidade).
2. Foi aprovada recomendação de que o GT Verbas estude o assunto, informando às ADs, para nova discussão.
3. Foi rejeitada a proposta de acréscimo de seis itens ao texto verbas para a universidade (10X6X6 abstenções).
4. Foi rejeitada a proposta de paralisação (indicativo) para o dia 20/10, em ação conjunta com a UNE e a FASUBRA (contra 1 voto).
5. Foi aprovada a formação de comandos locais de mobilização para a luta por verbas (4abstenções).
6. Foi aprovada a recomendação de que a ANDES divulgue seu posicionamento a respeito da interpretação que o MEC tem do art. 60 das Disposições Transitórias da Constituição (50% de recursos públicos para o ensino fundamental).
7. Foi aprovada a divulgação, neste relatório, do texto da ADUFSCar e do relato da ADUFAC.

VERBAS – Texto aprovado

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

O ataque à universidade pública chega ao seu ponto máximo. Depois de uma preparação que consistiu na tentativa de desmoralizá-la, dizendo-a custosa e improdutiva, depois dos decretos que pretendiam estrangulá-la, impedindo-a de funcionar por falta de professores, agora é a vez de inviabilizá-la, cortando suas verbas.

O governo federal, o MEC, associado ao lobbismo privatista, quer assim acabar com a universidade pública. Asfixia as universidades públicas federais pela falta de verbas, não cumprindo o compromisso de dotá-las de 15% de OCC em relação ao orçamento global, formado na greve do ano passado.

Enquanto na semana passada o MEC liberou 7,3 bilhões para 39 universidades e 11 IFES isoladas, aquinhoou com 8,5 bilhões as mantenedoras do ensino privado, favorecendo 9 escolas particulares.

É a universidade pública, no seu conjunto, atravessando uma de suas mais graves crises. Arrocho salarial, proibição de contratação de professores e retenção de verbas são aplicadas simultaneamente pelos diferentes governos, nos diversos estados, contra as universidades estaduais.

O MD, ainda que de maneira débil, começa a responder a este ataque. As estaduais de São Paulo, em greve já há quase um mês, a comunidade da Universidade Rural, ocupando o MEC desde o dia 21/9, agora acompanhada pela UFF, são alguns exemplos de ação nesta direção.

Mas a crise não é apenas das universidades que estão em mobilização, a crise é de todas, e exige a ampliação e a generalização da luta, em defesa da universidade pública. Não há outro caminho senão o da luta. Nesse sentido, é imprescindível que cada AD eleja a questão de verbas como prioritária e fundamental, e envide todos os esforços no sentido de participar ativamente das ações propostas por este CONAD acerca da questão.

A luta por mais verbas não pode estar dissociada da luta pela transparência na elaboração e execução do orçamento das IES. Muitos reitores, apesar de assumirem hoje um discurso de oposição ao MEC, sonham à comunidade universitária informações básicas, tais como valores de captação de recursos próprios, utilização desses recursos, pagamento de funções gratificadas e comissionadas, pagamento de horas extras e prestações de serviços, etc.

Não há democratização da universidade sem democratização na elaboração e controle do orçamento. É preciso que a comunidade universitária participe da elaboração de políticas para a Instituição, definindo prioridades na execução do orçamento.

Nesse sentido, o XVIII CONAD reitera as recomendações do GT Verbas, de criação de uma Comissão de Verbas em cada IES, com o objetivo de propiciar à comunidade o acompanhamento do orçamento em execução, assim como de subsidiar a discussão com vistas à elaboração final do orçamento 89 e dos orçamentos subsequentes. Deve também ser estimulada a criação de comissões de verbas nos demais segmentos da comunidade universitária, visando uma atuação mais efetiva do movimento junto às administrações superiores.

Em nível de pressão contra os governos federal e estaduais, precisamos assumir uma ofensiva maior contra a política de desobrigação da União e dos Estados

para com as IES Públicas, divulgando regularmente na imprensa local e nacional as verbas não repassadas, os recursos doados às mantenedoras da rede privada etc.

O Ministro volta a manipular informações de modo indevido, ao afirmar que, no ano de 88, o ensino superior é responsável pela absorção de 80% dos recursos do MEC.

Segundo dados da Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF/MEC, as IFES foram responsáveis, em 87, por 55,8% do orçamento do MEC, prevendo-se para 88 um acréscimo para 63,2%. Acrescenta-se ainda o fato de a União não ser responsável pelo financiamento dos sistemas estaduais e municipais de ensino.

Recentemente, o Ministro da Educação levantou a possibilidade de realizar uma consulta ao STF sobre o significado do art. 60 das Disposições Transitórias da Nova Constituição. Esse artigo reza que “nos dez primeiros anos de promulgação da Constituição, o **Poder Público** desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de, pelo menos, 50% dos recursos a que se refere o art. 212 da Constituição, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental”.

Entendemos que o preceito constitucional exige que 50% dos recursos destinados pelo Poder Público (União, Estados e Municípios) à manutenção e desenvolvimento do ensino sejam destinados ao ensino fundamentais, nos próximos dez anos.

A interpretação do Ministro da Educação de que a União fica obrigada, pelo art. 60, a destinar 50% de seus recursos ao ensino, só poderia partir de quem está realmente comprometido com a destruição das Universidades Federais. Tal interpretação deve ser duramente combatida pelo movimento docente, quer em nível da imprensa nacional, que em nível local, haja vista o grande espaço que os meios de comunicação têm dado ao Sr. Hugo Napoleão.

Importante inda que o XVIII CONAD estabeleça que a reivindicação de que os Recursos de Outros Custeios e Capital, além dos recursos de pessoal, atinjam o mínimo de 27,8% do montante destinado a cada IFE pela União.

Segundo dados fornecidos pela SOF/MEC em 15/6/88, estão previstas alocações em 88 de Cz\$ 17.266,9 bilhões (pasmem!) para OCC, num total de Cz\$ 192.597,3 bilhões, caindo para 9,0% **em valores nominais** na relação OCC/OG. É importante salientar que esse índice cai significativamente, em termos reais, em função da retenção de repasses durante a execução orçamentária.

Cabe também destacar que 37,8% dos recursos previstos para OCC, no exercício de 88, são provenientes de Outras Fontes que não os Recursos Ordinários (Fonte OOO – Tesouro Nacional). Isto significa que nossa reivindicação de 27,8% de OCC equivale a 17,3% dos recursos destinados às IFES através da fonte OOO; próximo, portanto, da reivindicação do CRUB de 15%.

Outro ponto crucial para o movimento docente é a elaboração dos orçamentos da União e Estados para o exercício 89. Em função do prazo de apresentação de emendas ao Congresso Nacional estar expirando no próximo dia 14, a Diretoria da ANDES encaminhou documento a todos os parlamentares.

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

O documento propõe, fundamentalmente, que todo repasse de recursos do MEC às Instituições de Ensino sejam corrigidos monetariamente. Propõe idêntica sistemática para a destinação de Outros Custeios e Capital, além da previsão de aplicação de, no mínimo, 18% da arrecadação líquida de impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Propomos que o XVIII CONAD referente a proposta da Diretoria da ANDES e defina estratégias de pressão junto à Comissão Mista de Orçamento e Finanças e ao próprio Congresso Nacional, visando à aprovação de emendas defendidas pelo movimento docente.

Quanto aos orçamentos Estaduais, é preciso que as ADs pressionem as Assembléias Legislativas no sentido de garantir não só a previsão da destinação dos 25% previstos na Constituição, como também o repasse regular dos recursos às supervisionadas, corrigido monetariamente, além da destinação de 27,8% de OCC para as Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES.

Cabe ressaltar que essa pressão não deve ser tarefa exclusiva do Setor das ADs de IES Estaduais, e sim de todas as ADs, uma vez que lutar pela Universidade Pública e pela Educação é bandeira histórica do movimento docente.

É imprescindível, no entanto, que as ADs se articulem com outras entidades ligadas à educação, no sentido de fortalecer a pressão junto às Assembléias Legislativas. Os próprios Fóruns Estaduais de Educação ou Comitês em Defesa da Escola Pública, já rearticulados em alguns Estados, poderão desempenhar este papel. Salientamos que esta tarefa é urgente.

Outra questão fundamental é a definição do que se entende por “manutenção e desenvolvimento do ensino”. A Lei nº 7.348, de 24/7/05, que regulamentou a então chamada Emenda Calmon, e que foi utilizada pela União para a elaboração do Projeto de Lei - Orçamento 89 – é por demais “generosa” ao conceituar este dispositivo, pois prevê repasses desses recursos para Colégios Militares, Órgãos de Informação etc.

Cabe ao movimento docente iniciar logo a discussão da referida Lei, com o objetivo de elaborar um Anteprojeto alternativo que impeça os desvios hoje admitidos.

Quanto á luta imediata em defesa da Universidade Pública, propomos a deflagração de uma ampla campanha de esclarecimento e denúncia, junto aos próprios docentes e á opinião pública, da crise da Universidade Pública e do reforço à escola particular a que estamos assistindo. O XVIII CONAD define as estratégias da campanha dentro dos seguintes eixos:

- Contra a política de destruição da universidade pública (SOS Universidade Pública);
- Pela democratização da elaboração e acompanhamento dos orçamentos das IES públicas e Particulares;

Propomos:

- a) Este CONAD declara o MD em “estado de alerta”.

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

- b) O lançamento da campanha do dia 20/10/88, integrando o movimento docente nos eventos programados pela UNE para este dia.
- c) A realização de um “Dia Nacional de Protesto” em 9/11/88 (data indicativa a ser negociada com a UNE e a FASUBRA), com paralisação onde for possível.
- d) Que a ANDES procure articular as IES Estaduais e Federais que hoje lutam por uma mesma causa (mais verbas para o ensino superior) pelo não sucateamento do patrimônio público que representam as Universidades Públicas.
- e) Que nas atividades propostas se procure esclarecer a população sobre a situação, com o objetivo de conseguir o apoio mais orgânico possível.
- f) Que a luta pela recuperação das perdas salariais dos docentes seja levada em conjunto com a questão de crise de verbas das IES públicas.
- g) Que sejam formados Comandos de Mobilização locais, em cada AD, com vistas às medidas de luta aprovadas.
- h) As ADs presentes ao XVIII CONAD apóiam a ação de protesto que resultou na ocupação no prédio MEC/RJ, decorrência da luta dos docentes da UFRRJ.
- i) As ADs devem enviar telex aos deputados da CPI da Emenda Calmon, em termos semelhantes aos abaixo (texto da ADUFSCar):

“A Assembléia Geral dos Docentes da UFSCar manifesta sua preocupação com os recursos previstos para Educação na proposta orçamentária enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional. Constata-se que seriam destinados apenas 11,32% do orçamento para a função ‘Educação e Cultura’, quando a Constituição em vigor determina que se reserve 18% para Educação. Solicitamos empenho de V.Ex.^a no sentido de apresentar emendas que corrijam essa situação e que proporcionem maiores recursos para as IES públicas”.

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

ANEXO – CARTA AOS CONGRESSISTAS

ANDES – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO
SUPERIOR

Of. nº 068/ANDES/88
1988

Brasília, 7 de outubro de

Excelentíssimos Senhores parlamentares do Congresso Nacional.

A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, após realizar um estudo preliminar do Projeto de Lei nº 1, 1988 (CN), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1989, apresenta a V. Ex.^a **proposta de emendas relacionadas ao setor de educação**.

Não nos é possível, dada a exigüidade de tempo hábil, apresentar as emendas em sua versão final. No documento anexo, oferecemos elementos de justificação para cada uma das propostas. AS propostas de emendas são:

1. Garantia do percentual mínimo de 18% para manutenção e desenvolvimento do ensino na fixação de despesas.
2. Repasse mensal de despesas previstas (art. 212-CF) na Lei nº 1/88 em duodécimos às entidades supervisionadas.
3. Correção monetária dos duodécimos a serem repassados mensalmente com taxas iguais á proteção dada às dívidas do poder público para o capital (variação da OTN no mês anterior).
4. Destinação de Outros Custeios e Capital (OCC) para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que representem, no mínimo 25% no orçamento geral de cada uma destas instituições.
5. Repasse regular de OCC às IFES, protegidos da corrosão inflacionária, segundo critérios propostos nos itens 2 e 3.
6. Incorporação à despesa fixada para manutenção e desenvolvimento do ensino de excedente de receita não realizada em 1988.

A ANDES, que representa 150.000 professores de Ensino Superior do país, espera a acolhida favorável dessas propostas, que visam preservar recursos para a educação.

Saudações Universitárias

Sadi Dal-Rosso
Presidente da ANDES

PROPOSTAS DE EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 1.1988 (CN)

1. GARANTIA DO PERCENTUAL MÍNIMO DE 18% PARA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NA FIXAÇÃO DE DESPESAS.

Cabe inicialmente ressaltar que os demonstrativos Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, constante nas páginas números 46 e 57 do referido projeto, não podem ser considerados como “demonstrativos”, uma vez que só fixam as despesas no total de Cz\$ 481.207, 224 milhões.

O Projeto de Lei não estabelece em lugar algum a Receita Tributária Líquida, pois não informa a parcela de arrecadação de postos a ser transferida aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Fizemos o cálculo da Receita Tributária Líquida tomando por base o resumo geral da Receita (pág. 42) e os índices percentuais de impostos recolhidos pela União a serem repassados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com o estabelecido no art. 159 a Nova Constituição.

TRIBUTOS DA UNIÃO E SEUS RESPECTIVOS REPASSES (em Cz\$ 1.000,00)

	Valor	% repasse	Valor do repasse
IR	2.416.700	47% (item I - art.159)	1.135.849
IPI	1.117.670	47% (item I - art.159)	525.304,9
IPI	1.117.670	47% (item II - art.159)	<u>111.767</u>
		TOTAL	1.772.920,9

Receita Tributária	4.633.877,68
Receita Tributária Líquida (RTL)	2.860.956,78
18% sobre RTL	514.972,22

Na hipótese de não estarem previstos repasses de outros impostos arrecadados pela União, o cálculo anterior demonstra que a **despesa prevista para XVIII CONAD - João Pessoa – Paraíba, de 12 a 15 de outubro de 1988**

manutenção e desenvolvimento do ensino deve ser acrescida de Cz\$ 33.764.996,4 milhões. Ou ainda, podemos concluir que o Projeto de Lei propõe que, da receita tributária líquida prevista, apenas cerca de 16,8% sejam destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Deste modo, propomos ao ilustre Congressista a apresentação de emendas visando ao cumprimento integral do art. 212 da Constituição.

2. REPASSE MENSAL DA DESPESA PREVISTA (ART. 212-CF) NA LEI Nº 1/8 EM DUODÉCIMOS ÀS ENTIDADES SUPERVISIONADAS.

O atraso no repasse de recursos às Instituições de Ensino significa, em termos reais, uma priorização de outros setores em detrimento da Educação. Esta situação torna-se mais grave com a alta inflacionária.

A título de exemplo, os recursos de OCC destinados às Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, no primeiro semestre do corrente ano, representaram, tão somente, 4,60% do orçamento geral (OG) dessas instituições, segundo relatórios de despesas realizadas fornecidos pelo Governo Federal. Isto, apesar de o Presidente da República ter aprovado a exposição de motivos nº 69, de 27 de abril de 87, onde se propunha o índice de 15% para a relação OCC/OG nos orçamentos, a partir de 1988.

3. CORREÇÃO MONETÁRIA DOS DUODÉCIMOS A SEREM REPASSADOS MENSALMENTE COM TAXAS IGUAIS A PROTEÇÃO DADA ÀS DÍVIDAS DO PODER PÚBLICO PARA O CAPITAL (VARIAÇÃO DA OTN DO MÊS ANTERIOR).

Somente tal dispositivo, ou outro equivalente, poderá fazer com que a vontade amplamente majoritária dos membros do Congresso Nacional sobre a destinação de recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino seja cumprida em termos reais.

Cabe salientar que, de todas as autoridades do Governo Federal que prestaram depoimentos na CPI da Emenda Calmon, nenhuma delas ousou demonstrar o cumprimento deste dispositivo constitucional levando em conta a corrosão inflacionária dos recursos destinados às entidades supervisionadas. Limitaram-se apenas à afirmação de que a referida Emenda foi cumprida em termos nominais.

Para se ter uma idéia da gravidade da falta de proteção aos recursos educacionais, citamos como exemplo a situação do corrente ano.

Estimando otimisticamente o IPC acumulado em 700% e considerando a inflação prevista no orçamento 88 de 60%, temos uma receita realizada igual a cinco vezes a receita prevista inicialmente em valores nominais.

A União, ao abrir créditos suplementares decorrentes dos adicionais sobre a receita prevista, não tem destinado regularmente o mínimo de 13% da Receita Tributária Líquida à manutenção e desenvolvimento do ensino.

A partir da execução orçamentária de 1989 o Congresso Nacional terá poderes de exigir a destinação dos percentuais quando da aprovação de

suplementações; isto ainda é insuficiente, pois a União não estaria assim mesmo impedida de reter recursos para a educação, pois o Congresso estaria apenas **autorizando** a destinação de receitas e não obrigando o repasse regular das despesas corrigidas monetariamente.

4 DESTINAÇÃO DE OUTROS CUSTEIO E CAPITAL (OCC) PARA AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – IFES, QUE REPRESENTEM NO MÍNIMO 25% DO ORÇAMENTO GERAL DE CADA UMA DESTAS INSTITUIÇÕES.

É prática internacional que um terço, pelo menos, dos recursos destinados às instituições de ensino superior sejam verbas para Outros Custeios e Capital (OCC); exceto pessoal. No Brasil, em anos recentes, não se tem seguido essa prática, razão pela qual as estruturas de nossas Universidades e outras Instituições de Ensino estão, em muitos casos, perigosamente deterioradas para as finalidades de ensino, pesquisa e extensão que delas se exige. Entretanto, ressaltamos que essa meta não constitui um idealismo sem sustentação, uma vez que, no ano de 1973, o Governo realizou 27,8% em OCC.

A proposta orçamentária em tela prevê, ademais, a relação de cerca de 25% para orçamento geral do MEC, sem no entanto garanti-la para as instituições federais de ensino superior.

5 REPASSE REGULAR DE OCC ÀS IFES, PROTEGIDOS DA CORROSÃO INFLACIONÁRIA, SEGUNDO CRITÉRIOS PROPOSTOS NOS ITENS 2 E 3 DESTES.

O não repasse regular de OCC, protegido da corrosão inflacionária, coloca as IFES numa situação desfavorável quanto à prestação dos serviços educacionais, pois não coloca na prática os recursos previstos.

6 DESTINAÇÃO DE OUTROS CUSTEIO E CAPITAL (OCC) PARA AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – IFES, QUE REPRESENTEM NO MÍNIMO 25% DO ORÇAMENTO GERAL DE CADA UMA DESTAS INSTITUIÇÕES.

O excedente deverá levar em conta a exigência de 18% ao invés de 13%, a partir de 5 de outubro de 1988, ponderando-se estes dois percentuais.

Brasília, 7 de outubro de 1988

Diretoria da ANDES

TEMA 2

SINDICALIZAÇÃO

TEMA 2 – SINDICALIZAÇÃO

Ata da Plenária

Às 16 horas e 10 minutos do dia 15/10/05, no auditório 412 do CCHLA, UFPb, foi verificado quorum suficiente para o início dos trabalhos da Plenária.

Mesa: Presidente – Sadi Dal Rosso

1º Vice-Presidente – Vanderli Fava

1ª Secretária – Márcia Brandão

2ª Secretária – Edilamar Rezende

Registro das principais deliberações

- Aprovado o texto da Diretoria, com modificações e acréscimos.
- Aprovada a convocação do Congresso Extraordinário, a realizar-se no Rio de Janeiro (UERJ), nos dias 25 (abertura), 26 e 27 de novembro próximo.
- Aprovada, como indicativo às ADs, a proposta da Diretoria da ANDES sobre sindicalização.
- Aprovado o texto da “Carta de João Pessoa”.

Registro das principais votações

_ Definição de que o XVIII CONAD deveria enviar às ADs alguma proposta de sindicalização enquanto indicativa. (21 a favor X 11 contra X 2 abstenções).

_ Definição da proposta da Diretoria, publicada no Boletim da ANDES, como indicativa do XVIII CONAD a propósito da sindicalização 9proposta da Diretoria – 26 votos. Proposta da FASUBRA: 1 voto. Abstenções – 8 votos).

Por falta de defensores, não foi votada a proposta do Sindicato Único do Funcionalismo Público”.

_ Carta de João Pessoa e Congresso Extraordinário: aprovados por unanimidade.

Textos aprovados

FILIAÇÃO DA ANDES À CUT

O 7º Congresso deliberou pelo indicativo de filiação da ANDES à CUT. A importância desta deliberação implica em um esforço das ADs da ANDES em implementar um trabalho de mobilização e discussão em seu interior para efetivar, por outro lado, a aprovação no 8º Congresso da filiação da ANDES à CUT.

A importância que as ADs e a ANDES imprimem à filiação à CUT refletiu-se no significativo número de delegados do movimento docente presentes ao 3º CONCUT.

A filiação à CUT é condição fundamental para que se estabeleça um vínculo orgânico entre o MD e as demais categorias de trabalhadores, na perspectiva de participar do projeto coletivo de construção de uma Central Sindical forte e independente. Indo se faz necessário para os enfrentamentos inevitáveis com a ordem vigente, em que se verifica o agravamento das condições de vida no conjunto dos trabalhadores, resultado de uma política salarial de arrocho, do desmonte de políticas e projetos sociais e a capitulação do governo, representante das classes dominantes, frente ao grande capital, com o estabelecimento de uma nova política industrial e a obediência servil ao FMI.

Do ponto de vista político observa-se uma investida altamente reguladora dos setores mais reacionários deste país que impuseram, por um lado, uma Constituição fortemente conservadora, desrespeitando os interesses da maioria da população que trabalha e produz neste país. Por outro lado, vêm tentando impedir, de todas as formas, que os pequenos avanços conquistados pelos trabalhadores sejam respeitados na vigência da nova Carta.

Assim, a resposta adequada ao avanço das classes dominantes é a organização e unidade na luta das entidades representativas dos interesses da classe dos trabalhadores. A CUT representa hoje a articulação voluntária do conjunto das forças combativas do movimento sindical e suas posições em relação às grandes questões nacionais coincidem, no essencial, com as deliberações dos Congressos e CONADs da ANDES.

Neste sentido, nossa vinculação orgânica à CUT, longe de tirar a autonomia de nosso movimento ou “atrelá-lo, como pretendem alguns, propiciará que, ao lado do conjunto dos trabalhadores, a ANDES contribua na formulação de diretrizes políticas, em particular na área de educação, no interesse da maioria da população, potencializando nosso avanço enquanto trabalhadores da educação. Significará o aprimoramento e aprofundamento da relações do movimento docente com os movimentos sociais, organizados a partir das bases, autônomos e democráticos que, fortalecidos, caminharão na luta pela conquista de uma real democracia econômica, política e social.

ENCAMINHAMENTOS APROVADOS

1. Participação ativa das ADs e da ANDES nos Departamentos regionais, estaduais e nacional de Educação da CUT.

2. Discussão nas ADs, por meio de seminários, debates, reuniões de Conselhos de Representantes e deliberações em AGs sobre filiação às CUTs regionais e estaduais e da ANDES à CUT Nacional até o VIII Congresso.

2. A QUESTÃO DA SINDICALIZAÇÃO

O procedimento consistente e coerente do MD e da Diretoria da ANDES tem sido sempre o de promover o debate amplo, franco e democrático de todas as questões. Acrescenta-se a isso o fato de que o MD sempre conduziu qualquer debate tanto na perspectiva do conjunto dos setores quanto na perspectiva de um anti-corporativismo.

Coerente com isso, o XVII CONAD aprovou um cronograma de atividades com relação à questão da sindicalização que foi rigorosa e fielmente cumprido: envio às ADs de toda e qualquer proposta e/ou texto relativos à sindicalização; envio de parecer jurídico relativo às disposições da nova carta; participação da diretoria da ANDES e delegados das ADs no III Congresso da CUT, no seminário sobre sindicalização do funcionalismo público realizado em Brasília e no encontro estadual sobre a questão, realizado em São Paulo.

Vale ressaltar que todo o material a que tivemos acesso foi enviado a todas as ADs, antes mesmo que a proposta da Diretoria estivesse formalizada. Ainda em Porto Alegre, o CONAD deliberou sobre uma proposta de esquematização de princípios a partir dos quais a Diretoria elaborou a proposta que enviou para todo o movimento, como subsídio para o debate. Em cima dessa proposta e das demais existentes sucederam-se, em diversas ADs, em algumas regionais, uma série de debates. Em outras, procurou-se organizar um cronograma de atividades que permitisse o esclarecimento das posições.

O direito à sindicalização do funcionalismo público, o direito de decidir sobre como nos organizarmos, a possibilidade de levar para nossa forma de organização sindical os avanços por nós conquistados enquanto ANDES, autônoma, democrática, combativa – conquistas nossas vindas da luta, necessitam de urgente implementação. Espaços abertos precisam ser ocupados.

Mais que isso, a conjuntura em que o MD se encontra exige respostas imediatas no sentido de defesa do ensino público e da universidade pública seriamente ameaçada. A Constituição promulgada, em que a mão das mantenedoras do ensino privado está claramente impressa, institucionalizou: o lucro; a existência de dois tipos de escola; a transferência de recursos, provenientes do trabalho de todos, para os bolsos das mantenedoras; mas, sobretudo, as decidir tratar diferenciadamente os professores da rede pública e da rede particular, tenta apostar na nossa divisão, para fazer triunfar o ensino privado.

A continuidade da luta pela nossa proposta de universidade implica, portanto, na manutenção de uma forma de organização nacional, representando os três setores.

Mas representar hoje, de acordo com a Nova Carta, significa representar politicamente, mas também legal e juridicamente, já hoje, já nas negociações de início do próximo ano.

ENCAMINHAMENTOS APROVADOS

1. Que este CONAD discuta e delibere sobre qual deve ser a proposta de sindicalização para o Movimento docente e que esta seja levada como indicativo para as ADs.

A proposta aprovada como indicativa para as ADs foi a da Diretoria da ANDES.

2. Que as ADs realizem AGs para se posicionarem sobre as questões relativas ao conteúdo da proposta de sindicalização da Diretoria e Estatutos.
3. Que a Diretoria envie para as ADs documentos pertinentes à estrutura sindical, tais como: imposto sindical e estatuto, entre outros, referentes aos trabalhadores da educação e, inclusive, novas propostas de sindicalização que eventualmente possam surgir.

Recomenda-se às ADs a realização de fóruns de discussões que envolvam dois pontos:

- Sindicalização do MD
- Filiação da ANDES e ADs à CUT

4. Que seja convocado um Congresso Extraordinário, em 26 e 27 de novembro de 1988, para deliberar sobre a sindicalização do Movimento Docente.

Este Congresso Extraordinário será realizado no Rio de Janeiro, organizado pela ASDUERJ e pela ANDES

RECOMENDAÇÃO

Que a Diretoria da ANDES faça contato com a direção do PCB para manifestar discordância face à proposta divulgada na imprensa (Correio Brasiliense...10/88) sobre sindicalização do funcionalismo público, e que foi atribuída àquele partido.

ANEXO

TEXTO APROVADO NA PLENÁRIA DAS QUESTÕES SETORIAIS, SETOR DAS ADs DE IES FEDERAIS – Parte do “relatório do 1º Seminário Nacional de Docentes de 1º e 2º graus das IES).

O Seminário registrou:

- a) Seu apoio à proposta de sindicalização formulada pela Diretoria da ANDES. Sugere a modificação do nome da entidade, para que fique claro a representação dos Docentes de 1º e 2º graus das IES: Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior”.
- b) Sua proposta de que na elaboração do novo Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes... seja garantida a representação dos professores de 1º e 2º graus das IES.
- c) Recomendação de que fique, neste Estatuto, resguardada a autonomia política, financeira e de representação das ADs.
- d) Recomendação de que a Contribuição Sindical (“Imposto Sindical) seja aplicado como fundo de greve, sendo repassado em parte para as ADs e em parte para a ANDES.

TEMA 3

AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE/DEMOCRATIZAÇÃO DAS IES

TEMA 3. AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE/DEMOCRATIZAÇÃO DAS IES

Registro da Secretaria Geral

Pelo cronograma de reuniões aprovado, o XVIII CONAD estabeleceu que as discussões do tema ocorreriam em conjunto com o Tema I (Conjuntura), quer nos Grupos Mistos, quer na Plenária correspondente.

Reproduzimos abaixo o Relatório Consolidado oriundo das discussões nos Grupos:

GRUPO 1 – Não discutiu

GRUPO 2 – Relato por AD de Mobilização realizada no Dia Nacional de Luta (28/9/088). ADs que realizaram debate sobre o tema: ADUFS-SE; ADFURRN; AD Bagé/RS; ADs que realizaram Assembléias com o tema na pauta: ADUFAL; ADUFSCar; APUB.

ADs que não realizaram mobilização no dia 28/9: ADFRO; ADUFRJ; ADUFPB-CG; ADUEL; ADUFERPE; ADUFOP; APROFURG; ADUFC/ADUFS (distribuição da proposta de sindicalização da Diretoria da ANDES).

ADs que realizaram outras atividades: ADUFGO; (distribuição de documento), ADUFF e ADUFRJ (ocupação do MEC, passeata) ADUSP (assembléia e debate como atividade da greve) ADUberlândia (paralisação dia 20/9).

GRUPO 3 – O grupo não discutiu o tema 3 por entender que o mesmo está inserido no bojo da discussão geral sobre o problema de verbas e crise da Universidade, salientando, porém, a importância da retomadas da discussão sobre a avaliação e democratização da Universidade..

A plenária não debateu o tema.

A seguir apresentaremos um resumo das atividades ocorridas no dia 28 de setembro, conforme relato das Vice-Presidências Regionais da ANDES:

Resumo das ações realizadas dia 28 de setembro, Dia Nacional de Mobilização.

REGIÃO NORTE

- UAM (Amazonas) - As ações foram realizadas dias 22 e 23 de setembro, em conjunto com o DCE e a ASSUA. Seminário sobre Avaliação/Democratização. Pará; Acre; Rondônia

REGIÃO NORDESTE I

ADUFC -Ceará - Assembléia Geral dia 28.

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

Piauí; Maranhão

REGIÃO NORDESTE II

ADUFPB-JP - Paraíba – AD com 60 participantes. Incluída na pauta a questão sindical

ADUFPB-CG - Paraíba – AG. Incluída na pauta a questão da LDB

ASPEC - Paraíba – Debate. Incluída na pauta a questão sindical

ADUFEPE - Pernambuco – Debate

ADUFRN – Rio Grande do Norte - Debate

REGIÃO SUL

ADUFPel – AG.

APESP – AG.

AD-Bagé – Debate

REGIÃO CENTRO-OESTE

ADUFMAT – Mato Grosso – ação antecipada para dia 27. paralisação e Ato Público (3 setores, cerca de 1.000 presentes), seminário.

ADUnB – Brasília – Debate: “Verbas para a Universidade e Processo de Democratização”, com a presença da FASUBRA, ANDES, ATA-FUB, Administração da UnB.

TEMA 4

QUESTÕES SETORIAIS

TEMA 4 – QUESTÕES SETORIAIS

Ata da Plenária

4.1. Setor das ADs de IES Particulares

Mesa: Presidente – Glória

Vice-Presidente – Márcia

1º secretário – Faria

2º Secretário – Silvio Quezado

Iniciada às 20h do dia 15/10/1988, no auditório 412 CCHLA, UFPB

Pauta do setor – Sindicalização;

- Organização do Setor;

- Campanhas Salariais.

Procedimentos: Como nas demais plenárias, foi adotado como base para discussão o relatório da reunião em Grupo Setorial.

Principais deliberações: O texto do Relatório foi aprovado por unanimidade, com emendas.

4.2. Setor das ADs de IES Estaduais

Mesa: Presidente – Deise

Vice-Presidente – Márcia

1º Secretário – Sílvio Quezado

2º Secretário – Baldijão

Pauta: A crise das IES Estaduais

- Encaminhamentos

Principais deliberações: O texto básico preparado pela Diretoria, emendado no Grupo Setorial, foi aprovado por unanimidade, com novas emendas.

4.3. Setor das ADs de IES Federais

Mesa: Presidente – Márcia

Vice-Presidente – Glorinha

1º Secretário – Tanira

2º Secretário – Silvio Quezado

1. Início dos trabalhos: 22h25
2. Pauta Aprovada:
 - leitura do relatório
 - apresentação de destaques
 - Discussão e deliberação dos destaques e do documento (relatório final).
3. Registro das principais votações:
 - a) Aprovada por ampla maioria a inclusão, na pauta do Dia Nacional de Protesto, da lua pela nomeação e posse dos reitores eleitos pela comunidade, fortalecendo a luta pela democratização e autonomia das IES. (c/2 abstenções);
 - b) aprovada por unanimidade a inclusão, na pauta de reivindicações da ANDES, da estabilidade para os docentes das IES;
 - c) aprovado substitutivo para o texto do relatório consolidado, incluindo na pauta de reivindicações abono salarial, para recomposição das perdas salariais a partir de março/88 – unanimidade;
 - d) aprovado indicativo de discussão sobre data base nas ADs a favor: 13 votos; contra: 10; abstenções: 4
 - e) estabeleceu-se pauta para reunião das federais – unanimidade.

Principais deliberações (além das anteriores):

- a) realizar reunião entre as ADs das IFES que estão desenvolvendo processos de Estatuintes;
- b) elaboração, pela Diretoria da ANDES, de anteprojeto de lei a ser discutido pelo MD, garantindo as eleições diretas dos reitores e finalização do processo no interior das próprias IES;
- c) recomendação ao MD de alerta sobre possíveis interpretações que pretendam limitar a autonomia das IES, prevista da Constituição;
- d) aprovação da pauta de reivindicações das IFES;
- e) aprovação de reunião das federais, com pauta estabelecida, constando de 5 pontos, a ser realizada dia 24/11/88, na UERJ, às 9h.

Principais deliberações: (além das anteriores)

- a) realizar reuniões entre as ADs das IPES que estão desenvolvendo processos de Estatuintes;
- b) elaboração, pela Diretoria da ANDES, de anteprojeto de lei a ser discutido pelo MD, garantindo as eleições diretas dos reitores e finalização do processo no interior das próprias IES;
- c) recomendação ao MD de alerta sobre possíveis interpretações que pretendem limitar a autonomia das IES, prevista na Constituição;
- d) aprovação da pauta de reivindicações das IFES;
- e) aprovação de reunião das federais, com pauta estabelecida, constando de 5 pontos, a ser realizada dia 24/11/88, na UERJ, às 9h;
- f) para os 1º e 2º graus das IFES, aprovou-se que, conquistada a reivindicação de 50º para o regime de DE, seja extinta a gratificação de Regência de Classe;
- g) estabeleceu-se a mesma pauta de reivindicações para 1º, 2º e 3º graus, com a reivindicação adicional, para 1º e 2º graus, de modificação nas exigências de titulação para os níveis D e E, tendo-se como parâmetro a carreira dos docentes do Ensino Superior das IFES;
- h) deliberou-se por um Dia Nacional de Mobilização, incluindo docentes dos 1º e 2º graus, cuja pauta está explicitada no relatório. A data ficou para ser definida em função do Calendário Geral;
- i) aprovou-se que as ADs federais (todas) enviem telex aos Secretários Geral do MEC e da SESu cobrando solução imediata para as distorções de enquadramento dos docentes de 1º e 2º graus das seguintes IFES fundacionais: Sergipe, Uberlândia, Viçosa e Acre;
- j) aprovou-se a discussão, nas bases do MD, sobre as formas de ingresso de alunos nas escolas de 1º e 2º graus das IES, garantindo o acesso de todos mas também preservando a autonomia das IES na determinação de clientela específica em função de projetos de pesquisa e experimentação nesses níveis de ensino, resguardando o caráter de Escolas Experimentais;
- l) alertou-se para o uso da terminologia “docentes das IES”, em vês de “docentes do Ensino Superior”, em conformidade com as modificações nos Estatutos da ANDES aprovados no VII Congresso, sempre que se estiver trabalhando dos docentes em geral;

OBSERVAÇÕES:

- a) Retirar do Relatório Federais, último parágrafo do item 2.3;
- b) no mesmo item 2.3, corrigir item f que passou a ser g: para 1º e 2º graus, reivindica-se também a igualdade... superior.;

- c) a segunda parte desse item – citação da Constituição – deve ser deslocada para o último parágrafo da página anterior, logo após “... interpretações: “A revisão geral da remuneração dos servidores públicos (...) na mesma data (inciso X do art. 37).;”

TEXTO APROVADO

RELATÓRIO DO SETOR DAS ADs DE IES PARTICULARES

ADs presentes no CONAD: APESB, ADUI, APROPUC-C, APROPUC-SP, ADUNIMEP, ADUFU, ADSUAM, ADUCAP.

A adoção de uma forma de organização sindical nova para os docentes traz um desafio para o conjunto do MD, mas, especialmente para os docentes do setor particular. Ao mesmo tempo em que facilita unificar o encaminhamento das lutas salariais das questões políticas e da Universidade (ao romper-se a barreira legal da representação) abre novos espaços para as propostas da ANDES para a Universidade Brasileira e para organização pela base, autonomia, democrática e combativa, dos docentes do ensino superior, reforçando a articulação das lutas dos setores ao avançar no sentido de uma organização sindical que reúna os docentes das redes públicas e privada, dando maiores condições para o enfrentamento com a política privatizante que quer destruir a universidade pública brasileira.

Tudo isto, no entanto, coloca mais do que nunca, a necessidade de ampliação e organização do movimento no setor, no quadro de constatação das nossas debilidades e nos marcos de uma política que não tem seu eixo na disputa pelas bases com outras organizações do movimento e sim na construção de um encaminhamento em direção a uma forte organização sindical de todos os trabalhadores em educação.

O esforço neste sentido não deve se limitar à disputa jurídica, devendo priorizar o encaminhamento real, e já, da luta, onde a Campanha Salarial de 89 tem papel importante.

ENCAMINHAMENTOS

1. Em nível regional e local, discussão da sindicalização em encontros de SINPROs, ADs, ANDES e entidades de professores públicos.
2. reuniões regionais envolvendo docentes de locais de trabalho onde não existem ADs.
3. todo processo de discussão deve ser encaminhado no sentido de que a decisão sobre sindicalização possa refletir, em assembléias, o conjunto maior possível de docentes.
4. fortalecimento organizativo do setor, a partir de reuniões de ADs nos Estados, convergindo para Encontro Nacional no final de novembro. Em cada Estado as ADs devem se constituir em GTs que, neste sentido,

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

5. devem ter uma coordenação e uma tesouraria, com uma política de finanças que viabilize seu funcionamento.
6. na reunião do final de novembro definir forma de atuação e a AD que integrará o GT verbas. A PROCAM enviará observador provisoriamente do setor às reuniões do GT verbas.
7. conjunto das ADs do setor e vice-regionais devem se empenhar no estudo dos acordos coletivos de trabalho.
8. independente do caminho que se seguirá na questão da sindicalização, deve ser elaborada uma Pauta Nacional Unificada que resguarde os interesses da categoria.
9. envolver nas mesas de negociações todos aqueles que se comprometem com esta pauta.
10. a pauta em questão deve contemplar:
 - antecipação trimestral*
 - taxa assistencial para as ADs. (Como no RJ)
11. pauta deve enfatizar as questões de qualidade do ensino (regime de trabalho, carreira docente), limite de alunos em sala, etc.

* O setor deve ser arrojado na proposta salarial. A estratégia das mantenedoras tem sido de “conceder” nos índices para evitar conflitos que dificultam o recebimento de verbas públicas.

TEXTO APROVADO

AS IES ESTADUAIS E A CRISE

ADs de IES Estaduais presentes: ADFURN, ADUEL, ADUEM, ADUNe, ADURNe, ASDUERJ, APUSP, AUEFS.

A crise das Universidades Públicas se dá por igual em todo o território nacional. Não importa, nesse caso, a diferença entre federais e estaduais. Os governos estaduais reproduzem agravadamente a mesma política salarial do governo Sarney: massacre salarial e intervenção – aberta ou camuflada – na vida universitária, inclusive governos, que, por esse ou aquele motivo, se apresentam em conflito com Sarney, praticam essa política. E como se não bastasse, ainda a mídia – basicamente a serviço ou por pressão do lobi privatista – tem concentrado suas baterias contra a universidade. Neste ataque, um argumento parece comum e central: a questão da competência. Outro argumento é básico: a irresponsabilidade dos docentes portadores do vírus do grevismo! Qual é a situação?

Na verdade, a crise da universidade pública se expressa, em primeiro lugar, pela gravíssima situação das verbas para o ensino, a pesquisa e a extensão. Podemos dizer que, na realidade, só vem a público a questão salarial (ver quadro anexo). Sequer se coloca a questão de que os governos praticamente só pagam (e mal) os salários. Em muitas universidades públicas estaduais estes correspondem a mais de 90% do orçamento total da instituição. O setor das estaduais deve se posicionar claramente por reivindicações semelhantes às que os companheiros das IES Federais já vêm desenvolvendo: que o percentual de custeios e capital (OCC), em relação ao orçamento global seja de 27,8%.

Em segundo lugar, se coloca a questão da intervenção do Estado nas universidades. Aqui, o governo é muito zeloso. Arroga-se a prerrogativa da representação do social para impor sua escolha (desconhecendo a vontade da comunidade universitária) na nomeação dos dirigentes máximos, mas na hora de conceder recursos, outro é o procedimento. Impõe, como na Bahia, um Estatuto do Magistério Superior sem levar em consideração a experiência acumulada da própria universidade. No Rio, advoga para si o direito das contratações de docentes, inviabilizando, assim, a autonomia departamental e universitária. Por outro lado, e com larga conivência de reitores, tem “enxugado” os orçamentos das universidades, sem que haja definições claras do porquê dos cortes e quais os órgãos que recebem o capital social subtraído à universidade. Com isso, obriga as IES a se lançarem em uma busca desesperada de recursos, por meio de convênios que atrelem a universidade às fontes financiadoras da iniciativa privada, conduzindo-a a uma política de pesquisa que tem minado o sentido da própria universidade. E aí, onde estão os representantes do social, sejam os Governadores, sejam os reitores?

Os fatos citados são apenas exemplos. Eles não esgotam os problemas. Em quase todas as IES estaduais e lês aparecem combinadamente. Quase todas apresentam violações à autonomia, além das questões de verbas e salariais, o que tem desencadeado uma permanente mobilização dos docentes. Um fenômeno se

generaliza: a tentativa dos reitores de ganhar a hegemonia sobre o movimento, combatendo aberta ou sutilmente as ADs.

O quadro é o de um círculo infernal: sem recursos, sem determinação pelo conjunto da universidade das políticas de pesquisa, ciência e tecnologia, com baixos salários, a produção tende a diminuir (ou a transferir-se para fora da instituição). Nesse justo momento entram as campanhas contra a Universidade Pública, gratuita, democrática e competente, atacando em particular aos professores, vistos como “ociosos”, incompetentes” e “grevomaníacos” pela mídia, pelos privatistas, pelos reitores, pelos governadores. A palavra de ordem desse cerco é: “abaixo os improdutivos”!

Como tem reagido o MD?

O movimento tem se posicionado e lutado ativamente no sentido da defesa da universidade pública, gratuita, democrática, laica, crítica e competente. Tem lutado pela obtenção de verbas que permitam o desenvolvimento da pesquisa, ensino e extensão de qualidade. Tem lutado pela obtenção de verbas que permitam o desenvolvimento da pesquisa, ensino e extensão de qualidade. Tem recorrido a formas agudas de enfrentamento com os governos dos Estados.

Como resposta, tem sofrido uma estratégia que vai da tentativa de desmoralização ao corte puro e simples de seus salários, por terem feito greve. Neste ano, várias de nossas IES foram paralisadas: 1) Na Bahia, os salários ficaram praticamente congelados durante um ano; 2) em São Paulo, a tática “quercista” do reajuste trimestral sem índice prévio tem obrigado os professores, na prática, a fazer campanha salarial durante o ano todo; 3) no Paraná, há longa e dura batalha pela preservação da URP e contra a crescente violação da autonomia universitária; 4) no Rio, o governo “franquista” foi forçado a repor perdas salariais após uma greve de 66 dias; 5) na Paraíba, os professores tiveram que se enfrentar com o governo não só para definir planos de cargos e salários, mas também pelo comesinho direito de receber seu próprio salário; 6) no Rio Grande do Norte, o governo, após ter dito que “nunca viu ninguém morrer por falta de educação”, foi obrigado a negociar e atender parcialmente as reivindicações dos professores, após uma greve de vinte dias, com adesão total; finalmente, mas não menos importante, vale ressaltar que os “governos democráticos” de Waldir e Quércia sequer pagam a URP aos seus trabalhadores – aliás, também é o procedimento do governo da Paraíba, que se auto-intitula de democrático.

**QUADRO SALARIAL DAS IES ESTADUAIS
SETEMBRO/88 – 40 HORAS**

IES	AUXILIAR	ASSISTENTE	ADJUNTO	TITULAR
UESP UEFS UNEB	I 90.519,00 II 95.886,78 III 101.256,42 IV 106.623,01	I 111.986,16 II 118.638,14 III 125.281,88 IV 131.934,32	I 138.583,82 II 147.397,74 III 156.212,13 IV 165.022,50	173.834,70
UEPB	I 112.154,40 II 116.280,00 III 120.427,00 IV 124.596,00	I 128.746,80 II 132.908,40 III 137.030,40 IV 141.201,80	I 145.368,00 II 149.511,60 III 153.680,40 IV 157.802,40	168.076,80
USP UNICAMP UNESP	MS 1 193.551,00	M-2 249.732,00	MS-3 - 312.651,00 MS-4 – 353.336,00 MS-5 – 384.631,00	MS-6 470.785,00
UEL UEM	I 263.699,25 II 271.613,41 III 279.761,63 IV 288.151,58	I 347.132,47 II 357.547,51 III 368.276,95 IV 379.329,40	I 403.983,35 II 416.108,71 III 428.597,05 IV 441.456,48	I 497.499,83 II 486.674,34 III 501.284,41 IV 516.322,00
UERJ	380.346,32	424.842,28	581.727,12	798.609,70
FURN	I 79.965,78 II 83.964,04 III 90.689,92 IV 98.842,15	I 108.726,25 II 118.511,69 III 127.992,53 IV 138.213,86	I 147.908,20 II 156.782,76 III 164.621,83 IV 171.206,42	188.327,39

ENCAMINHAMENTOS

1.Foi aprovada por unanimidade a realização de uma reunião das ADs estaduais/ANDES e reitores das IES estaduais, nos dias 28, 29 e 30 de outubro.

1.1. A ANDES enviará convite aos reitores e as ADs os contatarão, paralelamente.

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

- 1.2. Cada AD enviará, em princípio, 2 representantes.
- 1.3. Cada AD arcará com suas despesas.
- 1.4. AADUEL está encarregada da organização e da infra-estrutura da reunião.
- 1.5. A ADUSP está encarregada dos subsídios e da assessoria jurídica sobre regime jurídico das IES.
- 1.6. Cronograma da reunião.

6ª feira – 28/10 – reunião das ADs estaduais/ANDES

- Pauta: Discussão preparatória da reunião com os reitores.
Constituinte Estadual (autonomia, verbas, estatuintes, regime jurídico).

Sábado – 29/10 – reunião com ADs/ANDES e reitores.

- Pauta: Constituintes Estaduais
Isonomia salarial
Verbas

Domingo – 30/10 – reunião ADs Estaduais/ANDES

- Pauta: Sindicalização
Organização do setor

Obs.: A questão da isonomia salarial segue os seguintes encaminhamentos:

1. Isonomia salarial em cada Estado.
 2. apontar para a isonomia em nível nacional.
 3. viabilização da capacidade docente.
-
2. Foi aprovada, por unanimidade, a reivindicação de 27.8 de OCC/OG.
 3. A coordenação do setor enviará às ADs, questionário visando estabelecer o perfil de cada IES estadual.

TEXTO APROVADO

SETOR DAS ADS DE IES FEDERAIS

1. INFORMES

Principais deliberações da última reunião das Federais (Bsb, 26 e 27 de agosto).

Contratação de professores:

- a) Documento sobre necessidade de contratação de professores;
- b) Planilha de coleta de dados sobre necessidade de contratação de docentes;

Salários:

- a) Recomendar às ADs das IFES, onde DE e/ou Titulação são pagos como gratificação, que pressionem as reitorias para que sejam pagos como salários;
- b) Envio de cópias de contra-cheques para ANDES/Bsb;
- c) Tabela salarial
 - Reajuste emergencial de 60,46% sobre a tabela de agosto (para setembro);
 - 5% de acréscimo salarial na mudança de nível;
 - 50% de acréscimo salarial para Dedicção Exclusiva;
 - 20% de gratificação de nível superior- GNS (pago nas autarquias antes da isonomia) incorporados ao salário e para todos os docentes;
 - - reivindicar, a título de reposição de perdas após mar/88, um percentual de 146,58% (DIEESE) sobre o salário de ago/88.

Funções Gratificadas e Comissionadas (FG e FC);

- a) Continuar a luta pela revogação da portaria 474/MEC, de ago/88 e pela implantação da proposta da ANDES sobre estas funções;
- b) As ADs devem se contrapor e denunciar distorções causadas por criação indiscriminada de FG e FC;
- c) Verificar a forma de pagamento das FG e FC nas IFES e informar à ANDES/Bsb;
- d) Cobrar do MEC qual o montante da folha de pagamento das FC e FG, incluindo retroativos.

1.2. Reunião dos Funcionários Públicos e das Estatais (Rio, 17/set).

1.2.1. Poucas entidades presentes – 27, sendo que houve reuniões anteriores com a presença de até 180 entidades, mostrando uma certa desarticulação do Fórum Nacional. Cada categoria vinha deflagrando movimentos separadamente, algumas obtendo vitórias e outras não. A medida em que as categorias em luta iam revendo as URPs congeladas (total ou parcialmente), um dos principais itens da pauta conjunta, já não mais unificavam as categorias.

A necessidade de continuidade do Fórum Nacional se dá, principalmente, pela consolidação desse organismo de integração do funcionalismo público e das estatais e, também, pela defesa das empresas estatais, extensão do pagamento das URPs congeladas aos ainda não contemplados e pela readmissão dos demitidos.

1.2.2. Principais encaminhamentos do Plano de lutas:

- a) rearticulação dos Fóruns Estaduais;
- b) realização de uma plenária nacional no Rio de Janeiro em 15/out para articulação da continuidade da luta.

1.3 Audiência ANDES/SESsu (28/set).

1.4 Audiência ANDES/Ministério da Educação.

1.5 Planilha de dados – docentes/cursos/alunos:

ADs que enviaram planilha preenchida: ADUFPB-JP, ADUFC, ASPUV, ADMED, ADUFSCar, APUSM e ADUFRGS – ver anexo

1.6 Enviaram cópia do contra-cheque: ADUFMAT, ASPUV, ADFUNREI, ADUFES, APES-JF, ADUFRJ, ADUSCar e APUFSC.

2. ENCAMINHAMENTOS

2.1. Efeitos da proibição de contratações de docentes.

Em função dos relatos dos delegados das ADs do Setor das Federais ANDES, reunidos nos dias 26 e 27 de agosto, em Brasília, pode-se traçar um quadro sombrio do ensino universitário, resultado do decreto que proíbe contratações: disciplinas não oferecidas e/ou canceladas, turmas suprimidas ou com excesso de alunos; cursos sem perspectivas de conclusão; sobrecarga didática; “soluções” improvisadas e sem critérios definidos nos departamentos; recrutamento de alunos de pós-graduação, bolsistas, monitores, estagiários e de pessoal técnico-administrativo para desempenhar atividades de ensino e realização de cursos internos para promoção de técnico-administrativos ao quadro docente. Outra consequência drástica, com prejuízos incalculáveis para as Instituições, é a dificuldade de liberação de docentes para realização de cursos de pós-graduação.

A proibição de contratação de docentes, além dos efeitos citados, traz também, no seu bojo, a política privatista do governo. Com total impossibilidade de expansão da rede pública federal, principalmente na área do ensino noturno, abre perspectivas de ampliação indiscriminada da rede privada, principalmente com as facilidades preconizadas pela nova Constituição.

O retrato acima demonstra claramente a implantação, na prática, do projeto GERES, pois configura uma universidade voltada somente para o ensino, de qualidade questionável, em detrimento das atividades de pesquisa e extensão.

O agravamento maior, no momento é a falta de perspectivas de qualquer solução em curto prazo. A portaria inter-ministerial para contratação em caráter de excepcionalidade (substituição de professores falecidos, aposentados, licenciados, etc...) que correspondia a 1823 vagas, foi vetada pela SEPLAN sob os argumentos de que: o orçamento de 1988 não pode arcar com as despesas decorrentes dessas contratações; a relação aluno/professor nas IFES é baixa; existem docentes à disposição em outros órgãos do governo. Pior ainda é a sugestão de transposição de técnico-administrativos e funcionários públicos de nível superior de outros órgãos para as Universidades. Adicionado a isso, existe um decreto do Presidente José Sarney, do dia 12/8/88, que determina às IFES que encaminhem à SEDAP, até 15/9, o número de vagas existentes a partir de janeiro de 1988. Ao que tudo indica, as vagas anteriores provavelmente serão extintas.

Mais uma vez, o governo, além de não atender às necessidades mais emergenciais e básicas do funcionamento das atividades docentes, ainda atenta contra a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão e contra a própria qualidade e do ensino, ao sobrecarregar o docente com excessiva carga didática e desestruturar o departamento. Ao mesmo tempo, vem impedindo a expansão da universidade pública e inviabilizando o projeto de padrão unitário de qualidade através da impossibilidade de ampliação do quadro docente.

ENCAMINHAMENTOS

- a) Reiteramos a necessidade de as ADs enviarem dados solicitados no ofício 036, de 19/8/88 – ANDES-SG e planilha aprovada na reunião das federais (26 e 27/ago), atualizando esses dados sempre que houver modificações significativas;
- b) Articulação com as entidades dos técnico-administrativos e estudantes nas IFES, visando estabelecer encaminhamentos conjuntos para a revogação da proibição de contratação de docentes e funcionários e analisar os prejuízos decorrentes da proibição de contratações para a qualidade do ensino;
- c) Rechaçar soluções imediatas e paliativas para a falta de docentes (monitores, sobrecarga de docentes, desvio de funções, etc) nas IFES;
- d) Buscar o envolvimento da comunidade externa à universidade, por meio da luta pela necessidade de ampliação das vagas na rede pública de ensino.

Democratização

Eleição dos dirigentes máximos das IFES:

O MEC não tem respeitado, freqüentemente, o resultado das eleições diretas havidas nas IFES. Assim aconteceu na UFBA, na UNI-RIO e na UFRGS, onde o procedimento foi enviar ao Colégio Eleitoral uma “lista sêxtupla” composta pelos 6 mais votados na comunidade e o governo não nomeou o mais votado.

Em algumas IFES o procedimento adotado foi enviar ao Colégio Eleitoral apenas o nome do mais votado, sendo composto o restante da “lista sêxtupla” por membros da futura equipe de trabalho do eleito. Neste caso o MEC fica sem opção de barganhar clientelisticamente o cargo.

Na verdade, todos esses processos de eleição direta, devido à necessidade de adaptação à legislação atual, permitem que as eleições em suas diversas fases contemplem casuísmos. O resultado final continua nas mãos do governo, tendo em vista a “nomeação”, em que, por meio desse ato, o cargo de dirigente máximo das IFES continua sendo o de representante do governo nestas.

Necessário se faz implementar a luta pela eleição direta de reitor e diretor (caso das IFES isoladas), com o processo esgotando-se no interior das IFES.

Estatuintes

A democratização interna das IFES tem como instrumento importante a convocação das assembléias universitárias estatuintes livres e soberanas. Em algumas IFES esse processo está em andamento – UFES, UFJF, UFV e UFA.

Encaminhamentos:

- a) realizar uma reunião entre as ADs das IFES que estão desenvolvendo esse processo, no sentido de elaborar documento a ser levado à discussão no movimento docente;
- b) Que a Diretoria da ANDES elabore um anteprojeto de lei, a ser discutido pelo MD, visando garantir, no mais breve espaço de tempo, a eleição direta dos reitores das IES públicas;
- c) O MD deve estar alerta para interpretações que pretendam limitar a **autonomia** das Universidades, prevista na Constituição;
- d) Acrescentar como eixo de luta do Dia Nacional de Protesto (9 de novembro), a realizar-se em conjunto com a UNE e a FASUBRA, a luta pela nomeação e posse dos reitores eleitos pela comunidade.

Salário

Na última reunião das federais (26/ago) observou-se que, de uma maneira geral, o estado de mobilização podia ser considerado como fraco para a questão salarial. No entanto, verificou-se que o grau de insatisfação apontava para a necessidade de se

envidar esforços no sentido de se atingir uma mobilização com vistas à campanha salarial.

O congelamento salarial ocorrido em abril e maio ocasionou enormes perdas que, mesmo com a URP de abril, paga em agosto, coloca o nosso salário bastante abaixo do percebido em março. Além disso, existe a parcela perdida desde março, decorrente da corrosão inflacionária, que corresponde a mais de dois salários atuais.

Várias IFES insistem em continuar pagando o incentivo à titulação como gratificação, o que acarreta prejuízos para os docentes, tanto no que diz respeito aos proventos considerados no cálculo da aposentadoria, como quando ocasiona valores, para os quinquênios, reduzidos do percentual incidente sobre a titulação. Este, entre outros fatores, vem na prática, causando o rompimento da isonomia.

Alerta-se para o fato referente à possibilidade de alteração da data-base para janeiro, o que acarretará encaminhamentos específicos, por tratar-se de período de férias na grande maioria das IFES. Mesmo que a data-base para janeiro, o que acarretará encaminhamentos específicos, por tratar-se de período de férias na grande maioria das IFES. Mesmo que a data-base continue em março, as propostas de encaminhamento da CAMPANHA SALARIAL/89 devem partir deste XVIII CONAD, para serem submetidas às ADs, para deliberação final no VIII Congresso.

Sobre a possibilidade de alteração da data-base para janeiro, isto se dá devido ao novo Texto Constitucional, que não clarifica a questão, permitindo interpretações dúbias. (A revisão geral da remuneração dos servidores públicos sem distinção de índices entre servidores civis e militares, dar-se-á sempre na mesma data”. Inciso X, art. 37). Devemos estar preparados para esta hipótese e, caso isto ocorra, convocar-se-á uma reunião das FEDERAIS para determinar o encaminhamento, em caráter de urgência, da Campanha Salarial/89.

2.3.1. Tabela Salarial (1º, 2º e 3º graus – IFES):

- a) Emergencialmente, reajustar a tabela salarial de setembro em 35,76%, sobre a URP prevista para outubro.
- b) alteração percentual de mudança de nível para 5%;
- c) alteração do acréscimo DE para 50%;
- d) extinção da GRIPE e reivindicação da incorporação de 20% de GNS (Gratificação de Nível Superior) aos salários;
- e) incorporação dos 205 do DL 2365 aos salários;
- f) abono salarial de emergência, que recomponha a perda salarial acumulada desde 1º de março, tomando-se como base o salário contactado na ocasião e os índices do custo de vida do DIEESE.
- g) para 1º e 2º graus, reivindica-se também igualdade de exigências de titulação nas carreiras, sendo parâmetro a carreira do ensino superior.

2.3.2. Perdas salariais dos docentes:

Considerando o reajuste de 21,39% (URP) previsto para o mês de outubro, ganhamos hoje, em termos reais, 73,66% do que ganhávamos em março/88. Isto significa que precisaríamos receber 35,76% a mais, para recuperarmos o salário de março/88.

2.3.3. Campanha salarial e verbas

Faz-se necessário, neste momento, mesmo considerando o grau de relativa desmobilização por que passa o MD, estabelecermos uma estratégia de médio prazo que responda às necessidades de verbas e salários. Neste sentido, propomos que se iniciem estudos e discussões que permitam o deflagrar de uma campanha salarial e de verbas.

Outros encaminhamentos

- 2.4.1. Seguindo orientação do VIII Congresso da ANDES, os delegados das ADs presentes ao XVIII CONAD indicam a discussão da alteração da data-base, considerando o encaminhamento do III CONCUT (1º de maio) e recentes estudos do DIEESE (dezembro).
- 2.4.2. Que a ANDES protocole a proposta salarial e de verbas no MEC, incluindo a reivindicação de estabilidade no emprego e solicite audiência com o Ministro Hugo Napoleão para resposta com prazo máximo até 9 de novembro. A Diretoria encaminhará a resposta (se houver), e avaliação às ADs, para discussão até 16 de novembro. Realizar uma reunião das Federais, dia 24 de novembro, UERJ, antecedendo o Congresso Extraordinário.
- 2.4.3. Considerando o pagamento da URP para os docentes da UFAC (Acre) propomos:
 - Que a ANDES verifique a possibilidade de entrar na justiça, reivindicando a aplicação da lei de isonomia, para garantir esse direito a todos os docentes.
- 2.4.4. Considerando que o STF declarou prejudicados os pedidos de avocatórias das sentenças judiciais da Justiça do Trabalho favoráveis ao pagamento da URP, o CONAD recomenda às ADs que retomem os processos pela via judiciária, como uma das formas de reaver a URP confiscada.
- 2.4.5. Entende-se que cinco pontos deverão ser discutidos pelo MD com urgência:-
 - a) Regime jurídico das IFES;
 - b) Regime jurídico da contratação dos servidores públicos;
 - c) Avaliação para progressão funcional;
 - d) Aposentadoria com proventos iguais aos percebidos pelo pessoa da ativa;
 - e) Plano de mobilização para garantir vitória na pauta de reivindicações;

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

Os regimes jurídicos deverão ser alterados devido à Nova Carta.

Estes pontos deverão ser pautados para a próxima reunião das ADs das IFES.

2.5. Cronograma - Ver ata da plenária

ANEXO
TEXTO APROVADO NA PLENÁRIA

RELATÓRIO DO I SEMINÁRIO NACIONAL DE DOCENTES DE 1º E 2º GRAUS DAS IES

I – APRESENTAÇÃO

Cumprindo deliberação do VII Congresso Nacional da ANDES/JF, foi realizado o I Seminário Nacional de Docentes de 1º e 2º graus das IES, nos dias 8, 9, e 10 de outubro, em Salvador, promovido pela ANDES e APUB.

O objetivo central do seminário foi a discussão do papel das escolas de 1º e 2º graus no contexto das IES e da educação nacional (TEMA I); contando ainda com discussões pertinentes à situação desses docentes nas IES (TEMA II); como condições salariais, plano de carreira, questões pendentes de enquadramento do caso da extinção do C.A. da UFBA. Ainda nesse conjunto de temas, foi promovido o debate sobre sindicalização (TEMA III).

Dada a complexidade dos temas I e III, foram realizadas 2 (duas) palestras; apresentadas respectivamente pela companheira Joana Neves (ADUFPB-JP) e Carlos Baldijão (ANDES), a que se seguiram discussões em grupos mistos; incluído o TEMA II.

Em função da relevância das discussões efetivadas neste seminário, e da extrema importância do papel dessas escolas nas IES, deliberou-se pela formulação da Carta de Salvador, em que estão apresentados os princípios fundamentais que devem nortear a reflexão e a prática político-pedagógica dos docentes de 1º e 2º graus das IES, bem como questões que, na verdade, se colocam prementes para o conjunto do MD Nacional.

Tendo em vista o fato de que, dos temas discutidos e suas propostas, 3 (três) será debatidos em pontos específicos (temas) no decorrer deste CONAD, orientamos os companheiros ao seguinte procedimento:

- a) as propostas pertinentes ao TEMA I (papel das escolas de 1º e 2º graus no contexto das IES e da Educação Nacional) devem ser consideradas, quando da discussão de Política Educacional.
- b) Assim como as propostas referentes ao TEMA II (a situação dos professores de 1º e 2º graus das IES: condições salariais, condições do exercício profissional, plano de carreira, enquadramento/lotação, avaliação de desempenho) devem ser discutidas junto ao TEMA III do CONAD: Avaliação da Universidade e Democratização das IES e junto às questões setoriais.
- c) No que diz respeito ao tema sindicalização, remetente ao TEMA II do CONAD.

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

Passamos a apresentar as deliberações tiradas em plenária do seminário, modificadas pelo XVIII CONAD, na forma de propostas indicativas.

1. CONDIÇÕES SALARIAIS/CONDIÇÕES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL/PLANO DE CARREIRA NAS ESCOLAS DE 1º e 2º GRAUS DAS IES.

- a) Não deve haver diferença salarial em função do nível de ensino de atuação do professor, mas de acordo com a qualificação (titulação).
 - a.1) Em conseqüência, devem as ADs e a ANDES lutar pela carreira única para todos os docentes das IES.
- b) As ADs devem iniciar ou aprofundar a discussão dos seguintes temas:
 - b.1.) Criação e ampliação de licenciaturas nas áreas técnicas e artísticas, com disciplinas pedagógicas ministradas nas faculdades de educação, considerando a existência de disciplinas de 1º e 2º graus para as quais não há cursos de formação em nível de 3º grau.
 - b.2.) Exigência de cursos de graduação para ingresso na carreira de 1º e 2º graus das IES (objetivando que todos os professores das Escolas de 1º e 2º graus das IES tenham curso superior).
 - b.3.) Regulamentação do exercício profissional e formação do professor de 1ª a 4ª séries do 1º grau.
- c) Ao ser estendida a DE de 50% aos docentes de 1º e 2º graus das IFES, deverá ocorrer imediata suspensão da gratificação por regência de classe.

RECOMENDAÇÃO

Alertamos sobre a terminologia que deve ser usada em telex, documentos protocolados no MEC e propostas de sindicalização: “Docentes das Instituições de Ensino Superior”. Neste sentido, quando os documentos da ANDES se referirem a seus associados em geral, deve ser usada a terminologia “docentes das Instituições de Ensino Superior”.

2. ENQUADRAMENTO/LOTAÇÃO

2.1. Enquadramento. Problemas de distorções de enquadramento de 1º e 2º graus das fundações federais.

ENCAMINHAMENTOS

- a) Documento do XVIII CONAD deve ser preparado, assinado pelas ADs presentes e ANDES, denunciando a morosidade do MEC e exigindo a correção para tais distorções, já.

- b) Todas as ADs de IES federais devem remeter telex ao Secretário da SESU e Secretário Geral, dobrando solução imediata para tais distorções.
- c) Novo contato ANDES/MEC para cobrar solução imediata.
- d) O XVIII CONAD aprova “Indicativo de Dia Nacional de Mobilização” sobre ensino de 1º e 2º graus nas IES, envolvendo:
 - d.1). as ADs que possuem escolas de 1º e 2º graus em suas IES;
 - d.2). as ADs que estejam discutindo a nova LDB numa perspectiva global para a educação (contemplando o 1º e 2º graus);
 - d.3). setores da comunidade acadêmica, como entidades representativas dos profissionais de educação ou Comissões Estaduais de Cursos de Formação de Educadores;
 - d.4). os Departamentos Estaduais de Educação da CUT.

No caso da UFBA – além do tema gral, deve-se aprofundar a discussão sobre o Colégio de aplicação e de situação dos professores.

2.2. Enquadramento dos docentes de 1º e 2º graus da UFBA.

- Que a APUB prossiga uma ampla discussão na comunidade da UFBA com relação á reabertura do Colégio de Aplicação, considerando os princípios estabelecidos neste seminário sobre as escolas de 1º e 2º graus das IES.
- Que o dossiê preparado pela APUB, bem como o resultado da discussão, sejam levados ao 81C Congresso da ANDES para possível deliberação sobre tais questões (enquadramento dos docentes de 1º e 2º graus e reabertura do Colégio de Aplicação da UFBA).

2.3. Lotação

Recomendação – tendo em vista as diferentes formas de organização interna das IES e as diversas formas de vinculação das escolas de 1º e 2º graus às IES (órgãos suplementares, departamentos, unidades, etc) propõe-se o início de uma ampla discussão sobre a lotação dos professores de 1º e 2º graus dessas instituições, tendo como eixo comum a preservação da identidade e da autonomia das escolas.

3. INGRESSO/CLIENTELA

Discutir nas bases do MD formas de ingresso de alunos nas escolas de 1º e 2º graus das IES, com a preocupação de evitar discriminação, garantindo a democratização do acesso à escola.

Garantir o acesso de todos às escolas preservando, porém, a autonomia de instituição na determinação da clientela específica nessas escolas, em função de projetos de pesquisa e experimentação a serem desenvolvidos, resguardando o caráter e a finalidade dessas escolas enquanto espaços de experimentação.

4 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL E DO DOCENTE

Recomendação – Que sejam estabelecidos critérios comuns aos 3 (três) graus de ensino para a avaliação institucional e de desempenho dos docentes das IES, após ampla discussão da comunidade, envolvendo docentes de 1º, 2º e 3º graus das IES.

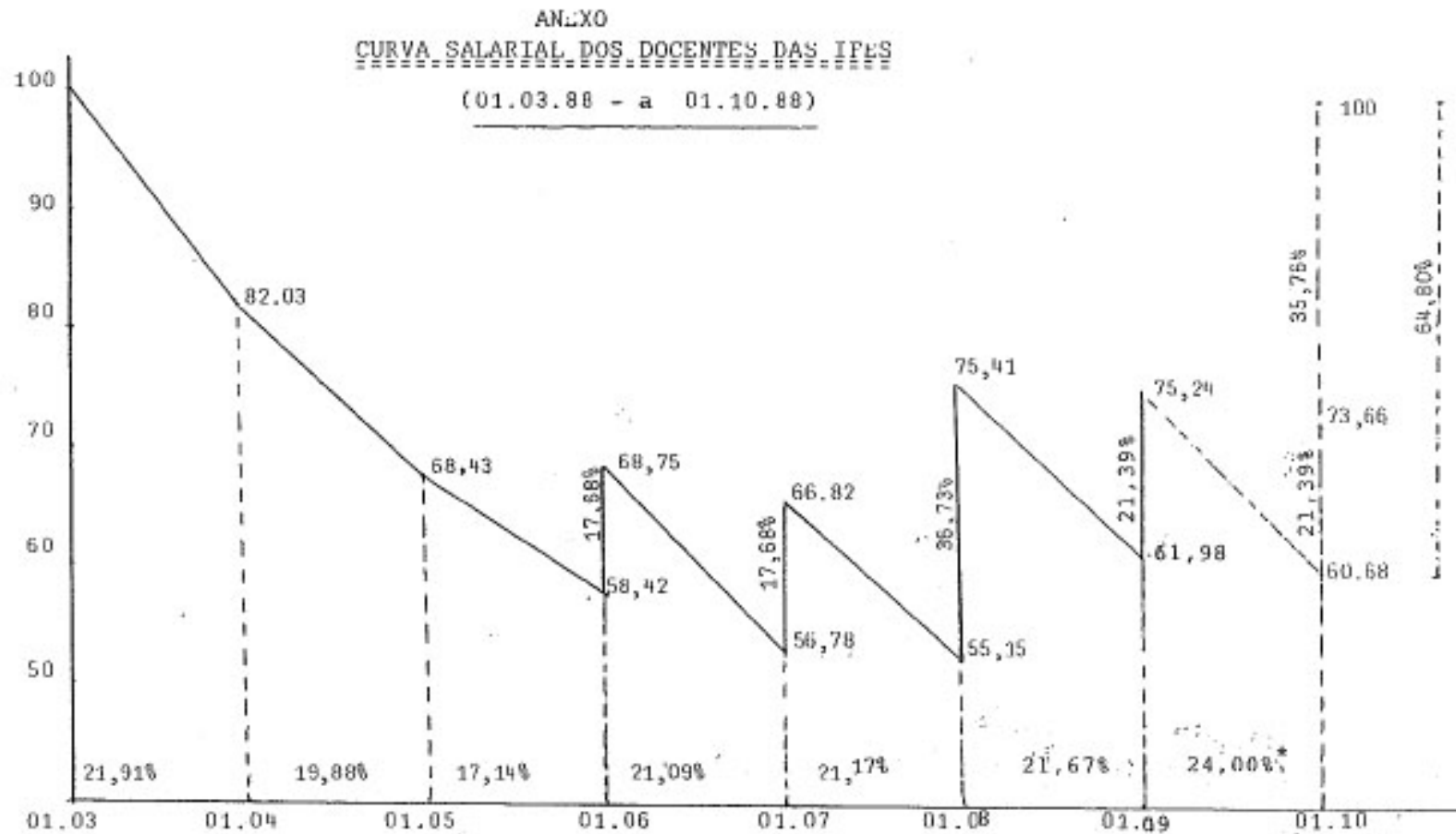
II - AVALIAÇÃO

De forma inequívoca, o I Seminário Nacional dos Docentes de 1º e 2º graus das IES significou um avanço de grande importância, não só no sentido organizativo e de definição político-pedagógica da prática de seus docentes e de suas lutas, como também para o Movimento Docente Nacional, de modo geral.

Por outro lado, a representação dos 3 (três) setores (estaduais, particulares e federais) no seminário, destaca com clareza o fato de que as discussões e problemas inerentes aos 1º e 2º graus das IES não se limitam mais apenas ao setor das federais. O que nos coloca perante a tarefa de trabalharmos conjuntamente e de definirmos meios eficazes para responder ao leque de questões que se colocam hoje para o movimento docente em nível nacional. De fato, os problemas existentes no seio das escolas de 1º e 2º graus vinculadas às IES tocam, no geral, as grandes questões que perpassam hoje a crise do Ensino Superior no país e, em particular, a crise do Ensino Superior Público.

Por fim, destacamos a relevância da realização do II Encontro dos Docentes de 1º e 2º graus das IES, que se realizará, precedendo o VIII Congresso Nacional da ANDES, em janeiro ou fevereiro de 1989, em São Paulo (ADUSP).

Obs.: Ver, também, relatórios dos temas 1 e 2.



ESTIMATIVA DO ÍNDICE DO DIEESE PARA SETEMBRO/88
 OBS: 1 - Os percentuais inferiores significam inflação no período segundo o DIEESE;
 2 - Os percentuais na vertical significam reajuste autorizado pelo governo.
 (Trabalho realizado pela Coordenação do GT-Verbas da ANDES)

ANEXO – REGISTRO ADUFAC – A QUESTÃO DA URP

“A Associação entrou com representação contra o MEC (VIA Universidade Federal do Acre) relativamente ao congelamento das URPs. O Juiz do Trabalho deu ganho de caso à associação, alegando a inconstitucionalidade do fato, baseado na repercussão do processo movido pelos docentes de Pelotas. A liminar expedida pelo Juiz, obrigando a universidade a pagar, não contemplava no início os professores que não eram filiados, e portanto, posteriormente, foram obrigados a se filiarem à ADUFC para poderem fazer jus ao alcance da liminar.

A Universidade recorreu da sentença, que foi remetida a instância superior (Porto Velho), que manteve a liminar expedida pelo Juiz de Rio Branco – AC. Depois desses recursos, a Assessoria Jurídica da Universidade propôs um acordo (não sabemos o porquê) para o pagamento da URP; entretanto, não o cumpriu. Desse modo, o juiz expediu mandado para que, em 48 horas a universidade apresentasse a folha de pagamento com a URP; em seguida, bloqueava as contas da UFAC, “confiscando” o valor monetário suficiente para o pagamento da folha da URP.

Em nenhum momento a UFAC se desfez de seu patrimônio (até prova em contrário) e, dos recursos financeiros confiscados, somente a primeira parcela foi repassada pelo MEC; quanto às demais, não podemos precisar.

A ISONOMIA entre as IFES não seria prejudicada, pois a universidade paga em folha separada a URP, por determinação do Juiz do Trabalho. Desse modo, a possibilidade da ANDES orientar as ADs para entrar na justiça, questionando a quebra da Isonomia, ficaria prejudicada.

Os docentes podem perder a URP, pois a ação principal não ocorreu e, nessa fase, mesmo que os docentes ganhem, a universidade poderá recorrer a novas instâncias”.

Delegado do Acre no XVIII CONAD

TEMA 5

QUESTÕES ORGANIZATIVAS

TEMA 5
ATA DA PLENÁRIA
QUESTÕES ORGANIZATIVAS

Às 18h10 do dia 15/10, no auditório 412 do CCHLA/UFPb, João Pessoa, verificado o quorum (32 delegados presentes), foi iniciada a plenária.

Mesa: Presidente – Vanderli Fava

Vice-presidente – Yaci

1º Secretário – Sílvio Frank Alem

2º Secretário – Edilamar Resende (Dila)

Pauta: Finanças da ANDES

Relacionamento internacional da ANDES

Criação e funcionamento dos Grupos de Trabalho (GTs).

Principais deliberações:

Aprovados, com modificações e acréscimos, os textos propostos pela diretoria sobre os três pontos de pauta.

Finanças da ANDES:

1. Mensalidades em atraso da APROPUC-SP

O 1º tesoureiro da ANDES relatou o recebimento de pedido de parcelamento do débito da AD citada, nos seguintes termos: parcelamento em 8 vezes das seis mensalidades em atraso, referentes a 1987. Em 1988, a AD vem saldando com as contribuições de seus associados.

Foi aprovada, com 1 (uma) abstenção, a proposta, nos termos revistos pela tesouraria:

CÁLCULO COM BASE EM 850 ASSOCIADOS:

ANO	MÊS	VALOR A PAGAR	VALOR PAGO	CRÉDITO	DÉBITO
1987	JUN.	9.350,00	16.150,00	6.800,00	-
	JUL.	9.350,00	16.150,00	6.800,00	-
	AGO.	9.350,00	-	-	9.350,00
	SET.	25.500,00	-	-	25.500,00
	OUT.	25.500,00	-	-	25.500,00
	NOV.	25.500,00	-	-	25.500,00

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

	DEZ	25.500,00	-	-	25.500,00
1988	JAN.	25.500,00	-	-	25.500,00
	FEV.	25.500,00	-	-	25.500,00
	MAR.	27.200,00	-	-	27.200,00
	ABR.	27.200,00	-	-	27.200,00
DÉBITO TOTAL					216.750,00
CRÉDITO TOTAL				13.600,00	
DÉBITO FINAL					203.150,00

Plano:

- Parcelamos a dívida em 8 vezes a partir de agosto/88 (inclusive) até março/89.
- Parcela a acrescentar às mensalidades de agosto/88 a março/89: Cz\$ 25.393,75
Pagamento a ser realizado em 15/9, referente a ago/88 Cz\$ 42.500,00
Cz\$ 25.393,75
Cz\$ 67.893,75
- Por maioria, foi aprovada a proposta de correção das mensalidades em atraso com a ANDES, que consta do texto deste relatório.

Relações Internacionais

- Por unanimidade, foram incluídos no texto da diretoria os encaminhamentos 4 e 5, propostos pelo setor das ADs Federais.
- Por maioria, derrotada proposta de redação alternativa à do item 7 do texto da diretoria, oriunda do setor ADs Federais.

Criação e Funcionamento de GTs

- Por unanimidade, foi aprovada a criação de GT Política Agrária (ver texto).
- Por solicitação dos coordenadores, foram ampliados vários GTs (ver texto)

Outros encaminhamentos

Foram aprovados: a realização do 2º Seminário ANDES/ADs sobre a questão sindical, antecedendo o Congresso Extraordinário (ver: plenária da questão sindical); realização de Seminário “Relações Universidade-Empresa”, antecedendo o 8º Congresso (fevereiro/89, ADUSP).

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Texto original mantido com acréscimo de propostas ao final.

1. O 7º Congresso da ANDES deliberou pelo indicativo de associação (membro associado) da ANDES a uma ou a ambas entidades “que mostram um perfil mais progressista na luta dos docentes em nível internacional” – a FISE e a CMOPE (Federação Internacional de Sindicatos de Educadores e Confederação Mundial de Organização de Profissionais do Ensino, respectivamente). Tal indicativo seria concretizado no 8º Congresso.

O XVIII CONAD estabeleceu o seguinte calendário para encaminhar esta questão: até agosto/88, envio de material para as Associações de Docentes sobre as citadas Centrais; discussão nas ADs que levaria a uma deliberação indicativa no XVIII CONAD.

2. De junho até aqui, a Diretoria da ANDES encaminhou a todas as filiadas:
 - a) cópia do “Livro Guia” da CMOPE e esclarecimentos sobre as disposições estatutárias daquela central, que mostram as distinções entre status de “associado” (=membro correspondente) e “filiado”(=membro de pleno direito);
 - b) relatório da participação do Secretário Geral da ANDES nos eventos de Santiago e Melbourne, patrocinados pela CMOPE, (reunião de Organizações de Professores da América Latina, Seminário para Dirigentes e Assembléia de Delegados).
3. Da FISE, contatada por ofício e verbalmente, na pessoa de seu Secretário Geral, presente em Melbourne, não recebemos ainda as informações solicitadas (Estatutos, Regimentos etc).

Neste último contato fomos informados de que a remessa fora realizada. Os correios seriam responsáveis pela situação.

A diretoria da ANDES continuará empenhada em estreitar relações com a FISE, nos termos das deliberações do 7º Congresso, e em divulgar às ADs as características organizacionais daquela Central.

4. A FISE enviou à ANDES convite para que participe do seu Congresso Mundial, a realizar-se em praga, em setembro de 1989. O convite inclui passagem aérea e hospedagem. A diretoria da ANDES aceitou o convite e indicou seu presidente, prof. Sadi Dal Rosso para representá-la como observador.
5. A FISE e a CMOPE responderam prontamente à solicitação de solidariedade encaminhada pela ANDES quando da repressão policial aos professores da rede estadual carioca em greve (junho/88). Esclarecemos, na ocasião, o fato de que não se tratavam de professores sócios da ANDES os atingidos pela PM do Rio de Janeiro.
6. A participação do representante da ANDES nos eventos promovidos pela CMOPE em julho/agosto pp serviu para que as características daquela Central e da ação que desempenha mundialmente fossem melhor conhecidas.

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

A Diretoria da ANDES entende como relevantes as propostas, em andamento, de realização do 1º Encontro de professores de fala portuguesa, previsto para abril/89, em Lisboa e de um Encontro Internacional de Docentes do Ensino Superior, a ocorrer possivelmente em Tuniz, no próximo ano.

Considera que além da expansão do relacionamento nestas direções (falantes portugueses e docentes universitários), o MD e a ANDES deve dedicar especial atenção às relações com a América latina. Correspondência informativa constante tem sido mantida com a ANDEN (Nicarágua) e FECODE (Colômbia), Associações Docentes do Chile e Bolívia, etc.

7. A análise dos Estatutos e do Regimento da CMOPE demonstram que não haveria impedimento econômico na associação ou filiação àquela Central. A razão de 0,90 francos suíços anuais por associado, teríamos hoje a contribuição (membro de pleno direito) de cerca de: 50.000 sócios X (0,90 x Cz\$ 253,50) = 126.500. Não teríamos problemas com a remessa de moeda estrangeira, uma vez que tais fundos ficariam à disposição, no Brasil, para gastos da CMOPE (como ocorre com vários países).

Encaminhamentos:

- I. Considerando que:
 - a) a discussão insuficiente verificada nas ADs a propósito do indicativo da associação à CMOPE;
 - b) o não recebimento da documentação relativa à FISE impossibilitou o debate sobre associação a esta entidade.

Propomos:

1. A continuidade da discussão, nas ADS, a propósito da questão da associação da ANDES à FISE e à CMOPE, para deliberação no 8º Congresso.
2. A manutenção da atual política, seguida pela diretoria da ANDES, no sentido de participar, como observadora, de ventos internacionais promovidos pela FISE ou CMOPE.
3. O incremento do relacionamento com as organizações docentes latino-americanas, inclusive pela divulgação, às ADs, de materiais produzidos por tais organizações.
4. Que as ADs divulguem o último relatório sobre Relações Internacionais.
5. Que a ANDES inclua no seu próximo boletim um resumo do último relatório sobre Relações Internacionais.

SITUAÇÃO FINANCEIRA DA ANDES

Ao analisarmos os gastos da ANDES no último trimestre verificamos que eles se restringem a:

- Folha de pagamento; transporte e diária dos diretores; correio; telefone e material gráfico. Ou seja, com a arrecadação atual só foi possível tocar as atividades essenciais do movimento, não sendo possível implementar condições materiais e recursos humanos que permitissem aumentar a eficácia de nossa ação.

Podemos citar algumas propostas não viabilizadas:

- Compra de um micro-computador a ser instalado na sede em Brasília; mobiliamento da nova sede; contratação de um jornalista e implantação de uma assessoria jurídica.

Devemos destacar também que a instabilidade no fluxo de caixa tem impedido à tesouraria de cobrir gasto de diretores num prazo razoável implicando numa “contribuição compulsória” dos diretores à entidade.

Apesar das dificuldades, o movimento docente tem, ao longo do tempo, avançado e realizado grandes conquistas. Lembramos desde logo as questões de carreira, a realização de inúmeros seminários e reuniões sobre questões de política educacional, política científica e tecnológica e sobre a questão sindical; por fim lembramos mais recentemente a nossa presença na constituinte, em que garantimos a aposentadoria especial para a categoria. Isso tem sido feito às custas de imensos sacrifícios financeiros.

A questão financeira, se não resolvida, pode estrangular o próprio movimento.

Os juros que pagamos por não saldarmos nossas dívidas em dia significa dinheiro subtraído ao movimento, o que, portanto, reduz nossa capacidade de luta.

Tudo isso mostra a importância de uma entidade nacional forte possuir uma estrutura ágil de funcionamento.

A manutenção desta estrutura exige que realizemos uma reflexão profunda sobre a contribuição financeira das ADs no que tange ao valor da mensalidade e pontualidade dos pagamentos, já que temos pago nossas dívidas com atrasos, arcando com juros altos. Nunca tivemos uma reserva de caixa que permitisse qualquer gasto extraordinário e urgente, exigido pela dinâmica do movimento.

Algumas causas das dificuldades financeiras que ora enfrentamos são aqui apresentadas:

1. O valor da mensalidade é baixo em relação ao custo das atividades a serem desenvolvidas.
2. A metodologia dos reajustes não consegue responder à corrida inflacionária.
3. No último CONAD aprovamos uma antecipação trimestral do reajuste de apenas 55%, quando a inflação do trimestre (DIEESE) foi de 71,33%.

4. O atraso médio no recolhimento das mensalidades é de quase um mês, implicando numa receita real no mínimo 20% inferior a seu valor nominal.

Assim, entendemos que a questão financeira deve ser objeto de estudo do movimento, buscando alternativas que superem a questão que é colocada: “uma maior contribuição à ANDES pode significar a inviabilização do trabalho das ADs”. Sua recíproca também é verdadeira. Deste modo, no 8º Congresso, devemos tomar decisões que garantam à ANDES uma estrutura que corresponda à sua dinâmica e à sua força política.

PROPOSTA

REAJUSTE DA MENSALIDADE

Considerando:

1. A deliberação do 7º Congresso, de que o reajuste da mensalidade é feito semestralmente em março e setembro, de acordo com o ICV-DIEESE;
2. que o valor das mensalidades em 1º de março era Cz\$ 65,00 e Cz\$ 32,00;
3. que o ICV-DIEESE, no período de março a setembro, foi de Cz\$ 204,08%
4. que a aplicação deste índice daria o seguinte resultado:
Cz\$ 197,65 para a maior mensalidade e
Cz\$ 97,30 para a menor,

Propomos:

- Que, a partir de 1º de setembro, os valores a serem cobrados sejam: Cz\$ 200,00 e 100,00.

ANTECIPAÇÃO MENSAL

Considerando:

1. Que o mecanismo de antecipação trimestral não tem conseguido responder ao ritmo da inflação;
2. Que não se prevê uma queda da inflação, mas sim um aumento a mesma;
3. As tarefas a serem realizadas pelo movimento,

Propomos:

- Criar um dispositivo de antecipação mensal do reajuste, baseado na URP ou outro índice de reajuste salarial que venha substituí-la, permitindo a isenção de reajuste antecipado para as ADs cujos professores não tenham seus salários reajustados mensalmente.

CORREÇÃO DAS MENSASIDADES ATRASADAS

Considerando:

1. Que uma parcela significativa das mensalidades tem sido paga com mais de um mês de atraso;
2. Que, em função da inflação, o valor real deste pagamento atrasado fica sendo, no máximo, 80% do valor estipulado nominal;
3. Que, devido a este atraso, estamos sendo obrigados a pagar nossas dívidas com multas e juros,

Propomos:

- Que, a partir da mensalidade referente ao mês de outubro, a ser paga até 15 de novembro, todo pagamento com atraso de mais de 15 dias da data limite deverá ser corrigido pelo índice de inflação do DIEESE, acumulado no período de atraso.

PROPOSTA SOBRE CRITÉRIO DE REAJUSTE DE MENSALIDADE

- a) Que o levantamento que está sendo feito pela Diretoria da ANDES sobre a forma de contribuição dos associados às ADs seja remetido às mesmas para estudo e discussão, a fim de que no 8º Congresso seja aprofundada a discussão sobre a situação financeira da ANDES.
- b) Que no Congresso de fevereiro sejam discutidas alternativas de contribuição dos associados às ADs e determinado um novo critério de contribuição dos associados à ANDES.
- c) A ANDES, em nível regional, deve formar comissões regionais, compostas por um representante da Diretoria e dois das ADs, para discutir o problema.
- d) Que sejam realizados encontros regionais antecedendo o 8º Congresso, tendo como pontos de pauta, entre outros:
 - Situação financeira das ADs em atraso com a contribuição à ANDES;
 - Critérios de contribuição dos associados às ADs.

GT POLÍTICA AGRÁRIA – PROPOSTA DAE CRIAÇÃO

TEXTO ORIGINAL MANTIDO COM CORREÇÕES

A ANDES tem pautado sua atuação objetivando uma educação que possibilite ao povo brasileiro condições dignas de vida.

O amplo leque das áreas de conhecimento, bem como a política educacional implantada ao longo dos anos, tem nos obrigado a concentrar esforços em questões de absoluta premência, muitas vezes não possibilitando aprofundar discussões em algumas áreas que dizem respeito diretamente aos objetivos finais do Movimento Docente.

A situação crítica que o país atravessa, sem precedentes em sua história, levou a Regional RS a trazer para o debate o fundamento de parte dessa crise, ou seja, a Questão Agrária.

O final da década de cinquenta foi marcado por uma série de acontecimentos que modificaram profundamente a produção primária e a vida no campo.

A criação de um sistema nacional de Extensão Rural e, principalmente, a implantação de crédito agrícola subsidiado, já na década de 60, e que proporcionou diversos escândalos (“adubo – papel”, “mandioca”, entre outros), foram determinantes para a transformação da vida dos camponeses e implantação de um novo modelo agrícola onde o agricultor passou a fazer parte da economia de mercado.

Posteriormente, a necessidade de mão-de-obra barata para o setor industrial fez com que o governo modificasse o quadro agrário. Optou deliberadamente pela “modernização” da agricultura, implantando um modelo concentrador de terras e de riquezas, sem preocupações com os prejuízos causados ao meio ambiente. Resultado dessa política, pode-se observar o êxodo rural e a conseqüente formação de amplos bolsões de miséria na periferia das grandes cidades.

Quem pode plantar, não tem onde. Quem tem a terra, não cultiva, especula. Isso tudo tem gerado clima de instabilidade e insegurança. Os conflitos pela posse da terra se fazem presentes. Posseiros, agricultores sem terra, religiosos e índios lutam e são assassinados por culpa de uma poder que, deliberadamente, tem inviabilizado todo processo de reforma agrária necessário para o desenvolvimento do país.

Nas universidades, o modelo agrário e a Reforma do Ensino fizeram com que o Ensino de Ciências Agrícolas fosse empobrecido criticamente. As pesquisas que recebem maior volume de recursos são alinhadas, ou pelo menos não se contrapõem, aos interesses dominantes e multinacionais. A extensão persiste, com algumas exceções, comprometida com atividades episódicas, mais próximas do assistencialismo.

Como se não bastasse todo o quadro agrário brasileiro, a Assembléia Nacional Constituinte, atendendo aos anseios da minoria reacionária da sociedade, representada no campo pela UDR, deliberou pela aprovação de um texto mais retrógrado que o Estatuto da Terra, obra da ditadura militar.

Não obstante, podemos ainda constatar a existência de projetos que procurem uma relação mais eficiente com os desafios sociais e tecnológicos na área agrária. O comprometimento destes e de seus responsáveis nos estimula a propor ao XVIII CONAD a criação de um Grupo de Trabalho para discutir a questão agrária, objetivando:

- sistematizar e analisar dados referentes à realidade rural brasileira;
- discutir e aprofundar estudos sobre a relação Política Agrária X Abastecimento, contribuindo nessa questão;
- promover a articulação com entidades que trabalham, direta ou indiretamente, com a questão agrária (Movimento dos Sem Terra, Pastoral da Terra, CONTAG, ABRA, entre outras);
- levantar, discutir e difundir dados sobre experiências universitárias, tanto no Brasil como no exterior, no processo de desenvolvimento agrário (reforma agrária, projetos de assentamento, política de abastecimento, ensino, pesquisa, extensão);
- discutir e aprofundar as questões relacionadas com o Meio Ambiente e a Ecologia;
- estudo e acompanhamento da estrutura fundiária, e
- discutir a realidade do Ensino de Ciências Agrícolas no país e o seu papel na transformação da realidade social e econômica e da política do setor primário de produção.

PROPOSTAS SOBRE TODOS OS GTs

1. Os GTs dão à ANDES a capacidade de elaborar propostas sobre temas específicos, permitindo que o MD avance qualitativamente. Neste sentido o XVIII CONAD conclama as ADs a se integrarem efetivamente nos GTs já existentes, bem como a se empenharem na criação de outros.
2. Que seja reforçada a continuidade de discussão dos textos dos GTs nos grupos mistos, a exemplo do que ocorreu neste CONAD.

INFORMES SOBRE CRIAÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS GTs

GT DE POLÍTICA AGRÁRIA

Criado, o GT de Política Agrária ficou composto pelas seguintes ADs: ADUFPel; ADUFRGS; ADUI; APROFURG; ADUR-RJ; ADUFPB-JP; ADUFS; ADUFF; ADUFG.

Devem confirmar sua participação: ADUFERPE; ADUFPA; APUFSC; ADUNIR; ADUFAC; ADUA; ADUFMAT; ADUFPB-CG

Foi marcada reunião do GT NO dia 24/11/05, no RiO de Janeiro (UERJ), antecedendo o Congresso Extraordinário.

GT SAÚDE

O GT Saúde está formado por representantes da ADUFC; ADUA; ADUFES; ADUFPB-JP; ADUFU; APUBH; ADUNI-RIO; ADUFF; ADUFRGS; ADEPM; AD-Uberaba.

No momento este GT é composto somente de representantes de federais e é importante a incorporação de ADs do setor das estaduais e particulares. Neste CONAD foi ampliado o GT, com a incorporação da ADUEL e da ADUNICAMP (a confirmar).

O GT de Saúde da ADUFC promoverá, em conjunto com os Centros Acadêmicos, ASAUFC, Instituições Prestadoras de Serviços, membros do CIS e membros da comunidade, seminário sobre “A Universidade e o Sistema de Saúde” nos dias 18 e 19/10/1988, no Centro de Ciências da Saúde, da UFC.

O GT de Saúde deverá se reunir no dia 24/11/88, data que antecede o Congresso Extraordinário.

GT DE EDUCAÇÃO

A coordenação do GT de Educação sugere que sejam criados, nas ADs, grupos de trabalho locais. Foi incorporada ao GT, a ADUFMAT.

GT de CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O GT está formado por representantes da ADURN; ADUSP; ADUFRGS; ADUNICAMP; ADUNI-RIO E ADUFEPE.

Foi feita solicitação de que essas ADs, que se comprometeram com o funcionamento do GT, participem efetivamente, e foi sugerido pelo Coordenador, prof. Sílvio Quezado, que seja realizada uma reunião do grupo antecedendo ao Congresso Extraordinário.

GT DE VERBAS

O Coordenador do GT de Verbas, Prof. Fábio Corrêa, fez um apelo no sentido de ampliar o grupo, hoje composto de apenas quatro ADs: APUBH; ADUnB; AUSP; ADUFRJ.

Solicitaram incorporação ao GT: ADUNIRIO; ADURN; ADCEFET-RIO; ASDUERJ.

OUTROS ENCAMINHAMENTOS – QUESTÕES ORGANIZATIVAS

PROPOSTAS DE PLENÁRIA PARA OUTRAS ATIVIDADES:

- a) Que seja realizado, na tarde que antecede o Congresso Extraordinário, um seminário com uma equipe de juristas e/ou sindicalistas para esclarecimentos acerca das questões de sindicalização (II Seminário ANDES-ADs: A Questão Sindical).
- b) Que antes do próximo Congresso ordinário, ou seja, do VIII CONGRESSO, seja realizado seminário para aprofundar questões sobre as “Relações Universidade X Empresa”.

PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO

ATA DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO

Mesa: Presidente: Sadi

Vice-Presidente: Joana (pres. ADUFPB-JP)

1º Secretário: Silvio Alem

2º Secretário: Vanderli

A plenária iniciou-se às 23h45 do dia 15/10, no auditório 412, CCHLA/UFPB, e constou da apresentação e aprovação de moções e pronunciamento do Presidente da ANDES.

Moções apresentadas:

1. Saudações e apoio ao Congresso pela criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.
2. Pela correção de distorções no enquadramento dos Docentes de 1º e 2º graus das IFES de Viçosa, Sergipe, Uberlândia e Maranhão.
3. Apoio à luta dos professores da UEL pela manutenção da estabilidade em acordo coletivo de trabalho.
4. Condenação à atividade do reitor da USP por demissão de funcionários e à atitude do Governo Quécia por se negar a definir uma política salarial.
5. Pela autonomia universitária e conseqüente nomeação dos reitores mais votados na comunidade universitária.
6. Pela democratização dos atuais dispositivos da CLT.
7. Repúdio às atitudes que estão sendo tomadas contra a diretoria da ADUFERPE por determinados setores da UFRPE.

Na apresentação desta moção, a presidente da ADUFERPE fez um relato sobre a questão.

8. Carta de Salvador – Manifesto dos professores de 1º e 2º graus reunidos no Seminário Nacional de Docentes das IES em Salvador, de 8 a 10/out/88
9. Carta de João Pessoa – Manifesto das ADs presentes ao XVIII CONAD, 12 a 15/out/88.
10. Louvor à ADUFPB-JP, pela organização do XVIII CONAD.

As moções foram aprovadas por unanimidade

O Secretário Geral da ANDS leu telegrama remetido pelo professor Cecato, ex-diretor da entidade, nos seguintes termos:

XVIII CONAD - João Pessoa – Paraíba, de 12 a 15 de outubro de 1988

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

“Colegas décimo-oitavo CONAD. Mesmo ausente estamos presentes sua luta. Aqui estamos torcendo por sucesso encontro. Abraços”.

A seguir o Presidente da ANDES proferiu breve pronunciamento, conclamou os presentes à festa na casa do Prof. Rubens Pinto Lyra e declarou encerrado o XVIII CONAD da ANDES.

João Pessoa, 16 de outubro de 1988

VANDERLI FAVA DE OLIVEIRA

MOÇÃO I

Os professores das Instituições de Ensino Superior, reunidos em João Pessoa, no XVIII CONAD, nos dias 12, 13, 14 e 15 de outubro de 1988, considerando que:

1. os docentes de 1º e 2º graus das IES fundacionais de Viçosa, Sergipe, Uberlândia e Maranhão foram prejudicados no enquadramento do PUCRCE/87;
2. o referido enquadramento provocou profunda quebra de isonomia;
3. as propostas de revisão de enquadramento encaminhadas pelas comissões de enquadramento dessas IFES já receberam parecer favorável dos técnicos da CODAI/SESU/MEC;
4. inúmeras audiências foram realizadas com o Secretário da SESU, José Camilo Filho, sem solução definitiva da questão;
5. o impacto financeiro da correção do enquadramento desses docentes foi reconhecido pelo MEC/SESU/CODAI como irrisório;
6. essa luta se arrasta há 18 meses;
7. o MEC insiste em prorrogar a solução da questão com sucessivas promessas de resolução do problema.

Exigem:

Imediata correção das distorções de enquadramento destes professores.

MOÇÃO II

PELA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

Os docentes das instituições de ensino superior, reunidos no XVIII CONAD, de 12 a 15 de outubro de 1988, em João Pessoa-PB, manifestam seu veemente protesto frente à maneira com que o MEC e o Governo Federal vêm tratando a questão da indicação de dirigentes das IFES.

Trata-se de flagrante desrespeito à autonomia universitária na medida em que, cedendo a interesses alheios à universidade pública, indica para ocupar a reitoria, candidatos menos votados ou, ainda, não nomeia ninguém.

A Universidade Federal de São Carlos encontra-se, hoje, sem reitor em razão, inclusive, da interferência de membros do Conselho Curador que, tendo-se recusado a participar do processo democrático de escolha do dirigente máximo, atua diretamente junto ao MEC, apondo seu veto à lista escolhida pela comunidade e respaldada pelo Colégio Eleitoral.

Semelhantemente, a Universidade Federal de Pelotas encontra-se na perspectiva de idêntico impasse: está por terminar o mandato do atual reitor e ainda não foi nomeado o reitor eleito pela comunidade.

Indignados com as sistemáticas crises de instabilidade produzidas pelo MEC nas universidades federais, os participantes do XVIII CONAD exigem a imediata revisão da postura autoritária e clientelista adotada pelo Ministério da Educação e a conseqüente nomeação dos primeiros nomes das listas sêxtuplas a ele enviadas.

Dirigida a : Ministro da Educação

Presidente da República

Proponentes: ADUFSCar e ADUFPel

MOÇÃO III

A ANDES e as ADs presentes ao XVIII CONAD, realizado em João Pessoa, de 12 a 15 de outubro de 1988, considerando que:

1. Às vésperas da promulgação da Nova Constituição Federal, o Presidente da República assinou o Decreto nº 96.630/88, que reduz significativamente a autonomia e a capacidade deliberativa do CNPq, centralizando decisões nas mãos do Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia;
2. tais medidas s]ao contribuem para a democratização das deliberações no âmbito daquele importante órgão de Ciência e Tecnologia;
3. para a ANDES, a democratização das instâncias deliberativas governamentais sobre Educação, Ciências, Tecnologia, Saúde e Cultura, se constituem em questões de princípio;

Resolvem:

1. Condenar veementemente o retrocesso imposto à estrutura deliberativa do CNPq;
2. Alertar a opinião pública das graves conseqüências que poderão resultar do decreto presidencial, para o desenvolvimento científico e tecnológico do país e para a formação de Recursos Humanos.

Em defesa do processo de democratização e da transparência administrativa nas ações de Ciência e Tecnologia!

Dirigida a: Presidente da República

Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia

MOÇÃO IV

Os delegados de 55 ADs reunidos em João Pessoa, no XVIII CONAD, realizado de 12 a 15 de outubro de 1988;

Considerando:

- a) os ataques sofridos pela atual diretoria da ADUFERPE, por meio de um pedido de destituição de todos os seus diretores, enviado ao Conselho de Representantes, pelo pleno do Departamento de Agronomia daquela Universidade;
- b) a deflagração de uma intensa campanha de desfiliação de associados da AD, articulada pelos setores mais conservadores e reacionários daquela comunidade, coincidentemente após a desfiliação do reitor, no sentido de destituir a atual diretoria da ADUFERPE e
- c) o efetivo e competente trabalho que vem realizando a atual diretoria da ADUFERPE tanto em nível local quanto em nível nacional, em defesa da categoria e da Universidade Pública e Gratuita,

Resolvem:

- 1) Prestar irrestrito apoio e solidariedade aos membros da diretoria da ADUFERPE, ameaçados de destituição;
- 2) Repudiar veementemente que colegas que só têm se beneficiado da luta dos companheiros na condução da associação docente, em defesa de melhores condições de trabalho, salários dignos e da própria universidade, venham a ter atitudes irresponsáveis – tomadas fora das instâncias de deliberação do Movimento Docente – visando tirar da condução do movimento, companheiros eleitos legitimamente pela comunidade com 75% dos votos, servindo a interesses contrários à universidade pública, gratuita, democrática, a serviço da maioria da população.

MOÇÃO V

Os delegados, observadores e convidados das Associações de Docentes das Instituições de Ensino Superior, reunidos no XVIII CONAD, de 12 a 15 de outubro de 1988 (João Pessoa – PB) apresentam **moção de louvor** aos companheiros da ADUFPB-JP, em especial aos membros da Comissão organizadora do XVIII CONAD, cujo trabalho contribuiu decisivamente para a qualidade dos trabalhos e relevância dos debates e proposições aprovadas.

RATEIO

DESPESAS	
Total de passagens - delegados	Cz\$ 5.641.304,00
Total de passagens – convidados	Cz\$ 655.280,00
Despesas Gerais	Cz\$ 1.945.523,00
	Cz\$ 8.242.107,00
RECEITAS - observadores	Cz\$ 116.000,00
CUSTOS TOTAIS	Cz\$ 8.126.107,00
TOTAL – DELEGADOS	305 *
CUSTO POR DELEGADO	Cz\$ 26.642,00
<p>Obs.: Total de delegados referentes ao Congresso, excluindo a ASPEC, que opta por não participar do rateio.</p>	

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

RATEIO – XVIII CONAD

Nº	AD	NDC	TOTAL/RATEIO	CUSTO DESLOCAMENTO	A PAGAR	A RECEBER
1	ADUFMAT	8	213.144,00	178.089,00	35.055,00	-
2	APESB	4	106.572,00	204.647,00	-	98.075,00
3	APUFPR	10	266.430,00	169.862,00	96.568,00	-
4	ADFUNREI	2	53.286,00	103.321,00	-	50.035,00
6	ADCEFET-RIO	5	133.215,00	135.335,00	2.120,00	-
7	ADUFG	8	213.144,00	107.300,00	105.844,00	-
8	APUSM	9	239.787,00	206.088,00	33.699,00	-
9	ADUFC	8	213.144,00	-	213.144,00	-
10	ADUFF	10	266.430,00	-	266.430,00	-
11	ADUSP	6	159.858,00	157.571,00	2.287,00	-
12	ADUFRGS	9	239.787,00	188.766,00	51.021,00	-
13	ADUFS (SE)	4	106.572,00	42.366,00	64.206,00	-
14	APROPUC-SP	8	213.144,00	157.571,00	55.573,00	-
16	ADUA	7	186.501,00	162.909,00	23.592,00	-
17	ADURNE	4	106.572,00	1.700,00	104.872,00	-
18	ADUNIMEP	4	106.572,00	125.447,00	-	18.877,00
19	ADURN	9	239.787,00	3.200,00	236.587,00	-
20	ADUEL	8	213.144,00	163.421,00	49.723,00	-
21	ADUFPB-JP	9	239.787,00	-	239.787,00	-
22	ADUNI-RIO	6	158.858,00	133.362,00	26.496,00	-
23	ADUFRJ	11	293.073,00	133.362,00	159.711,00	-
24	ASDUERJ	9	239.787,00	133.362,00	106.425,00	-
25	ADUFPel	7	186.501,00	191.412,00	-	4.911,00
26	ADUNEB	3	79.929,00	12.020,00	67.909,00	-

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

27	ADUFOP	3	79.929,00	116.438,00	-	36.509,00
28	ADUFSCar	6	159.609,00	120.609,00	39.249,00	-
29	APES-JF	7	186.501,00	134.423,00	52.078,00	-
30	ADUFES	8	213.144,00	89.023,00	124.121,00	-
31	ADUFAL	7	186.501,00	4.734,00	181.767,00	-
32	ADUFU	8	213.144,00	155.204,00	57.940,00	-
33	APRUMA	6	159.858,00	88.254,00	71.604,00	-
34	ADUNIR	2	53.286,00	234.344,00	-	181.058,00
35	ADUFAC	4	106.572,00	274.299,00	-	167.727,00
37	ADUI	2	53.286,00	189.433,00	-	136.147,00
38	ADUFEPE	9	239.787,00	1.600,00	238.187,00	-
39	APUBH	10	266.430,00	131.161,00	135.269,00	-
40	APUFSC	10	266.430,00	192.341,00	74.089,00	-
41	ASCEFET-PR	2	53.286,00	162.970,00	-	109.684,00
42	ADUnB	7	186.501,00	116.000,00	186.501,00	-
43	ASPUV	7	186.501,00	134.533,00	51.968,00	-
44	ADUR-RJ	6	159.858,00	135.323,00	24.535,00	-
45	ADUFS-BA	4	106.572,00	-	106.572,00	-
46	APROFURG	6	159.858,00	207.905,00	-	48.047,00
49	ADFURN	5	133.215,00	5.440,00	127.775,00	-
50	ADEPM	7	186.501,00	114.153,00	72.348,00	-
51	ADUFMS	5	133.215,00	188.642,00	-	55.427,00
53	ADUSU	6	159.858,00	133.362,00	26.496,00	-
		55		1.198.328,00		
			T	5.641.304,00		-

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

OBSERVADORES:

5 - ADUEM

15 - APROPUC-C

36 – ADUFPB-CG

48 – ASPEC

52 - ADUFERPE

Observação: Com a apresentação das passagens após o cálculo do rateio, as seguintes linhas ficaram alteradas:

				DESLOCAMANTO	A PAGAR	A RECEBER
4	ADFUNREI			105.321,00	-	52.035,00
42	ADUnB			123.955,00	70.501,00	-
45	ADUFS-BA			60.128,00	40.390,00	-

CARTA DE SALVADOR

Os docentes reunidos no 1º Seminário Nacional de Docentes de 1º e 2º Graus das Instituições de Ensino Superior, realizado na cidade de Salvador, de 8 a 10 de outubro de 1988, cujo tema central foi “O Papel das Escolas de 1º e 2º Graus no Contexto das IES e da Educação Nacional”, trazem suas posições ao conjunto da comunidade universitária e a todos aqueles que não só se preocupam com a educação brasileira mas suscitam, vivem e refletem suas questões com a necessária paixão pelo saber, independentemente do nível de ensino em que o conhecimento esteja sendo construído.

A sociedade brasileira passa hoje por um momento especialmente difícil. Enquanto os setores populares tentam avançar na luta por conquistas sociais, econômicas e políticas, a classe dominante e os seus representantes no poder intensificam seus ataques aos direitos dos trabalhadores.

Formalmente, na Carta Constitucional, na arrochante política econômica, em quaisquer questões vividas cotidianamente, investem frontal e violentamente contra todas as formas de organização e resistência da classe trabalhadora, por meio de repressão às greves das diferentes categorias profissionais, das campanhas na imprensa contra as instituições públicas, da destruição sistemática das condições de vida da maioria da população brasileira.

Os repetidos ataques ao ensino público e gratuito, vindos dos Governos Federal e Estaduais, aliados aos lobbies privatistas – com amplos espaços garantidos pela “grande” imprensa, constantes cortes de verbas e salários, intervenção direta na autonomia das IES, não exclusividade de verbas públicas para o ensino público – comprovam, não apenas a intenção, mas o processo de privatização da educação já há muito tempo em curso no país.

É nesse contexto que se coloca, para a Universidade Brasileira, incluindo aqui as Escolas de 1º e 2º graus das IES, a tarefa de resistir a essa campanha e de avançar na construção de uma sociedade realmente democrática. Além de produzir instrumentos que desmascarem e possam fazer recuar essa ação destrutiva do já precário ensino público e gratuito, é preciso sair do compromisso verbal para uma prática político-pedagógica que inclua necessariamente a participação da sociedade na formulação de seu projeto educacional. Somente essa relação orgânica será capaz de explicitar um projeto de educação e de sociedade que não apenas aponte para a participação popular mas faça dessa participação condição de sua aplicabilidade.

Entendendo isto, estabelecemos, como princípio, que as Escolas de 1º e 2º graus das IES estejam integradas ao projeto educacional. Somente essa relação orgânica será capaz de explicitar um projeto de educação e de sociedade que não apenas aponte para a participação popular mas faça dessa participação condição de aplicabilidade.

Entendendo isto, estabelecemos, como princípio, que as Escolas de 1º e 2º graus das IES estejam integradas ao projeto social e cultural das comunidades em que se inserem, interagindo com elas na definição e execução de sua proposta educacional, através da participação e conseqüente responsabilização de todos os segmentos que

compõem a comunidade escolar. Uma gestão realmente democrática será a garantia da interação escola/comunidade e da consecução do objetivo maior de todo o processo educativo: a construção do conceito e da prática da cidadania, que dá conta do processo de conscientização de todas as camadas sociais, de seus direitos e deveres e, principalmente, de suas obrigações na co-gestão social.

Enquanto escolas inseridas no âmbito das IES, assumindo portanto o compromisso da universidade com a produção, a transmissão e a apropriação crítica do conhecimento, entendemos ser necessária uma luta incansável no sentido de superar a tradicional separação que se tem feito com relação ao conhecimento nos três níveis de ensino, que destinava à graduação e pós-graduação a tarefa de produção de novos conhecimentos. Ao 1º e 2º graus das caberia o mero papel de transmissão do saber – em outras palavras, o papel de reprodução do conhecimento. Por esta visão, bastaria que nas escolas de 1º e 2º graus se reproduzisse e divulgasse mecanicamente o conhecimento elaborado “no espaço intelectual”, sem pensá-lo e avaliá-lo. Não podemos admitir que o professor, exercendo sua atividade de profissional da educação em qualquer nível de ensino, seja apenas um mero repassador de conhecimento estratificado.

Lutamos pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão também nas escolas de 1º e 2º graus das IES, considerando-a atividades do cotidiano do professor e da escola como um todo. É o princípio da indissociabilidade que garante o caráter primeiro da Escola Experimental, onde são produzidos instrumentos visando a melhoria do ensino nos diversos níveis. Atentar para a situação privilegiada das IES, que possuem em seu âmbito escolas de educação propedêutica, técnica e agro-técnica, e investir na pesquisa nessas e com essas escolas, é também um passo decisivo para ultrapassar o não mais aceitável fosso que separa o ensino de 3º grau do ensino nos graus anteriores.

Sabemos que para o exercício sério e competente das atividades de todo professor, a constante qualificação profissional é determinante, mais que necessária. Exigir o curso superior como formação mínima para o professor ingressar nas Escolas de 1º e 2º graus das IES e ampliar as possibilidades de cursos de pós-graduação para todos os docentes das IES são passos concretos na direção da qualidade que defendemos.

Nossa profissão contém, é fato, profissionais mal preparados, em qualquer grau de ensino, por consequência histórica – e nefasta – do esmagamento traduzido de forma mais gritante nos salários aviltados. Todavia, não defendemos salários proporcionais ao “pior” ou ao “melhor” profissional porque isto significaria compactuar com o erro. Entendemos que, em médio prazo, se os salários do magistério fossem nivelados por cima, a sociedade exigiria a contrapartida competente tanto quanto nós exigiríamos, mudando de fato a educação por dentro.

A luta pelo constante aperfeiçoamento profissional, por salários dignos, pela indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão é o fundamento da luta pela carreira única para todos os docentes das IES, princípio do Movimento Docente aprovado no Congresso Extraordinário do Rio de Janeiro e reafirmado no 7º Congresso da ANDES em Juiz de Fora.

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

Nosso horizonte para a carreira unificada, porém, deve restringir-se a esse universo. Ele é apenas um passo para uma luta maior, cujo princípio é o mesmo da questão salarial: se o professorado “primário” ou secundário”, em nível nacional, está mal preparado academicamente, em termos políticos só nos cabe lutar pelas condições estruturais que, em médio prazo, modifiquem o quadro. A carreira unificada é um a pedra de toque, configurando-se como um sério exemplo de dignificação do magistério – por extensão, do saber e do querer saber.

Salvador, 10 de outubro de 1988

CARTA DE JOÃO PESSOA EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Há 24 dias estudantes e professores da UFRRJ decidiram, em assembléia conjunta, ocupar o prédio do MEC, no Rio de Janeiro; há 33 dias os estudantes e há 23 dias os docentes da Universidade Rural de Pernambuco estão em greve, como forma de expressar sua indignação com a forma como vem sendo tratada a universidade pública brasileira.

O ataque à universidade pública chega ao seu ponto máximo. Depois de uma preparação que consistiu na tentativa de desmoralizá-la, dizendo-a custosa e improdutiva, depois dos decretos que pretendiam estrangulá-la, impedindo-a de funcionar por falta de professores, agora é a vez de inviabilizá-la, cortando suas verbas.

O governo federal, o MEC, associados os lobby privatista querem, assim, acabar com a universidade pública. Asfixia as universidades federais pela falta de verbas, decorrente do não cumprimento do compromisso com os 15% de OCC/OC assumido pelo governo na greve do ano passado.

É a universidade pública, no seu conjunto, atravessando uma de suas mais graves crises. Arrocho salarial, proibição de contratação de professores, retenção de verbas são aplicadas simultaneamente pelos diferentes governos, nos diversos estados, contra as universidades estaduais. Enquanto na semana passada o MEC liberou 7,3 bilhões para o conjunto das IFES, aquinhoou com 8,5 bilhões as mantenedoras do ensino privado, favorecendo 9 escolas particulares.

O Movimento Docente vem respondendo a estes ataques: no Rio de Janeiro com um ato público no dia 28/9, reunindo os estudantes, docentes e funcionários da Rural, UFF, UFRJ, UNI-RIO, CEFEJ, UERJ; com adesão de estudantes e docentes da UFF estudantes da UFRJ à ocupação do MEC; em Pernambuco, no mesmo dia, com passeatas pelo centro de Recife, com concentração no MEC; com as lutas em Ouro Preto e no Espírito Santo.

Mas a crise não é só das universidades que estão em movimento. A crise é de toda a Universidade Pública e exige a ampliação e a generalização da luta. Não há outro caminho.

As 53 ADs presentes ao XVIII CONAD vêm tornar público não apenas o apoio e a solidariedade aos estudantes e docentes da Rural do Rio e de Pernambuco, e às demais universidades em luta. Vem chamar o conjunto dos docentes, funcionários e estudantes a se unificarem para defender a universidade pública ameaçada, formando comandos locais de mobilização, continuada dos professores, estudantes e funcionários, que objetive envolver outras entidades da sociedade civil e o conjunto da população na defesa de uma universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e de qualidade.

João Pessoa, 15 de outubro de 1988

DIA DO PROFESSOR

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

Produzido pelo Escritório ANDES – João Pessoa-PB,
com o apoio da ADUFPB-JP – Comissão
Organizadora do XVIII CONAD